

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

JULIANA GUILHERME DA SILVA

**Aspectos da formação e transformação da mobilidade do trabalho na
Serra da Canastra**

Versão corrigida

São Paulo

2023

JULIANA GUILHERME DA SILVA

**Aspectos da formação e transformação da mobilidade do trabalho na Serra da
Canastra**

Versão corrigida

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Geografia sob a orientação do professor Dr. Carlos de Almeida Toledo.

São Paulo

2023



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA
DISSERTAÇÃO/TESE**

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): JULIANA GUILHERME DA SILVA

Data da defesa: 28/04/2023

Nome do Prof. (a) orientador (a): Carlos de Almeida Toledo

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 02/06/2023

(Assinatura do (a) orientador (a))

4Bhx? 4ÓY?b6"YÓ?Ú?61ÓY\$%""6Z?6
óóó6%A6Z?6""6%6ZU""6Z?6°=ÓYÓZ?Z%
Z6Z—?Y\$6Ú?64%26Z?6"?Ú?2626"YÓ?Ú?61ÓY\$%""
Z?664ÓY?j6Ó%Ú?Z6?Y6Z%66Y°%ÓZ?65Y%Z6.64□
8?Yb6:0: T
óó63O06" T

óóóáÓ%?6ey%ZV.6K?ÀYZ?Z%6Z%6KÓY"Ó?b
-%26%6'ÓÚÁÓ?69"?Ú?6Z?6ÇÚÓ%ÓZ?Z%6Z%64□
8?YTóà%?2°%Ú6Z%61%W2"Ó?T6%?6Z%
ÀÚÁ%Ú?Q61%W2"Ó?69"?Ú?T6

óó63Tóy...""-“àðaków...65áð'ð-9...T6:T65kää"5...á"ð-"]6□.6T
_Tóak1"...w6-"]6□.T6"T65Y%Zb6'?Y6Z%66Y°%ÓZ?b
Ō%ÚT6""T65Y T

Silva, Juliana Guilherme da. **Aspectos da formação e transformação da Mobilidade do Trabalho na Serra da Canastra.** Orientador: Carlos de Almeida Toledo. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Aprovada em: ___/___/_____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Aos moradores da Serra da Canastra agradeço a generosa abertura a tantas prosas, a famosa hospitalidade e as tantas conversas regadas a café e Queijo Canastra. Os momentos na companhia dos canastras foram fundamentais não somente como fonte material de pesquisa, mas principalmente pelo acolhimento e pela abertura a me contarem suas histórias ainda que acanhados. Eu também estava acanhada. Essa história de fazer pesquisa, muitas vezes, foi um incômodo geral.

Ao senhor Olivar e sua família. Conhecer a trajetória territorial da Fazenda e Garimpo dos Bentos com diversas narrativas e vivências me possibilitou experienciar a potência residida na memória dos que vivem, além de construir um olhar sobre o (conceito de) território cuja materialização decorre tanto das imputações da sociedade produtora de mercadorias quanto dos processos subjetivos a ela atrelados. Agradeço pelas recepções na casa de Vargem Bonita ao longo dos anos e pela hospedagem na ‘casa da cidade’ em Piumhi.

A todos que me acompanharam nas viagens à Serra da Canastra. Agradeço as conversas, as trocas e as sugestões que me deram nas caminhadas, caronas e conversas compartilhadas.

Ao professor Carlos Toledo que além de um orientador paciente é um professor universitário que apoia e encoraja seus alunos e alunas a adentrarem o caminho da academia. Reconheço o acolhimento e agradeço igualmente por me receber em sua casa em Lençóis na Bahia. Foi ao seu lado nas trilhas da Chapada Diamantina, ouvindo as histórias e conhecendo algumas das pessoas que fizeram parte da sua pesquisa que pude ter uma noção mais clara de como tratar minhas conversas nos trabalhos de campo, principalmente com os garimpeiros. A você e a Marta meu agradecimento por essa receptividade afetuosa.

Ao grupo de estudos da obra de Moishe Postone organizado pelo Daniel Manzione e pelo Erick Kluck e compartilhado com tantos outros companheiros de leitura e debate. A existência desse grupo durante o necessário isolamento por conta da pandemia do Coronavírus CoVid-19 possibilitou a manutenção dos meus estudos. O livro “Tempo,

Trabalho e Dominação social” de Moishe Postone foi norteador e essencial para minha reflexão acerca do “trabalho historicamente determinado” e elevou meus estudos para além da tensão residida nas leituras marxistas da sociedade de classes.

Aos demais grupos de estudos frequentados ao longo dos meus anos na Universidade de São Paulo que igualmente contribuíram para a minha formação acadêmica.

Ao Allan Campos e ao Erick Kluck, integrantes da minha banca de qualificação. Colaboradores essenciais para a continuidade da pesquisa ao proporcionarem muitas sugestões para o encaminhamento da reflexão e o desenvolvimento da escrita desta dissertação.

Ao professor e pesquisador Hélión Póvoa Neto que por e-mail me sugeriu farta bibliografia preliminar para pesquisar os garimpos no Brasil e no mundo. Além de sua pesquisa de doutorado “*No caminho das Pedras: itinerários na formação da mobilidade garimpeira no Brasil*”, essencial para o desenvolvimento desta dissertação.

Em 2007 a Universidade de São Paulo passou a fazer parte dos meus espaços de vivência. E mesmo com as dores do percurso, devido ao sempre presente e alienante trabalho abstrato conciliado aos estudos acadêmicos, sou muito grata à instituição e a todas as pessoas que a fazem ser o que ela é.

Esta pesquisa contou o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Resumo

Essa pesquisa tem como objetivo apresentar uma reflexão e alguns pontos teóricos formulados acerca do processo de formação e transformação da *Mobilidade do Trabalho* (Jean Paul de Gaudemar, 1977) na região da Serra da Canastra, sudoeste do estado de Minas Gerais. Nesse sentido busca refletir acerca dos diversos momentos e padrões que compõem a territorialização das categorias do capital, em especial a que constitui a força de trabalho enquanto forma mercadoria, e, para isso, traça um percurso histórico e lógico iniciando com o período tratado como territorialização colonial e prossegue a análise pelas transformações nas formas de mobilização do trabalho percorrendo o contexto do trabalho cativo e perpassando pela transição e generalização da mão de obra livre. Para tal, a pesquisa se debruça acerca dos arranjos e das formas exercidas para se mobilizar o trabalho dos canastras na fazenda pecuarista – atividade econômica presente desde o momento colonial da região que será transmutada, através de um processo interno de diferenciação de área, para uma região garimpeira produtora de diamantes, quando da descoberta do minério em 1930 no município de São Roque de Minas e da respectiva reorganização sócio econômica decorrida. A região enquanto escala de análise é interpretada como um momento da territorialização do capital e do Estado nacional que se constituía, sendo a reprodução regional ela própria expressão real e objetiva do processo de constituição e aparente autonomização das categorias do capital e organizada a partir de formas concretas de transformação de contextos territoriais. Esses padrões de territorialidade, por sua vez, colocam o processo de formação (e transformação) do trabalho como prática estruturante da modernização e as diversas relações regionais de mobilização do trabalho imprimiram tanto uma dimensão espacial no território brasileiro em ordenamento – representada pelo deslocamento físico exercido pelos trabalhadores – quanto revelaram as particularidades conformadoras da área em estudo em relação ao processo maior imbricado na constituição da sociedade capitalista produtora de mercadorias.

Palavras-chave: Mobilidade do Trabalho. Territorialização. Região. Pecuária. Garimpo.

Abstract

This research aims to present a reflection and some theoretical points formulated about the process of formation and transformation of Labor Mobility (Jean Paul de Gaudemar, 1977) in the region of Serra da Canastra, southwest of the state of Minas Gerais. In this sense, it seeks to reflect on the different moments and patterns that make up the territorialization of the capital categories, in particular that which constitutes the workforce as a commodity form, and, for that, it traces a historical and logical path starting with the period treated as territorialization colonial and continues the analysis through the transformations in the forms of labor mobilization, covering the context of captive labor and passing through the transition and generalization of free labor. To this end, the research focuses on the arrangements and forms exercised to mobilize the work of the canastras on the livestock farm - an economic activity present since the colonial moment in the region that will be transmuted, through an internal process of area differentiation, into a prospecting region producing diamonds, when the ore was discovered in 1930 in the municipality of São Roque de Minas and the respective socio-economic reorganization that ensued. The region as a scale of analysis is interpreted as a moment of territorialization of capital and of the national State that was constituted, with regional reproduction itself being a real and objective expression of the process of constitution and apparent autonomization of the categories of capital and organized from forms concrete transformation of territorial contexts. These patterns of territoriality, in turn, place the process of formation (and transformation) of work as a structuring practice of modernization, and the various regional relations of labor mobilization imprinted both a spatial dimension in the Brazilian territory under planning – represented by the physical displacement exercised by the workers – as revealed by the conforming particularities of the area under study in relation to the larger process involved in the constitution of the capitalist society that produces goods.

Keywords: Labor Mobility. Territorialization. Region. Livestock. Mining.

Índice

APRESENTAÇÃO.....	12
PRIMEIRO CAPÍTULO: A Canastra Colonial	
1.1. Introdução:.....	24
1.2. Uma aproximação sobre o conceito de Mobilidade do Trabalho:.....	27
1.3. Territorialização colonial da Serra da Canastra:.....	30
1.4. Pecuária e mineração na canastra colonial.....	37
1.6. Entre a posse e a propriedade: o escravismo como particularidade capitalista:.....	68
1.7. Comentários sobre a mobilização do trabalho durante a transição para o regime livre: o escravo de ganho como exemplo:.....	82
SEGUNDO CAPÍTULO: A Canastra regional e a mobilização do trabalho na fazenda pecuarista	
.....	90
2.1. Introdução	91
2.2. Mobilidade regional do trabalho: A fazenda como lugar da dominação pessoal:.....	93
2.3. A reprodução da fazenda na Serra da Canastra – exemplos de relações regionais de trabalho.	
.....	101
TERCEIRO CAPÍTULO: A Canastra regional e a mobilização do trabalho no garimpo de diamantes.....	113
3.1. Introdução:.....	115
3.2. A experiência garimpeira e os paulistas:.....	116
3.3. Mobilidade garimpeira como mobilidade dos desclassificados:.....	119
3.5. Entre a pecuária, a roça e o garimpo: Formas concretas de mobilização da força de trabalho:	
.....	134
3.6.1. O Garimpo de Bentos:.....	145
3.6.2. A Descoberta:.....	151
3.7. O Garimpo industrial.....	165
Considerações Finais: Trajetória da Mobilidade do Trabalho na Canastra:.....	165
Referências Bibliográficas.....	168
Anexos.....	172
1. Entrevista com Gaspar, ex garimpeiro e atual funcionário do Parque Nacional da Serra da Canastra. Vargem Bonita, 2019.....	172

Lista de Figuras

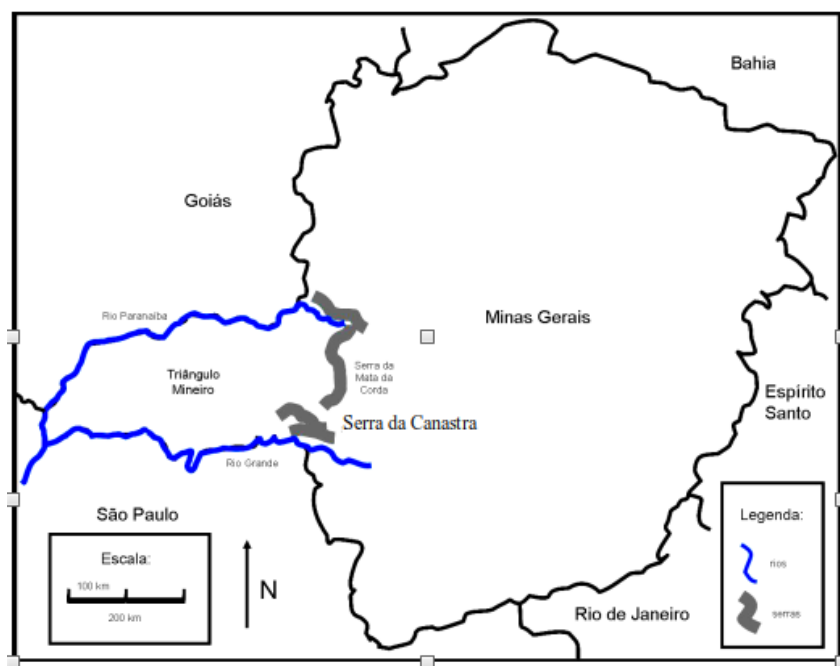
Figura 1 - Localização da Serra da Canastra no estado de Minas Gerais.....	11
Figura 2 – Mapa de 1828 representando o oeste da província de Minas Gerais	26
Figura 3 – Julgado das Cabeceiras do Rio das Velhas e Parte da Capitânia de Minas Gerais, 1780.....	28

Figura 4 – Mapa da Capitânia de Minas Gerais, 1714: divisão das comarcas e respectivas capitais.....	33
Figura 5 – Mapa Minas Gerais, 1816. Formação da Comarca de Paracatu	36
Figura 6 – Carros de boi em São José do Barreiro. Fotografia datada em 1936	101
Figura 7 – Vargem Bonita, distrito do município de São Roque de Minas, 1940	125
Figura 8 – Cidade de Vargem Bonita em 1970	125
Figura 9 – Exploração de garimpo nas margens do rio São Francisco, em Vargem Bonita, São Roque de Minas, década de 1940	127
Figura 10 – Habitações de garimpeiros em área de garimpos (década de 1950	128
Figura 11– Carros de boi em área de garimpo em Vargem Bonita	137
Figura 12 – Fotografia de Vargem Bonita. Entre as décadas de 1940 e 1950	138
Figura 13 – Garimpeiros manuseando cascalho com pás e peneiras como ferramentas de trabalho	139
Figura 14 – Garimpo de Bentos.....	139
Figura 15 – Fotografia de pedras de diamantes na mão de garimpeiro. Vargem Bonita, 2018	140

APRESENTAÇÃO

A título de localização informamos aos leitores que a Serra da Canastra tal qual é definida atualmente é uma região composta por seis municípios, a saber: São Roque de Minas, Sacramento, Delfinópolis, São João Batista do Glória, Capitólio e Vargem Bonita. Tal definição está bastante atrelada ao discurso turístico que ganhou peso com a criação e a regularização fundiária da unidade de conservação Parque Nacional da Serra da Canastra nos anos 1970. Mas o nome 'Serra da Canastra' também se refere a uma feição geomorfológica de um extenso chapadão envolto por outros chapadões presentes no sudoeste do estado de Minas Gerais.

Figura 1 – Localização da Serra da Canastra no estado de Minas Gerais.



Fonte: Pesquisa iconográfica. Mapa editado pela autora.

Na pesquisa de Augusto de Saint-Hilaire¹ o viajante relaciona a origem do nome do chapadão a sua forma similar a de um baú, sendo “canastra” um vocábulo sinônimo para tal.

Com exceção da pesquisa do viajante europeu e de poucas outras de mesmo caráter e produzidas na mesma época, a maioria das produções acadêmicas atuais obtidas por levantamento bibliográfico tratam a Serra já como um espaço que abarca as cidades enunciadas no início desta apresentação.

Localizada a área de estudo no espaço representativo de um mapa, cabe aos leitores a partir de agora se aproximarem da forma pela qual será analisado o “objeto de estudo” escrito entre aspas porque (e aqui apontamos nossa primeira crítica a esta dissertação) não apresenta existência concreta e empírica enquanto objeto de estudo e que quando tomado enquanto tal e de modo acrítico é reduzido ao positivismo científico (tão presente ainda no fazer acadêmico) que se reproduz apenas com a finalidade de reafirmar a existência de um saber científico adequado e validado visto ser mediado pela ação de um pesquisador imparcial.

1 HILAIRE, Augusto de Saint-Hilaire. Viagem ás nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz. 1937.

Nesta pesquisa trato a Serra da Canastra como parte integrante do território do capital e enquanto forma particular de territorialização posta pela sociabilidade moderna tendo o sentido da sua dinâmica de reprodução a territorialização das condições de realização da sociedade capitalista através de seus respectivos processos de formação categorial.

Entendemos que o confere particularidade para a crítica à territorialização é a conformidade desse processo como sendo do próprio capital e a forma de mediação social específica pela forma mercadoria que é muito mais do que a maneira pela qual são produzidas as mercadorias e os valores de uso delas.

Para isso apresentamos as condições históricas determinantes para que o capital assumisse as feições particulares que assumiu e tratamos essas particularidades enquanto formas territorializadas de reprodução regional. Tais determinantes históricas e a imposição dessas particularidades conferiram à região contornos extraordinários caracterizados pela falta de aparência de autonomia entre terra, trabalho, capital e violência. E o próprio processo de formação da categoria trabalho tratado enquanto elemento estruturante da modernização corresponde à formas concretas de transformação de contextos territoriais.

Nesse sentido, a existência de uma força de trabalho não expropriada será concebida nessa pesquisa como um dos elementos empiricamente significantes da própria estrutura de acumulação de capital articulando a dimensão regional à reprodução do capital com padrões regionais de territorialidade correlatos aos momentos da territorialização do capitalismo.

O que é central na nossa pesquisa é refletir acerca do processo de formação e transformação da mobilidade do trabalho na Serra da Canastra. Para tanto, realizamos um estudo sobre o histórico de formação das relações sociais modernas como constituição do capitalismo tendo por base o conceito de “territorialização do capital” (HEIDEMANN et al., 2014), o qual compreende “a transformação dos padrões territoriais” como resultado de um *“processo de formação das relações de trabalho, tanto pelo uso de violência extraeconômica quanto de econômica”* (2014:55-56) a fim de instituir a sociabilidade capitalista que, por sua lógica, pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho.

Conferimos centralidade às formas de mobilização do trabalho por compreendermos que o movimento desta mercadoria está integrado ao processo social de expansão do capital, uma sociabilidade que transforma os sujeitos em cidadãos dependentes da produção de mercadorias. Caminhamos, desta forma, desde a formação da mobilidade do trabalho no período colonial enquanto momento da imposição violenta da produção do capital na cidades e povoados que compõem a atual Serra da Canastra às formas regionais de mobilização desse trabalho no período pós independência, assumindo que as categorias lógicas do capital se territorializam por processos históricos particulares.

A mobilidade e as formas de mobilização do trabalho como condição para a realização do valor é entendida como a generalização da forma mercadoria (MARX, 2013) que inclui a transformação do trabalho concreto e geral em trabalho produtivo capitalista ainda que o processo de aquisição da mobilidade do trabalho não se reduza à transformação do trabalho na mercadoria força de trabalho, mas sim constitua a formação do próprio trabalho enquanto abstração real. Assumida tal lógica pudemos compreender que os corpos não transitam livremente por vontade própria, sendo tais deslocamentos e vontades determinados pela relação social que os constitui.

A dimensão espacial do processo mais amplo de territorialização das categorias do capital é lida:

[...] enquanto parte de um processo contraditório no interior do quadro mais amplo do processo de reprodução ampliada do capital, não podendo, por isso, ser vista como uma totalidade brasileira. [...] A territorialidade é entendida como constituída num processo histórico, espacialmente definido e também relacionado a valorização do capital. Acima de tudo, é um elemento constante da reorganização das relações sociais naquela espacialidade (Toledo, 2001:61).

Com isso é possível aproximar ao argumento apresentado pelo autor o mesmo ponto de vista por nós assumido, ou seja, a relação entre formação categorial do trabalho e territorialização do capital. Diante disso:

A mobilidade do trabalho e a territorialização do capital se combinam e recriam diversos contextos para a reprodução ampliada deste e

cada processo particular de mobilização para o trabalho é acompanhado de um padrão correlato de territorialização do capital. Essas combinações em diversos contextos revelam a tentativa de se instaurar os meios possíveis para conseguir uma acumulação, através desses contextos particulares, no contexto da imposição do trabalho, que era determinado também pelo estabelecimento do monopólio da terra. Sendo este, transformado desde a adoção das sesmarias, até a instauração da propriedade privada com a lei de terras (LEITE, 2014).

A relação social mediada pela forma mercadoria transformou pelo processo de abstração real as capacidade corpóreas em mais uma mercadoria com sua respectiva personificação da propriedade privada materializada no movimento que transforma os seres humanos em trabalhadores. Nesse sentido a força de trabalho como uma relação determinada pela produção de mercadorias passa por um processo social que abstrai as qualidades sensíveis ou concretas das diferentes atividades e formas de emprego de trabalho, ao passo que as iguala na troca por meio do intercâmbio de seus produtos, reduzindo as mercadorias todas a trabalho em geral dispendido.

A centralidade do nosso argumento passa por criticar a concepção de região enquanto modo de produção singular, não devendo portanto ser entendida como expressão de um gênero de vida, mas sim como formas territorializadas que condensam formas particulares de produção e reprodução do capital, se constituindo enquanto espaços socioeconômicos que são reorganizados a partir e para a expansão do modo de produção capitalista. Nesse imbróglio a região pode ser compreendida como momento contraditório do processo de territorialização do capital, que é constituído por formas territoriais diferenciadas de reprodução em que uma das formas de capital se sobrepõe às demais (OLIVEIRA, 2008).

Os leitores notarão que não há um capítulo destinado a apresentação das referências teóricas, mas há um ponto de vista que parte dessas considerações acima elencadas que expressa uma escolha por uma interpretação que se entende crítica acerca dos fenômenos que entendemos serem importantes para melhor compreendermos a história local.

Também não quisemos (ainda que não se consiga escapar da situação) ser o sujeito pesquisador que apreende e analisa um cotidiano concreto única e exclusivamente

para ratificar a si próprio através de uma seleção arguta de referenciais teóricos mobilizados na forma de um individualismo metodológico. Tentamos, outrossim, desenvolver esse processo de estudo sem deixar de lado a crítica a uma ideia de sujeito pesquisador que olha para realidade reduzindo-a um objeto de estudo, mas ainda não nos vimos no papel de fazer a crítica ao sujeito moderno, apenas gostaríamos de ressaltar a relevância de questionarmos nosso papel neste processo da qual fazemos parte enquanto pesquisadores mobilizados pelo trabalho abstrato.

*

Os trabalhos de campo foram realizados majoritariamente nos períodos de férias escolares (Janeiro e Julho dos anos letivos) devido ao tempo subtraído pelo trabalho formal na prefeitura de São Paulo. As cidades visitadas foram: Vargem Bonita, São José do Barreiro, São João Batista do Glória, Passos, Pium-hi, Delfinópolis, Capitólio e São Roque de Minas, além dos povoados localizados entre os chapadões da Canastra e da Babilônia como a Comunidade dos Leites e o Vale da Babilônia.

Os campos realizados em Janeiro de 2018 e 2019 foram os de maior durabilidade, somados a outros trabalhos de campo realizados em alguns finais de semana e feriados do calendário. No ano seguinte em 2020 a pandemia decorrente da reprodução e propagação descontrolada do vírus SARS-CoV-2 atinge o Brasil que inicia sua política de contenção viral e impõe medidas legais de isolamento e distanciamento social cessando assim as pesquisas de campo dessa pesquisa.

* *

Organizamos a dissertação dividindo-a em três capítulos, cada um com uma introdução própria, na qual apresentamos os principais objetivos do texto e os interlocutores escolhidos (sejam moradores, ex garimpeiros, roceiros, proprietários de terra ou agregados entrevistados, além de autores de trabalhos acadêmicos que acreditamos serem importantes para a compreensão da realidade estudada). Capítulos pelos quais buscamos apresentar questões que tanto nos instigaram, como também nos

permitted to present as we comprehend the processes by which the Serra da Canastra became a peripheral territory of the capital.

In the **first chapter** of the dissertation we present a theorization about the process of territorialization of the capital. We delve, thus, into a long period that starts with the arrival of the Portuguese in Brazil until the 19th century with the end of slavery in Brazil, highlighting this process of territorial formation by the use of massive violence that perpetrated the genocide of the indigenous and the appropriation of the lands with a basis in forced labor of African populations trafficked and enslaved.

We point out colonization as a piece that inaugurates the world system of social relations through the pillars metropole – colony and the first contradictory relations between what is conventionally called center – periphery, both (in accordance with the point of view defended by us) territories of the capital that together, although in different forms, promoted a primitive accumulation towards the central countries in the direction of industrial capitalism. Primitive accumulation, in its turn, is the first task of the capital in search of the formation of private property of the means of production and of subsistence, just as the formation of the working class is, therefore, a social form that territorializes through particular processes but also simultaneously since the capitalist society is oriented by its expansive and totalizing character:

Devemos ter claro que, se tomamos a Acumulação Primitiva neste sentido mais amplo sugerido por Novais, [...] ela é a montagem de uma economia mundial capitalista e como tal, profundamente desigual do ponto de vista territorial (2001:53).

One of the apparently contradictory relations between colony and metropole that we give centrality in this first chapter is that of modern slavery, which is not equal to the old forms of servitude of pre-capitalist societies, but which constitutes a particular form of territorialization of the capitalist society in colonial lands, approaching, thus, the arguments of Jean Paul de Gaudemar (1977) in signaling that the unconscious delivery of bodies and minds is just like what we have today:

correspondente um processo lógico e histórico que passa pela formação da propriedade privada incluindo nesse desenvolvimento o “trabalho” enquanto mercadoria.

Tal posicionamento está igualmente presente no argumento desenvolvido por Bruno Lamas em seu artigo *“Nada mais do que uma máquina de trabalho viva”*. *Escravidão, trabalho abstracto e a trajetória histórica do capitalismo* em que afirma que ambas as formas de escravaturas, pré-capitalistas e capitalistas “[...] *reduziam os seres humanos à sua mera corporalidade, mas somente no modo de produção capitalista essa redução é simultaneamente uma generalização*” ao passo que a escravização dessa população é organizada e efetivada com o fim de transformá-la em trabalhadores. O autor também chama a atenção para o fato de que esse processo que transforma os homens em trabalhadores *“não os tornava imediatamente proprietários de si mesmo”*, mas que a auto propriedade como auto submissão de se vender ao mercado surgiu como exigência específica da constituição do mercado da força de trabalho.

Por fim é um capítulo que busca apontar os elos lógicos entre a escravatura colonial moderna com suas formas particulares de produção local e as formas assumidas da territorialização das categorias fundamentais do capitalismo em sua reprodução ampliada.

No **segundo capítulo**, nos debruçamos sobre o que denominamos “relações regionais de mobilização do trabalho” cujo debate teórico se assenta na apresentação e discussão acerca das dinâmicas de trabalho reproduzidas no interior da fazenda pecuarista no contexto do trabalho livre. Para isso, apontaremos a fazenda pecuarista como materialização da propriedade privada nas cidades e povoados que compõem a Canastra além dos arranjos de trabalho que organizavam a produção e circulação das mercadorias produzidas no local já com vistas à uma acumulação de capital via comercialização de excedentes agrícolas. Como a fazenda se reproduz internamente e como a mesma é inserida na divisão do trabalho que ainda se esquadrihava no Brasil. A não existência da super população relativa pensada por Marx (2013), em outras palavras, a ausência de uma de população de trabalhadores completamente expropriados é o que confere particularidade à região e a diferencia das demais áreas do capital em constituição.

A discussão aponta como a propriedade da terra como uma das determinações mais centrais para a submissão ao trabalho permanece indelével. E essa nova relação entre o proprietário de terras e o trabalhador livre é exemplificada a partir da figura do agregado e de uma dinâmica própria de expansão da fazenda mineira apresentada por Ana Carolina Gonçalves Leite (2014). Através de uma dominação temporal a expansão da fazenda e da relação de agregação como forma regional de mobilizar trabalho colocavam a região nesse momento como lugar de inclusão e não exclusão. Incluir para trabalhar, incluir para impossibilitar sua independência.

Escolhemos apresentar alguns dos relatos de campo que sinalizam para o fato de que as mobilizações regionais de trabalho na Serra da Canastra não se restringem ao latifúndio exportador exprimindo-se outrossim nas pequenas e médias propriedades no decorrer do século XX. De acordo com algumas das entrevistas realizadas em áreas que permanecem com a atividade pecuarista desde a formação desta até os dias atuais, pudemos perceber que essas relações regionais, tais como as trocas de diárias de trabalho, foram gradualmente substituídas pela generalização da remuneração pelo trabalho alheio em dinheiro.

No **terceiro capítulo** discorreremos acerca do momento da descoberta da existência de diamantes e seu correspondente processo de diferenciação de área interna à região da fazenda pecuarista. É um capítulo construído a partir de conversas realizadas durante os trabalhos de campo e dizem respeito mais aos atuais municípios de Vargem Bonita e São Roque de Minas, locais de produção das pedras de diamante.

Buscamos relacionar esse processo de diferenciação de área aos novos arranjos regionais de mobilização do trabalho, além de apresentarmos algumas das particularidades que a força de trabalho e as categorias do capital assumem diante da territorialização da atividade garimpeira. Uma dessas particularidades implicadas no processo de formação da mercadoria força de trabalho é a dimensão espacial assumida pelos trabalhadores garimpeiros que remetem à organização econômica e social da colônia, mas que igualmente já exprime formas inconscientes e naturalizadas do trabalho abstrato moderno em constituição.

A fama de ter sido um garimpeiro baiano o responsável pela descoberta dos diamantes na Canastra torna factível a leitura da mobilidade garimpeira como parte do

processo mais geral da mobilidade do trabalho, pois os trabalhadores que se dirigiram a essas localidades ou buscavam a oportunidade de enriquecer com a descoberta de alguma nova fonte ou já fazem parte do processo que os transformaram em livres possuidores da capacidade de trabalho. Pensar se essas cidades fazem parte de uma configuração espacial da mobilidade garimpeira nos abriu a possibilidade de pensarmos as mesmas enquanto postas pela formação da mobilidade do trabalho capitalista.

PRIMEIRO CAPÍTULO

A Canastra colonial

1.1. Introdução:

Neste primeiro capítulo nosso objetivo é apresentar a formação do território colonial que compõe as cidades da Serra da Canastra partindo da configuração dos principais eixos de povoamento e oferecendo um ponto de partida sobre o processo de territorialização do capital nesse momento histórico compreendido entre os séculos XVI e as décadas finais do XIX. Este período histórico apresenta algumas particularidades que serão debatidas ao longo dos subcapítulos como, por exemplo, a inserção do Brasil na totalidade capitalista em formação e expansão através da conquista de novos territórios pelas potências mercantilistas europeias, o estabelecimento e a manutenção do escravismo como fator produtivo e as atividades econômicas mineradoras e agropastoris orientadas pelo processo maior de preparação das terras coloniais para a consolidação das bases reprodutivas do capital.

A região da Serra da Canastra abrange seis municípios, a saber: São Roque de Minas, Sacramento, Delfinópolis, São João Batista do Glória, Capitólio e Vargem Bonita², mas a consolidação da área corresponde historicamente ao processo de formação de outros municípios³ como Desemboque e Piumhi, por isso, nesse capítulo que versa sobre a territorialização do capital colonial incluiremos algumas informações sobre esses outros municípios.

Veremos como a atual região da Serra da Canastra se territorializa nos entremeios das áreas centrais da mineração aurífera e diamantífera, igualmente a formação da propriedade privada se consolidando através do extermínio indígena e quilombola, assim como a territorialização pela fazenda pecuarista como forma de consolidação e expansão do território colonial metropolitano e da formação da propriedade privada da terra que adiante irá basear e representar um contexto particular de mobilização do trabalho.

Das cidades que compõem a Serra da Canastra tivemos acesso a partir das bibliografias consultadas e leitura de documentos históricos sobre a existência de quilombos nos municípios de Piumhi, Desemboque e São Roque de Minas, fortalecendo o

2 Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra.

3 Além desses municípios que oficialmente não integram o que se convencionou (aos dias de hoje) tratar por “Serra da Canastra”, gostaríamos de pontuar que o estudo da região, no enfoque por nós proposto, considera a formação de um território como relação direta com a territorialização do capital, por sua vez, constituído por particularidades socioespaciais.

argumento de que parte das propriedades na Serra da Canastra formaram-se através de empreitadas para exterminação de quilombos e agrupamentos indígenas ali assentados.

Partimos de algumas produções acadêmicas que organizaram um levantamento histórico sobre o período colonial da área e a formação territorial da mesma. A partir do levantamento bibliográfico que realizamos, o livro de Luís Augusto Bustamante “*A Oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista: Triângulo Mineiro (1750-1861)*” fruto de sua tese apresentada em 2005, somado às pesquisas de Vanessa Fernandes “*Entre a regulação e a emancipação social: desafios à continuidade do lugar frente ao Parque Nacional da Serra da Canastra – MG*” – 2012 e de Cristiano Barbosa “*Territórios de vida dos pequenos produtores de queijo da Serra da Canastra: um estudo sobre a relação entre produção camponesa e espaços naturais protegidos nas nascentes do rio São Francisco, Minas Gerais*” de 2007, nos foram extremamente importantes para tecer esse retorno histórico e localizar espacialmente a formação da área em que se desenvolvem os processos estudados e aqui anunciados.

Devido ao contexto histórico que circunscreve a análise se mostrou necessário discutir sobre a manutenção do escravismo em terras coloniais concomitante ao trabalho livre europeu, berço de estigmas e de um debate dentro das Ciências Humanas nos anos 1960 e 1970. Veremos como num contexto de terras livres que ainda não estavam configuradas dentro de um mercado de venda de terras, o domínio sobre a mão de obra e a imposição do uso desta por formas explícitas de violência física aparece como tática para mobilizar trabalho. Complementando essa ótica, mobilizaremos uma bibliografia que direciona a crítica sobre o uso da mão de obra escravizada como uma forma rentável e lucrativa que parte da metrópole encontrou dentro do comércio mundial que se constituía pelo capitalismo comercial europeu.

Esse debate que muitas vezes entendeu como deslocada a dinâmica de produção colonial em relação aos preceitos maiores de igualdade jurídica implícitos nos ideais do liberalismo reverberou nos estudos acerca do processo de independência do país e nos estudos acerca do caráter (capitalista ou não) das relações de produção e circulação reproduzidas nos interiores do território – tema que será debatido nos subcapítulos finais deste primeiro capítulo.

Apresentamos nesse momento inicial alguns autores e autoras que tivemos contato durante a realização da disciplina da pós graduação “Revoluções, revoltas, motins e estratégias de sobrevivência: Homens livres pobres, libertos e escravos no Império do Brasil” oferecida pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) e ministrada pela professora Mônica Duarte Dantas. Esses textos estão presentes principalmente nas discussões acerca da manutenção do trabalho cativo na colônia portuguesa concomitante à presença do trabalho livre na metrópole. O norte do argumento desses autores: a não incompatibilidade entre o liberalismo e escravismo na formação da sociedade capitalista durante o período colonial – centraliza o debate proposto no subcapítulo 1.5. “*Sobre a relação capitalista entre colônia e metrópole: alguns apontamentos:*” que aprofunda essa discussão em cotejamento com os estudos do geógrafo Cássio Arruda de Boechat fruto de sua tese “*O colono que virou suco: Terra, Trabalho e Estado e capital na modernização da citricultura paulista*” (2013), em especial a primeira parte do capítulo II “*Colonização em três sentidos?*” e com a pesquisa de Caio Prado Júnior reunida no livro “*Formação do Brasil Contemporâneo*” (2011) e demais estudiosos da formação social brasileira,

Nesse momento da dissertação versamos acerca da formação do território colonial como elemento partícipe e formativo da ascensão e consolidação do capitalismo trazendo como elementos de uma mesma totalidade as formas particulares assumidas pelo processo mais geral de formação da mobilidade do trabalho moderno.

Dando continuidade ao debate sobre as “Ideias Fora do Lugar” tentamos nos aprofundar no subcapítulo 1.6. - “*Entre a posse e a propriedade: o escravismo como particularidade capitalista*” centrado no artigo de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1978) - acerca da manutenção do trabalho cativo na formação e reprodução da fazenda monocultora assim como sobre as relações de “dominação pessoal” que aparecem com o contexto do trabalho livre. Uma apresentação inicial acerca das relações regionais de trabalho que serão destrinchados nos demais capítulos. Posteriormente, na mesma composição apresentamos a “Teoria das Formas”, de mesma autoria, que leva à discussão sobre a ordem da exposição teórica e a ordem lógica como modos de leitura do O Capital de Karl Marx.

Finalizamos este primeiro capítulo com uma breve discussão acerca da existência dos escravos de ganho que numa perspectiva teórica que assume a presença destes

diante de um contexto onde a disputa pelo rendimento de seu próprio trabalho já era uma realidade possível ainda no escravismo. Essa discussão encerra o debate acerca das contradições entre o que se convencionou chamar por relações centro periferia.

*

1.2. Uma aproximação sobre o conceito de Mobilidade do Trabalho:

Como explica Jean Paul de Gaudemar, autor de uma das principais teses sobre o assunto, foi com a separação entre trabalhador e força de trabalho, homem e mercadoria - “[...] uma determinação específica da economia capitalista no seio das determinações gerais de toda a economia mercantil” (1977:195) que se preparou o terreno para a constituição e consolidação da sociedade capitalista. Essa separação decorre de um processo de sujeição, no caso, sujeição do trabalho ao capital.

O eixo central da obra passa por construir um conceito de mobilidade da força de trabalho através de uma releitura do Capital apresentando a problemática a partir de uma análise que estaria dispersa na obra de Karl Marx. O argumento do autor passa por destrinchar a formação da força de trabalho através de um desenvolvimento histórico e lógico que a transforma em mercadoria e como este domínio do conjunto das capacidades físicas e mentais da humanidade na forma mercadoria é basilar para a própria reprodução ampliada do capital.

Esse domínio que é constituído inicialmente por formas de violência extraeconômicas acaba por se constituir numa dominação real e concreta que impele os sujeitos – na atualidade da processualidade histórica – a se sujeitarem sem questionamentos devido a processos de internalização e naturalização assumidos por parte dos sujeitos sujeitados.

A esse primeiro momento conjuntural resultaria a “Mobilidade do Trabalho”, que podemos entender como aquela mobilidade “clássica” trabalhada por Marx no momento

da expropriação fundiária inglesa, o que inclui também ser emancipado das relações sociais outras que o mantinham na ligação com o senhor feudal. Em terras periféricas a libertação da sociedade civil passa pela mesma lógica de expropriar da terra e das ferramentas de trabalhar a terra, tornando-os sujeitos incapazes de realizar sua autorreprodução.

O outro par – a “Mobilização do Trabalho” pode ser entendido como a reprodução de certas relações sociais que vão perpetuar essa condição de mercadoria da força de trabalho – relações sociais que perpetuam igualmente a condição social de totalmente expropriado, daquele que possui apenas a sua força de trabalho para trocar.

Nesse ínterim, modernizar é mobilizar e a conformação da força de trabalho passa pela formação e aquisição de sua mobilidade sendo esta a qualidade que funda a condição de exercício desta enquanto mercadoria e estaria fundamentada numa dupla e contraditória determinação de liberdade.

Esta dupla liberdade do trabalhador é expressa por dois processos contraditórios: a liberdade de caráter positivo referindo-se à liberdade da escolha de oferecer ou não ao possuidor de dinheiro a mercadoria que possui (em oposição à dominação direta presente no escravismo, por exemplo) sendo assim o sujeito que decide por empregar ou não sua força de trabalho e a liberdade de caráter negativo, que ao retirar do trabalhador qualquer outra propriedade além de sua força de trabalho e deixá-lo desprovido das condições de sua autorrealização impõe a esse a obrigatoriedade de empregar seus esforços e vender a mercadoria que possui.

Gaudemar, evocando Marx, ressalta que esse trabalhador livre, não é livre apenas por sua condição social de não escravizado, mas ele também é livre de tudo, livre como um pássaro como anunciado por Karl Marx lhe restando única e exclusivamente a sua capacidade de trabalho transformada em mercadoria e é pela aquisição da qualidade de mobilidade da força de trabalho que se torna possível a sujeição dos homens ao trabalho moderno. Para o autor a existência mesmo do sistema capitalista de produção se deve à qualidade móvel desta mercadoria, pois esse processo é o meio pelo qual o trabalhador passa a deslocar-se, espacial e socialmente, tanto por sua vontade, como por força do capital.

Além do caráter contraditório da liberdade assumida pelo trabalhador moderno, a mercadoria força de trabalho carrega em si uma outra particularidade:

Para poder extrair um valor de troca do valor de uso de uma mercadoria, seria necessário que o possuidor do dinheiro tivesse a feliz possibilidade de descobrir no meio da circulação, no próprio mercado, uma mercadoria cujo valor de uso possuísse a virtude particular de ser fonte de valor de troca, de modo que consumi-la seria realizar trabalho e conseqüentemente criar valor. E o nosso homem encontra efectivamente no mercado uma mercadoria dotada desta virtude específica: chama-se capacidade de trabalho ou força de trabalho.⁴

A mercadoria força de trabalho, portanto, possui um valor de uso que ao ser trocado passa a ser fonte de valor de troca. Para isso ela precisa ser mobilizável tanto na dimensão do uso quanto na dimensão da sua circulação. Sendo assim, a mobilidade, tanto do capital quanto da força de trabalho, não é apenas um efeito ou resultado da dinâmica de geração de valor da reprodução ampliada do capital, mas também um fator imprescindível para que ela ocorra.

Ao processo de territorialização do capital corresponderiam padrões correlatos de territorialidade que por mais particularidades que possam apresentar não deixam de corresponder à expansão lógica da economia capitalista. Padrões esses que expressam a maneira pela qual as categorias do capital se rearranjam no sentido da produção de mercadorias pela ótica do valor. E assumimos como ponto de partida que internamente ao território do capital a conformação desses padrões de territorialidade envolvem as formas de possíveis de se mobilizar trabalho.

Pretendemos com isso ler os deslocamentos espaciais dos trabalhadores, tanto no contexto da fazenda pecuarista quando no contexto do trabalho garimpeiro por uma perspectiva que extrapola a simples mensuração desses fluxos num espaço econômico que se pretende isomórfico e que se homogeniza perante decisões voluntárias por parte dos trabalhadores em busca de uma melhor alocação de seus recursos. Damos preferência à uma leitura que interpreta o deslocamento como uma das dimensões assumidas pelos processos de formação e transformação da mobilidade do trabalho,

4 Idem.

dimensão, portanto, própria da sociedade capitalista de produção de mercadorias que carrega em si as determinações mais centrais dessa formação social e histórica.

Nesta perspectiva, os deslocamentos humanos apenas existem devido à mobilidade da mercadoria força de trabalho o que implica compreender o trabalho no capitalismo como único, historicamente determinado em detrimento da interpretação que hipostasia o trabalho como relação automática necessária entre homem e natureza. Optamos, por fim, por uma perspectiva teórica que permite uma análise dos fenômenos como partes de uma totalidade repleta de contradições, estas, por sua vez, sendo compreendidas como particularidades da totalidade capitalista.

* *

1.3. Territorialização colonial da Serra da Canastra:

De acordo com a bibliografia consultada⁵ a Serra da Canastra, entre os séculos XVI e XIX, foi uma área de expansão da fronteira de colonização e como tal é inserida na história da territorialização capitalista mediante um processo visceral de extermínio das populações endógenas. Das que conseguimos auferir podemos citar as etnias Cataguases, Caiapós, Tupiniquins e Carijós dizimadas por bandeirantes ao longo do século XVII e XVIII principalmente. A Figura 1 apresenta as localizações das terras da etnia Caiapó e do chapadão da Serra da Canastra, além do futuro município de Desemboque.

A população será composta igualmente de escravizados foragidos das áreas de mineração e fazendas do entorno de onde se erigiram inúmeros quilombos, como por

5 Aqui nos referimos principalmente aos trabalhos de Luís Augusto Bustamante, Vanessa Fernandes e Gustavo Henrique Cepollini Ferreira.

exemplo, o Quilombo do Ambrósio e o Quilombo do Pai Inácio, além de pobres livres e libertos que no tensionamento das relações sócios econômicas constituíram e foram constituídos pelo processo capitalista de sociabilização e suas intrínsecas determinações categoriais e personificações sociais.

Figura 2 – Mapa de 1828 representando o oeste da província de Minas Gerais



Fonte: Sidney Hall (1828), (detalhe) apud BUSTAMANTE, Luis Augusto, 2005.

É possível ver a referência à Serra da Canastra na parte inferior e direita da imagem, estando próxima ao Rio Grande, um dos principais vetores de ocupação da região.

O adensamento das populações e a formação de fazendas na área juntamente à intensificação da circulação de mercadorias nessa frente de colonização provocaram a reação do governo da capitania de Minas Gerais, que em 1746 iniciou as campanhas de extermínio dos quilombos como tática de ocupação desses territórios (LOURENÇO, 2005).

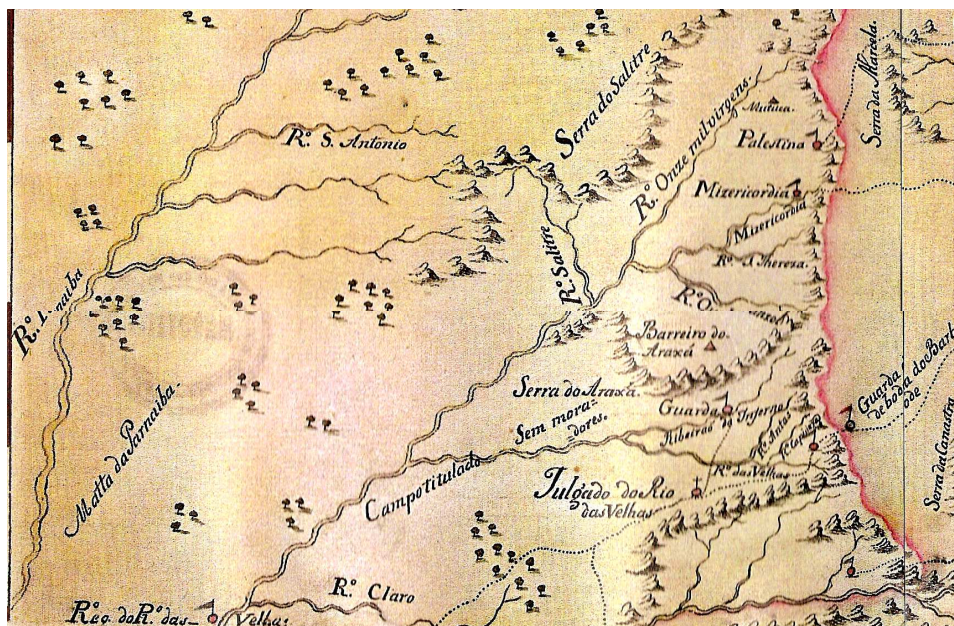
De acordo com o levantamento histórico presente na pesquisa de Vanessa Fernandes (2012)⁶, a consolidação da ocupação europeia e do desenvolvimento da região colonial está relacionada a três eixos de ocupação: o eixo de ocupação do Triângulo

⁶ FERNANDES, Vanessa Samora. Entre a regulação e a emancipação social: desafios à continuidade do lugar frente ao Parque Nacional da Serra da Canastra – MG, 2012.

Mineiro, o eixo de ocupação do Alto rio São Francisco e o eixo de ocupação do Rio Grande.

O eixo de ocupação do Triângulo Mineiro teve como principal centro de expansão o distrito de Desemboque, uma vila colonial e referência histórica no povoamento da região, e um dos pontos tidos como a antiga divisa entre Minas, Goiás e São Paulo. A região, conhecida como o Sertão da Farinha Podre, compreendia as regiões do Alto Paranaíba e do Triângulo Mineiro, e era o caminho dos tropeiros que cruzavam as terras paulistas e mineiras em busca das áreas férteis de Goiás. O povoado de São João Batista da Canastra, atual distrito do município de São Roque de Minas, surgiu com o fim da cata de ouro nas margens do Rio Santo Antônio do município de Desemboque. As primeiras referências cartográficas à área situada entre os Rios Paranaíba e Grande, do final do século XVIII, mostram um vazio sem denominação. O mapa de José Joaquim da Rocha, de 1780 (Figura 2), mostra o Barreiro do Araxá e Desemboque (Julgado do Rio das Velhas) como os últimos núcleos povoados depois da divisa oeste de Minas, já na Capitania de Goiás. Para além do cinturão das serras, abaixo da Serra do Araxá no domínio dos chapadões lê-se: “campo titulado sem moradores”.

Figura 3: Julgado das Cabeceiras do Rio das Velhas e Parte da Capitânia de Minas Gerais, 1780.



Fonte: Luís Augusto Bustamante, 2005.

O eixo de ocupação do Rio Grande foi responsável pelo surgimento do povoado de Espírito Santo da Forquilha, atualmente município de Delfinópolis que surgiu com a cata de ouro no rio Santo Antônio, na margem direita do Rio Grande, e os núcleos do Vale da Babilônia e da Cachoeira do Quilombo faziam parte inicialmente desses locais de formação de quilombos. A região compreendida entre os ribeirões Extrema, Forquilha, Engano e o Rio Santo Antônio, localizada na margem direita do Rio Grande, constituía três sesmarias concedidas a Ambrósio Gonçalves Pacheco. Antes, presume-se que a região tenha sido habitada por indígenas das tribos Tupiniquins e Carijós. Tal afirmativa baseia-se em peças indígenas, domésticas e de guerra, encontradas ainda até bem pouco tempo nos arredores do lugar denominado “Ponte do Surubi”, onde se acredita ter sido o local exato em que os mesmos tiveram seus acampamentos (BUSTAMANTE, 2005). Por outro lado, há vestígios da passagem de bandeiras por aquelas bandas, notadamente perto da cachoeira do Santo Antônio, onde escavações profundas e antigas e o deslocamento de enormes pedras testemunham. Sabe-se que os primeiros habitantes europeus do povoado foram, dentre outros, João Marques, Joaquim de Almeida e

Justiniano de tal, de sobrenome desconhecido. Posteriormente, em 1871, Antônio Rodrigues descobriu terrenos auríferos no Rio Santo Antônio, que no mesmo ano passou a Distrito do Município de Santa Rita de Cássia. Em 1919, o topônimo foi modificado para Delfinópolis.

O eixo de ocupação europeia do alto Rio São Francisco ocorreu com a abertura da picada de Goiás, que possibilitou dois caminhos: um passando por Bambuí e o outro passando por Pitangui. Estes caminhos foram o ponto de partida para o surgimento de vilas e freguesias, dentre elas, o atual município de São Roque de Minas e de acordo com o levantamento histórico feito por Cristiano Barbosa, (2007) a Picada de Goiás, percorrendo a face norte da Serra da Canastra, foi a rota clandestina mais utilizada nesse período para fugir das tributações das mercadorias que seriam comercializadas nas minas goianas e para contrabandear o ouro nelas extraído. Além disso, território ocupado por quilombos era palco de diversos roubos e demais “ataques” às mercadorias desses tropeiros.

O povoado de Sacramento se deu pelas incursões, a partir do século XVIII, de brancos e mestiços, oriundos das áreas de mineração em decadência nas Minas Gerais, mantendo-se praticamente em roças de subsistência quando se descobre diamantes no leito do rio São Francisco, determinando um considerável afluxo de garimpeiros para a região, que, por sua vez, permite a origem de Vargem Bonita e do distrito de São José do Barreiro. Vargem Bonita se emancipa no ano de 1953, vinte anos após a descoberta de diamantes e será tratada com mais afinco nessa dissertação no próximo capítulo em que nos debruçamos sobre a transição da região pecuarista para a região garimpeira.

Um ponto em comum nesses vetores de ocupação da Canastra colonial parece ser a aniquilação de quilombos e a expropriação de indígenas com vistas à “liberação” dessas terras para as atividades geradoras de valor para o capital comercial ao passo da transformação desse meio de produção (não produzido) em mercadoria através da instalação da fazenda pecuarista e de pequenas propriedades agrícolas orbitando-a. A aniquilação dos indígenas e posteriormente dos negros aquilombados foi parte da formação da territorialização do capital colonial na área.

A picada de Goiás, do eixo do Alto São Francisco, que saía a noroeste de São João Del Rei, percorrendo a face norte da Serra da Canastra em direção a Comarca de

Paracatu e posteriormente às vilas auríferas da Capitania de Goiás era também território de quilombos:

Os quilombos do Alto São Francisco foram formados por negros oriundos dos arraiais e vilas do ouro, principalmente da Comarca de Ouro Preto e Sabará. O mais conhecido deles foi o do Ambrósio, que ficava próximo da Picada de Goiás, nas terras hoje pertencentes ao município de Ibiá (BARBOSA, 2007).

Os estudos sobre a saga quilombola no oeste mineiro estimam a presença de 6 mil negros nas cabeceiras do rio São Francisco. Área que contava com fatores de atração como a distância e isolamento em relação aos centros mineradores, e a dificuldade de acesso devido aos vales entremeados em grandes chapadões (BARBOSA, 2007:44). A exaustão das minas, as pressões demográficas e o esgotamento dos solos agrícolas dos núcleos auríferos, somados à descoberta de novas jazidas a oeste da capitania mineira, bem como a necessidade de ocupar, controlar e proteger os caminhos que levavam às lavras de Goiás acirraram o choque entre tropeiros, colonos e negros em meados do século XVIII, naquele território (LOURENÇO, 2005).

A cidade de Piumhi apresenta registros de povoamento português que remetem à demarcação de sesmarias e descrevem sobre uma certa rivalidade entre duas famílias vizinhas resolvidas pela mediação de um líder de bandeiras paulistas, responsáveis, por sua vez, por descobrirem em 1707 ouro, diamantes e outros minerais. Já em 1708, o número dos garimpeiros aumentara consideravelmente (IBGE). A cidade, distante 65 km da Serra da Canastra, originou-se de um acampamento militar, cujos soldados combateram os negros aquilombados nas encostas das serras. A aniquilação dos negros instalados no entorno pode ser responsabilizada nas bandeiras paulistas, fato assim descrito por Saint-Hilaire (*apud* 2004, p.95, grifo nosso):

O arraial deve a sua origem a um acampamento que se formou ali para combater um agrupamento de negros fugidos (quilombos) que se haviam embrenhado na Serra da Canastra e levavam desassossego aos poucos agricultores estabelecidos na região. Depois de destruído o quilombo o acampamento se transformou em núcleo habitacional permanente.

Construiu-se uma capela em Pium-i e os colonos que se tinham dispersado voltaram às suas terras e pouco a pouco o povoado foi crescendo.

Como se constata pelo relato do botânico francês, as terras do sertão do Piumhi possuíam poucas fazendas antes do “combate” e, posteriormente, a moradia provisória de acampamento se consolida povoado, assim como aumentam as fazendas após o extermínio do quilombo Ambrósio:

A partir das campanhas contra os quilombos, iniciou-se uma verdadeira vaga migratória de geralistas em direção aos sertões do oeste, da década de 1750 em diante. **Esses migrantes, alguns já detentores de posses, em geral modestas, e alguns escravos, mas majoritariamente formado por roceiros pobres e negros libertos, em breve, ocupariam, com seus sítios e fazendas, as terras liberadas dos quilombos do Oeste Mineiro, apagando a maior parte dos traços de sua existência anterior.**(LOURENÇO, 2005, p.111, grifo nosso)

Podemos a partir desses dois excertos acessar informações sobre as populações que estavam envolvidas no processo orientado pela coroa de ocupação do interior da colônia portuguesa principalmente na área entre esses caminhos de circulação de mercadorias. É possível perceber um certo “pacto” no processo de constituição dessas propriedades privadas envolvendo os pequenos produtores com baixa escravaria que deveriam, pela formação da propriedade privada, “auxiliar” a coroa no controle e cobrança de impostos desses caminhos utilizados como rotas comerciais – sejam elas oficiais ou alternativas.

Em sua tese acerca da migração dos geralistas para o oeste mineiro, Lourenço Bustamante constatou através de pesquisas em inventários *post mortem* que grande parte dos fazendeiros proprietários de sesmarias possuíam poucos recursos técnicos e um número reduzido de escravizados. O autor igualmente destaca que a colonização do oeste mineiro foi estimulada pela Coroa Portuguesa que a partir de 1750 através das reformas pombalinas defendia a ocupação dessas terras como forma de assegurar o domínio lusitano sobre aquele território, visando protegê-lo das ambições espanholas assim como acabar com o isolamento dos núcleos auríferos das capitâneas de Minas Gerais e Goiás (LOURENÇO, 2005).

É através das investidas contra esses quilombos e a consolidação do povoado de Piumhi que a frente de colonização avançou em direção às encostas da Serra da Canastra, formando fazendas de criação de gado e pequenas lavouras de subsistência que darão origem ao município de São Roque de Minas. O Estado para estimular essa colonização com vistas a povoar o “vazio demográfico”⁷ entre as “ilhas” mineradoras de Minas Gerais e Goiás distribuiu terras e concedeu isenção de tributos⁸ para a agropecuária. Para corroborar o autor apresenta documentos sobre as concessões de sesmarias no período de 1800-1803 na comarca do Rio das Mortes, por onde constata que a maior parte das terras que foram distribuídas localizava-se na área que hoje é a Serra da Canastra em áreas anteriormente ocupadas pelos quilombos, com vistas a assegurar o domínio dessas através da ocupação das margens das estradas que escoavam o ouro das minas de Goiás.

* *

1.4 Pecuária e mineração na canastra colonial

Após as investidas contra os quilombos o principal marco de ocupação do território da Serra da Canastra na segunda metade do século XVIII foi a formação, em 1760, do arraial de Desemboque que teve em cinco anos um expressivo crescimento demográfico, chegando a possuir 195 casas e uma população estimada de 1.300 habitantes (LOURENÇO, 2005). Para o autor o fator responsável por esse vertiginoso desenvolvimento não foram as jazidas de ouro encontradas nas margens do rio, mas sim a incorporação de suas terras a capitania de Goiás. Será Desemboque o local de partida

⁷ Vazio demográfico que só pode ser assimilável à medida da naturalização da aniquilação dos povos nativos. Uma questão que frequentemente apareceu nas leituras foi essa noção de espaço vazio. Noção construída pelo silenciamento nas pesquisas acadêmicas acerca dos genocídios coloniais, o que corrobora para uma naturalização de um espaço vazio em vez de esvaziado.

⁸ “Quando da chegada da Corte ao Rio de Janeiro, em 1808, o Conde de Linhares promulgou lei isentando o dízimo, por dez anos, para os colonos que se estabelecessem nas regiões ermas de Minas” (SAINT-HILAIRE apud LOURENÇO, 2005, p.143).

dos geralistas que deram início à colonização da área situada entre os rios das Velhas e Grande, que, a partir de então, passou a ser conhecida como Sertão da Farinha Podre.

A transferência do território do Desemboque para a capitania goiana aconteceu porque o padre responsável por essa paróquia⁹, para fugir dos impostos do quinto e das derramas sobre a exploração aurífera de Minas Gerais, abriu um caminho para Santa Cruz e conseguiu repassar o controle daquelas terras para a capitania goiana. O principal resultado dessa transferência de domínio territorial foi a criação de uma fronteira, que em função da sua posição geográfica, se tornou entreposto de contrabando de ouro e mercadorias:

Situado além fronteira de Minas, mas ligado aos seus principais centros e a São Paulo e Goiás, confluência de caminhos vindos de três capitanias, o povoado beneficiou-se de uma posição privilegiada pela equidistância geográfica em relação a elas. Desse modo, acolhia as fugas das derramas mineiras, e ao mesmo tempo era rota de contrabando de mercadorias e ouro que trafegavam entre Goiás, Minas e São Paulo. (LOURENÇO, 2005:116).

Figura 4 – Mapa da Capitânia de Minas Gerais, 1714: divisão das comarcas e respectivas capitais.

9 Nessa época, a Igreja era a instituição que exercia o controle fiscal sobre a exploração e circulação do ouro. As reformas pombalinas destituíram esse poder do clero e transferiu essa responsabilidade inteiramente para o Império Português (LOURENÇO, 2005).

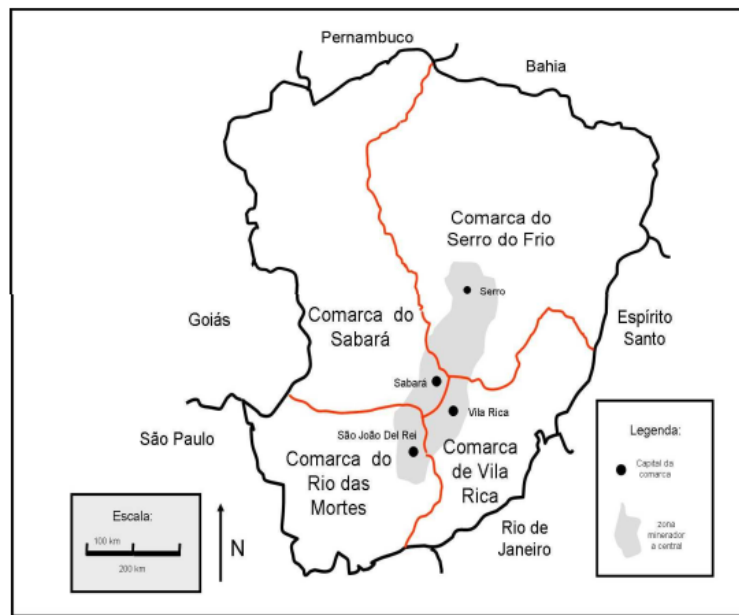


Figura 4. Fonte: Luís Augusto Bustamante, 2005.

Essas vantagens locais do arraial de Desemboque o transformaram no principal núcleo irradiador da ocupação do oeste mineiro nesse período. Outros caminhos se ramificaram aos principais e através deles a pecuária extensiva se expandiu, em especial para as terras dos atuais municípios de Araxá, próximo a Sacramento ao noroeste da Serra da Canastra.

A exploração do ouro dura pouco tempo e a pecuária extensiva será a atividade econômica principal para essas regiões com o minguamento das jazidas de ouro. Os fazendeiros dos arredores se tornam grandes criadores e comerciantes de gado conquistando poder no plano político a ponto de conseguirem reivindicar a reincorporação do território de Desemboque a Minas Gerais com o objetivo de fugir das tributações goianas que agora recaíam sobre o comércio de gado.

A reintegração do território à capitania mineira ocorre em 1816 e a decisão da Coroa imprimiu uma nova dinâmica econômica a esse território e Desemboque perdeu suas vantagens fronteiriças e a função prática popular de centro contrabandista.

A população do arraial migrou para outras localidades ampliando a frente de expansão pecuária para o oeste dando origem ao povoado de São João Batista da

Canastra, hoje distrito do município de São Roque de Minas. As famílias que para lá migraram formaram fazendas de gado nas encostas e nos extensos chapadões da Serra da Canastra. O povoado se tornou importante rota de boiadas que vinham de Araxá com destino a São João Del Rei, pois naquele ponto a vertente norte da serra é menos íngreme o que facilitava o acesso do gado. Em seguida, os bovinos eram conduzidos para leste, pela Picada do Desemboque, passando por São Roque de Minas e Piumhi. Nesse contexto, essas terras desempenharam um papel complementar ao desenvolvimento pecuarista, ora como reserva de pastagem e fornecedoras de bezerros, ora como território de passagem de boiadas (LOURENÇO, 2005:77).

De acordo com o autor, houveram duas formas de ocupar o território das proximidades de Desemboque entre meados do século XVIII e os primeiros anos do século XIX.

A primeira consistiu da criação dos aldeamentos ao longo da estrada que ligava Goiás a São Paulo, num período — 1758, data da assinatura do Diretório dos Índios, até 1798, quando a lei foi revogada —, no qual a redução de indígenas em núcleos sedentários era parte do esforço do governo pombalino de civilizar e povoar o interior da colônia. A segunda experiência, com uma dinâmica distinta, foi a grande vaga de migrantes geralistas, vindos da região mineradora central de Minas Gerais, que assentou milhares de roceiros e criadores de gado na região, desde os primeiros anos do século XIX (LOURENÇO, 2005:78).

A migração dos geralistas é consequência da decadência dos centros mineradores juntamente a uma política da Coroa no sentido de povoar o interior do território, conjunção político econômica que irá desembocar na consolidação da fazenda pecuarista mineira.

Evidenciava-se a presença de uma fronteira relativamente aberta àqueles que se retiravam das áreas mineradoras em decadência. [...] ocupadas as áreas próximas aos antigos núcleos mineradores pelos politicamente mais influentes (que requereram sesmarias às autoridades), restava aos despossuídos a insistência na faiscação e no garimpo ou o acesso à terra via migração para os sertões (POVOA NETO, 1998:122).

Se os excertos de Luís Bustamante (2005) inserem através desses relatos históricos informações sobre o processo de ocupação territorial pela fazenda pecuarista este de Helion Póvoa Neto (1998) sinaliza para uma discussão que será melhor tratada

em outro momento dessa pesquisa, a saber: a dinâmica migratória das relações de trabalho nas áreas mineradoras. Mas podemos adiantar que com a decadência da mineração, as áreas mais próximas são ocupadas por aqueles que antes eram proprietários das terras mineradoras ou que conseguiram acumular capital na forma de excedente e aqueles provenientes das mesmas regiões, mas que possuindo menos recursos se tornam faiscadores e pequenos roceiros.

Aqui percebemos como os territórios de exploração aurífera e diamantífera foram berço de uma mobilidade espacial com respectivas particularidades que irão consolidar/constituir, nos termos de Hélon Pova Neto (1998), uma mobilidade tipicamente garimpeira.

Em relação a Serra da Canastra, a consolidação da pecuária estará desde a porção setentrional principalmente sobre os municípios de Araxá e Desemboque com a posterior formação de São Roque de Minas, assim como da área sudeste com a consolidação de Piumhi e sua posterior “frente de avanço” e ocupação da face norte da serra.

As quatro primeiras comarcas da capitania de Minas Gerais foram criadas em 1714. Cada uma delas dispunha de uma capital — a sede da ouvidoria — e de um termo, delimitado por acidentes geográficos naturais. O mapa representado na figura 3, elaborado com base na Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais (COSTA et al, 2002), de 1804, traz a divisão original das comarcas que permaneceu até 1815. A Serra da Canastra, com exceção de Desemboque, está localizada na Comarca do Rio das Mortes.

No ano seguinte, como já foi visto, Desemboque e Araxá, então pertencentes ao território de Goiás, foram transferidos para Minas Gerais e anexados à comarca de Paracatu. A ligação entre o Desemboque, Araxá e Paracatu fazia-se pela Picada Nova de Goiás, que passava próxima às duas primeiras localidades (LOURENÇO, 2005).

Figura 5 – Mapa Minas Gerais, 1816. Formação da Comarca de Paracatu.



Fonte: Luís Augusto Bustamente, 2005.

A área acinzentada representada na Figura 4 mostra os arraiais do ouro, local de ocupação mais densa, sendo o restante nomeado de “sertão”, constituindo uma “cabeça povoada com um corpo sertanejo” (LOURENÇO, 2005:86).

Ao sul dos centros mineradores, na bacia do Rio Grande, que formaria a comarca do Rio das Mortes, instala-se, juntamente com os estabelecimentos mineradores locais, um centro pastoril. Constituirá o que hoje se denomina o Sul de Minas. O avanço da pecuária nessa região, favorecida por condições naturais destacadas, foi rápido e já em 1756 cabeças de gado da região desciam para São Paulo, concorrendo com o fornecimento dos campos do sul da colônia.

Em relação às comarcas que abrangem os municípios da Serra da Canastra, a de Rio das Mortes será uma “zona sobretudo de pecuária e também agrícola e onde a pequena mineração que se praticara no passado quase desaparecera de todo”. Já a comarca de Paracatu igualmente ao sul do estado mineiro será, “também zona de mineração decadente que se tentava refazer com a pecuária” (idem, 58).

No trecho abaixo de Saint-Hilaire podemos perceber essa acumulação de capital pecuarista que não se deu de maneira simultânea nas capitanias de Goiás e Minas Gerais:

os habitantes da região (Goiás) não tem nem o mesmo recurso com que contam os mineiros descontentes com sua sorte, ou seja, o de mudarem de lugar na esperança de um futuro melhor. Estes, menos pobres, sempre se acham em condições de arcar com as despesas de uma mudança e procuram terras novas onde procuram vender seus produtos [...]. Os colonos de Araxá e Desemboque vendem seu gado aos negociantes, que vem buscá-los em suas próprias terras [...]. Não acontece o mesmo com os goianos” (apud Helion 1998:122).

São Roque de Minas é outro município que parece ter sido inserido na rota dessas futuras fazendas pecuaristas após o processo de exaustão das minas auríferas centrais. Anteriormente distrito do município de Guia Lopes até 1968 teve como primeiros habitantes os índios Cataguases dizimados por Lourenço Castanho. Os indígenas foram sucedidos por escravos foragidos das fazendas da região, sendo seus quilombos desmantelados por Diogo Bueno da Fonseca, obedecendo ordens governamentais. A partir de então, em 1758, inúmeros brancos e mestiços, procedentes de centros de mineração em decadência, passaram a fixar-se no povoamento que se erguia junto à capela de São Roque, também construída na mesma época (Bustamante, 2005).

Encontramos um relato na expedição de Saint-Hilaire, em 1819, pelo vale do Boqueirão em direção à cachoeira Casca D’anta na área que hoje corresponde ao município de São Roque de Minas no vale entre os chapadões da Babilônia e da Canastra:

Os escassos habitantes dos arredores da Serra da Canastra, que parecem todos aparentados uns com os outros, cultivam a terra com suas próprias mãos, mas seus produtos não têm nenhuma saída. Unicamente o gado que criam é capaz de lhes render algum dinheiro, mas ainda assim eles são obrigados a gastos consideráveis com sal, cujo preço ali é exorbitante. Os negociantes de gado vão até aqueles longínquos recantos em busca de bois para comprar. (SAINT-HILAIRE, 1937).

[...] Ao atravessar esses pastos encontrei uma série de carros puxados por três ou quatro juntas de bois, carregados de toucinho e conduzidos por homens brancos. Perguntei-lhe de onde vinham e fiquei sabendo que tinham partido de Araxá havia doze dias e seu destino era São João del Rei, onde deviam chegar ao fim de um mês. O custo da viagem desse tipo é pequeno, uma vez que os carreiros levam consigo o necessário para a sua alimentação e até mesmo o milho destinado aos bois. (SAINT-HILAIRE, 1937)

Os relatos do viajante descrevem sobre a utilização dos carros de boi para transporte das mercadorias excedentes acenando para futuras formas de acumulação de excedentes que a propriedade de cabeças de gado possibilitava ao fazendeiro, mas essa discussão será melhor teorizada no capítulo que versa sobre as relações regionais de mobilização do trabalho pertinentes ao contexto do trabalho livre na fazenda.

Outro fator que impedia a abertura de novas terras de plantio era a dificuldade de escoamento da produção. A produção excedente de milho e café, além do queijo e banha suína, era transportada em carros de boi por longas distâncias, até os entrepostos comerciais mais próximos, como Sacramento e Piumhi. Esses gêneros agrícolas eram trocados por sal e óleo para lamparina¹⁰.

Pela natureza da ocupação do solo, e pelas características urbanas dessa ocupação, o povoamento das áreas das minas se fez em forma de “ilhas” de povoamento, núcleos mais ou menos isolados uns dos outros, às vezes enquadrados dentro de verdadeiros “arquipélagos”, como no caso de Minas Gerais. (PETRONE, 1970:140 apud BARBOSA, 2007).

Em relação à mineração a área da Serra da Canastra teve uma participação incipiente no boom inicial das descobertas minerais no século XVII e XVIII, sendo constituída como *caminhos* entre os centros auríferos principais e seus postos de circulação e venda sob o controle da Coroa, caminhos esses que passavam por quilombos populosos e, esses dois grupos de sujeitos ali presentes travavam conflitos a partir de diferentes objetivos. Nesse sentido, esta região das Minas apresentou um padrão de ocupação territorial especial, cujas jazidas auríferas mais produtivas eram

10 Informações obtidas através dos relatos de campo.

determinantes nos traçados das vias que as ligavam, ou seja, os caminhos se consolidavam após a descoberta de uma jazida, que posteriormente se tornava arraial e/ou vila, dependendo da quantidade e vida útil das lavras. Essas vias se tornaram vetores de ocupação da pecuária, que se expandia ao longo de suas margens, através de caminhos colaterais que levavam às fazendas e aos pequenos povoados.

Caio Prado Jr. (2011) nas suas assertivas sobre o *Sentido da Colonização*¹¹ e nas suas explicações sobre o povoamento do interior do território brasileiro faz uma comparação entre a interiorização determinada pela mineração e aquela determinada pela expansão da fazenda de gado. Para ele, a mineração:

[...] impele o homem num arranco brusco, do litoral para o coração do continente; não há contiguidade na expansão: os núcleos mineradores vão surgir muito longe dos pontos de partida das correntes migratórias e, no espaço, intermediário permanecerá o deserto que só raras vias de comunicação atravessam (2011:55).

Os núcleos mineiros se constituirão como os principais locais de povoamento e adensamento e tomarão formas de dispersão específicas quando comparadas com as formas de dispersão pelo território constituídas pelas fazendas de gado (ideia de contiguidade e não contiguidade territorial). A dispersão provocada pelas descobertas das minas é tão bruta que os centros e povoados se formam antes mesmo das vias de comunicação entre esses novos centros e o litoral – o que parece ir ao encontro das bibliografias sobre a formação territorial da Canastra.

Essa diferença determina uma estrutura de povoamento inteiramente diversa no Centro Sul, setor da mineração, e no sertão do Nordeste. No primeiro, o que vamos encontrar quando cessam a expansão mineradora, as explorações e novas descobertas que se sucedem continuamente, provocando migrações e deslocamentos bruscos da população; quando, numa palavra, se sedimenta e estabiliza o povoamento – e isso se verifica cerca de meados do século XVIII -, o que vamos encontrar então é uma nebulosa de estabelecimentos mais ou menos separados e isolados uns dos outros, e disseminados por uma área que não é inferior a 2 milhões de quilômetros quadrados, isto é, que forma todo o miolo do que hoje constitui o território brasileiro, abrangendo os estados de Minas Gerais, Goiás, parte do Mato Grosso e um pouco da Bahia. Aquela nebulosa de

11 Caio Prado Júnior.

estabelecimentos mineradores se agrupa em três núcleos de maior densidade [...] Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. (CAIO PRADO JR. 2011: 57)

A Serra da Canastra, segundo o autor e de acordo com os mapas apresentados, parece estar no meio dessa 'nebulosa' referida por Caio Prado, mas não ser parte dos locais principais da mineração não a exclui da relação posta pelo 'sentido da colonização' e ainda revela os conflitos dessa relação que se expressam, entre outros modos, com a tentativa da esquiva dos impostos que, por sua vez, irá literalmente construir caminhos entre as aglomerações populacionais que havia, assim como com os conflitos envolvendo a população negra escrava ou liberta e os tropeiros/comerciantes.

A questão das mudanças das comarcas (LOURENÇO, 2005) com vias a fugir dos impostos cobrados também revela esse momento de territorialização do capital e do Estado Nacional por vir, particularidades que podem ser esmiuçadas nessa pesquisa como uma regionalização no Brasil colônia que emerge como uma forma particular de territorialização, cujo sentido é a produção de mercadorias.¹²

A citação abaixo contribui para pensarmos um panorama sobre o processo de formação dos municípios da Canastra:

A maior parte dos núcleos de povoamento que hoje compõem a rede urbana em torno da Serra da Canastra, embora tenham origem no período setecentista, consolidaram-se no século XIX. Essa rede surgiu de uma origem comum, assentada na aniquilação ou expulsão dos índios e quilombolas e na penetração gradativa dos colonos brancos e mestiços que, devido à crise da mineração nos grandes centros auríferos, buscaram novas terras e atividades econômicas, a princípio atividades de garimpo e pequenas faisqueiras e, esgotados os recursos auríferos, dedicando-se à agricultura e especialmente à criação de gado (Gomes, 2002: 17).

Parece-nos então que a Serra da Canastra nesse período colonial se constituía à medida da constituição das próprias lavras auríferas, confluindo essas áreas a partir dos caminhos e entrepostos necessários no trajeto entre as lavras produtivas e os locais de

12 TOLEDO, Carlos; BOECHAT, Cássio. Mobilização do Trabalho e estudo da Região. Boletim Campineiro de Geografia v. 2. 2012.

comercialização e cobrança de impostos. Esses entrepostos, por sua vez, eram as roças de baixa produtividade e a criação de gados úteis para o transporte em carros de boi.

A Serra da Canastra foi, portanto, palco de intensas disputas na segunda metade do século XVIII e o território ganhou importância econômica e política após a abertura dos novos caminhos para as minas goianas. A necessidade de ocupar e controlar o interior da colônia levou a metrópole a incentivar sua colonização, através da concessão de terras e incentivos a atividade agropastoril. Assegurado esse domínio territorial e com o arrefecimento do ciclo da mineração a pecuária extensiva tornou-se a principal atividade econômica.

As informações acima foram postas a fim de apresentar um panorama da ocupação dessa área, além de tentar reconstruir a participação da Canastra na territorialização do capital nesse momento em que o Estado Nacional ainda não estava posto de forma autonomizada. Pensamos ser necessário ressaltar que quando usamos o termo “decadência” queremos nos referir estritamente à questão produtiva dos centros minerais e não nos apoiarmos nas pesquisas que colocam o fim da mineração como condição de declínio ou decadência econômica da região mineira como um todo. Pelo contrário, a formação de uma economia agropecuária é colocada justamente como elemento de oposição a essa decadência econômica das atividades mineradoras.

Não houve colapso econômico com o esgotamento da mineração porque já se encontrava em funcionamento, há muito tempo, uma estrutura produtiva bastante diversificada, e que obtinha a maior parte de sua renda em atividades agropastoris e manufatureira” (LOURENÇO, 2005).

Com esse íterim podemos compreender de maneira geral que a formação de uma mobilidade para o trabalho na Serra da Canastra corresponde a uma divisão territorial do trabalho em que a coloca na produção de gêneros agrícolas e na pecuária leiteira, quando do processo de divisão do trabalho entre as regiões internas do estado mineiro em que o Triângulo Mineiro se especializa no gado de corte e a Serra da Canastra no gado para produção leiteira (LOURENÇO, 2005).

1.5 Sobre a relação capitalista entre colônia e metrópole: alguns apontamentos:

Após essa apresentação de caráter inicial e a discussão sobre a formação da propriedade privada de terras pela pecuária, julgamos ser relevante para essa pesquisa discutirmos acerca do caráter das relações de trabalho reproduzidas. Primeiramente falaremos sobre o escravismo, visto ser a forma de trabalho categórica da colônia e, posteriormente, a discussão calcada no momento da modernização do país cuja constituição do trabalho assalariado em substituição à escravidão africana foi cerne de variados posicionamentos críticos.

O cenário brasileiro das ciências humanas dos anos 1960 e 1970 se ocupou consideravelmente com o debate acerca do caráter das relações de trabalho no Brasil desde o período colonial quanto posteriormente pela independência, o primeiro debate sustentado nos polos escravismo colonial x trabalho livre metropolitano, o segundo, campesinato x trabalho assalariado, ambos os binômios questionando se as formas de reprodução social estariam completamente permeadas pelo capitalismo ou o Brasil estaria no caminho da transição para um “capitalismo real”.

Abrimos o desenvolvimento deste capítulo com uma discussão acerca das relações de produção e de reprodução social entre a colônia brasileira e a metrópole portuguesa tangenciando-a pela particularidade periférica da América portuguesa no conjunto do sistema capitalista no momento do moderno enquanto formativo de uma economia mundo. Isto implica dizer que, a constituição de um território colonial, também é tida a partir da necessidade da realização de uma riqueza mundial em que a colônia estabelece-se a partir de uma acumulação primitiva para a formação da realidade europeia com seus pressupostos e sua formação categorial – ou seja – a colônia como empresa produtora de mercadorias para a Europa revela por si que os pressupostos sociais e econômicos basilares para a formação do futuro Estado nacional brasileiro foram estruturados contextualmente com o fim do Antigo Regime.

Mesmo os autores que afirmavam que a acumulação primitiva europeia teve como impulso a colonização do Novo Mundo, a manutenção escravista das relações de trabalho

na colônia tendeu a interpretações diversas sobre a presença do caráter capitalista nas colônias portuguesas. Tanto na Geografia quanto na História houveram interpretações e uma produção bibliográfica considerável que entendia, por exemplo, que a permanência da mão de obra escravizada no Brasil indicava que os preceitos do liberalismo europeu estavam em dissonância com a formação territorial brasileira. Essa interpretação de que as ideias liberais gestadas na Europa durante os séculos XVIII e XIX foram artificialmente importadas e eram incompatíveis com a realidade brasileira por ser esta fundamentada na escravidão, instituição entendida por esta perspectiva como estranha aos ideais de liberdade individual, esteve presente nas produções acadêmicas principalmente entre as décadas de 1960 e 1970.

Essa historiografia entendia que o fato dos ideias liberais terem sido importadas da Europa e não gestadas no Brasil, através de lutas da nascente burguesia contra os privilégios de uma aristocracia, soaria falsa e artificial a implantação do liberalismo num país em que os adeptos de tais ideias pertenciam a um mundo rural e viviam em relações clientelistas.

Essa 'marca' do escravismo foi por muito tempo a justificativa central de uma análise historiográfica clássica que afirmava um sentido incompleto do liberalismo brasileiro, por sua vez determinante de inconciliáveis paradoxos enfrentados pelo sistema político durante todo o processo de formação deste Estado Nacional. Nas palavras de Emília Viotti (2010):

Os princípios liberais não se forjaram, no Brasil, na luta da burguesia contra os privilégios da aristocracia e da realeza. Foram importados da Europa. Não existia no Brasil da época uma burguesia dinâmica e ativa que pudesse servir de suporte a essas ideias. Os adeptos das ideias liberais pertenciam às categorias rurais e sua clientela. (...) Dentro dessas condições soariam falsos e vazios os manifestos em favor das fórmulas representativas de governo, os discursos afirmando a soberania do povo, pregando a igualdade e a liberdade como direitos inalienáveis e imprescritíveis do homem, quando, na realidade, se pretendia manter escravizada boa parte da população e alienada da vida política outra parte¹³.

13 COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo: Editora Unesp, 2010 (9ª edição), p.32-33.

Trata-se de uma interpretação mais tradicional que tende a tomar o liberalismo como uma doutrina absoluta, por vezes reduzindo a importância de suas disputas internas e de sua relação com a prática social, movimento que por fim irá caracterizá-lo como um produto social, vinculado a determinado tempo e lugar¹⁴.

O que uma historiografia subsequente, crítica a esta postura, demonstrará é que, ao contrário, quando analisado como um modelo ou interpretado de maneira engessada, o liberalismo não se “encaixa” em nenhuma realidade social, porque efetivamente a conexão entre doutrina e prática social não é linear, mas se dá a partir de tensões que constroem meandros e reconfiguram uma e outra (DIAS, 2005)¹⁵.

Há outras linhas interpretativas que defendem haver uma compatibilidade entre liberalismo e escravidão, por um lado analisando o processo brasileiro de maneira comparada com outros regimes liberais seus contemporâneos, e por outro lado analisando a realização e consolidação de pilares liberais tais como a igualdade formal e a consequente formação do trabalho(ador) livre. Esta historiografia mais moderna entendia a permanência do escravismo no Brasil não como incoerência, mas como contradição inerente ao papel colonial na estruturação do comércio mundial das mercadorias.

Algumas críticas sobre a incompatibilidade entre os ideais liberais e a permanência da escravidão no Brasil acabaram por ser profundamente duais, “no sentido de que não se tratava de uma contradição do capital enquanto sua identidade, mas de uma forma específica de capitalismo, o periférico, que não teria conseguido atingir os termos de uma perfeição daquele capitalismo central. Daqui irá desembocar a teoria dos países subdesenvolvidos por exemplo.

Segundo Silvia Lara (1998)¹⁶, o que levou à ideia de transição como forma de compreensão da relação colônia X metrópole foram os postulados estruturantes mais amplos dessa falsa dicotomia, quais sejam, o de “escravidão versus capitalismo”, análogo ao de “arcaico versus moderno”, “campo versus cidade”, etc; oposições que, em última

14 O aprofundamento no debate sobre o caráter do liberalismo no Brasil desencadeou-se a partir do célebre ensaio de SCHWARTZ, Roberto. “As ideias fora do lugar” presente em: “Ao vencedor as batatas”. São Paulo: 2000 e a subsequente resposta de FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. “As ideias estão no lugar”. Caderno Debates, São Paulo, n1, 1976.

15 DIAS, Maria Odila da Silva. “Ideologia liberal e construção do Estado”. In: A Interiorização da Metrópole e outros estudos. São Paulo, Alameda, 2005.

16 LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. Proj. História, São Paulo, 1998.

instância, contrastam as relações de trabalho escravistas como “atraso” e as relações de trabalho assalariadas como “modernidade”. O problema central da dicotomia é que ela estabelece dois – e somente dois – pontos antagônicos, em que se pode compreender mais claramente cada um deles diferenciando-os, além do fato de que a dicotomia anuncia a necessidade de “superação” de um dos lados em prol da realização plena do outro tido como ideal.

Ao negar uma incompatibilidade entre os ideais liberais e o cenário brasileiro, esses estudos se aproximam de uma compreensão que vê a particularidade como partícipe de uma totalidade e não como incompatibilidade entre ideias e lugar. O problema estabelecido por este percurso teórico e metodológico era o de que o fio do pensamento estava posto no tempo como condição apriorística que, assim posto, não permitia observar os termos de uma contradição entre racional e irracional que indicavam que a própria contradição deveria se portar como condição metodológica para uma crítica sobre a modernização periférica.

Este posicionamento da incompatibilidade brasileira parte do pressuposto de que a periferia não teria, ainda, estabelecido os termos de um aperfeiçoamento de seu processo de acumulação, do que derivariam as crises sociais como algo específico desta parte do mundo. Trata-se do tempo visto como possibilidade de aperfeiçoamento ou de desenvolvimento. O tempo posto como determinante desta compreensão ilude de racionalidade a irracionalidade necessária de ser desvelada, onde a simultaneidade dos processos deveria ser observada como uma abstração espacial de onde a própria periferia se veria como partícipe e não como o atraso a ser superado. É somente através do tempo que é possível compreender ilusoriamente a periferia como o vir a ser do centro. Nas palavras de Anselmo Alfredo¹⁷:

A sucessão posta como forma de análise dos termos estabelecidos pela modernização periférica não permitiu observar a simultaneidade, portanto, como os termos da crítica necessária a se constituir ao capital que assim era periférico e central ao mesmo tempo, e esta crítica não poderia se limitar a um dos aspectos porque assim tomou a parte pelo todo e não compreendeu a relação entre particular e o universal da qual a periferia era um momento integrado.

17 ALFREDO, Anselmo. Reprodução crítica, modernização contraditória. O tempo como fetiche de razão na irracionalidade espacial do capital.

Nessa pesquisa seguimos um posicionamento teórico que defende que tais incompatibilidades devem ser compreendidas como contradições da própria identidade colonial, ou seja, olhar o papel colonial como momento particular de gestar as categorias do moderno tanto em território europeu como no seu próprio assumindo que a dinâmica interna da colônia na relação com o mercado externo europeu irá fincar as características da identidade colonial/periférica – e é na relação entre o externo, mas também nas suas determinações na colônia que teremos um ponto explicativo dessa realidade em formação.

Na historiografia clássica citada no início desse subcapítulo vimos que a descontinuidade do Brasil colônia em relação à Europa não foi interpretada como particularidade constitutiva, pelo contrário, posta como incompatibilidade de análise. Nesse momento, nos valemos das palavras do grupo de estudos do Laboratório de Estudos Urbanos¹⁸:

Oculto sob o véu do valor associado à metrópole, organizado pelo monopólio, pelo lucro comercial e pelo trabalho forçado, o capital era acumulado de modo a mover os primeiros passos da revolução industrial. Marx percebe tal dimensão contraditória dessa totalidade cindida quando reconhece que o que parece ser o outro, guarda relações fundamentais com a constituição do mesmo: a violência da imposição do trabalho que o fetiche e a naturalização vinham já tratando de abstrair ficavam desmascarados, e o segredo da metrópole era assim revelado sob as condições explícitas da mobilização colonial.

O “Sentido da Colonização” de Caio Prado Júnior (2000) tenta colocar as diferenças regionais internas numa relação de unidade a partir do comércio externo enquanto sentido para a produção de mercadorias dessas regiões, clareando que a dinâmica entre colônia e metrópole visava realizar a lógica mercantil ao mesmo tempo em que se submetia às particularidades naturais e sociais dos ‘arquipélagos’ produtivos da colônia.

18 Formação do Trabalho e Modernização Retardatária no Brasil. Texto elaborado em conjunto por integrantes do grupo de estudos do LABUR que se dedica à leitura e crítica das pesquisas do grupo “Krisis” assim como sobre a Teoria do Valor-Dissociação.

Aquilo que muitas vezes foi compreendido como não realizado internamente acaba por ser posto como condição da própria identidade colonial do Brasil: o sentido da produção de mercadorias tropicais para o mercado europeu feito em grandes unidades produtoras (latifúndios e mineração) e assentadas na exploração do trabalho escravizado, tanto indígena como africano, foram as formas particulares da periferia nesse sistema mundo que se formava já pelas relações sociais de produção de mercadorias.

Os excertos acima citados apontam para o elo entre essas diferenças internas e externas que se dá pela forma valor, portanto, para nós, o conceito de colonial deve ser entendido como o formar interno de uma realidade que já se encontrava sob a lógica do valor, cujas categorias de trabalho e propriedade privada da terra encontram-se em formação.

Desta forma, compreendemos a identidade do conceito de colonial nada mais é do que a formação de suas categorias constituintes, dado que esta antecipação lógica, move o processo histórico no gestar de suas categorias - trabalho e propriedade privada da terra - como a atualização deste conceito que se pôs antecipadamente. Deste ponto de vista, enfatizemos, a compreensão da identidade do conceito de colonial é a busca de elucidação do modo como se dá a formação de suas categorias constituintes enquanto uma formação social, lógica e possivelmente posta a partir de um descompasso, em relação a processos que se gestam externamente ao plano de nossa formação interna. Em outras palavras, a identidade colonial *strictu sensu* é a identidade da sua desidentidade ¹⁹.

No ensaio introdutório “As ideias fora do lugar” presente no livro “Ao Vencedor as Batatas” (2000), Robert Schwarz tece sua reflexão acerca da aparente disparidade entre a sociedade brasileira colonial e escravista e os princípios do liberalismo europeu pensando sobre a relação entre o processo sócio histórico e a forma literária dos romances. Essa discussão questionava, como vimos, a formação da sociedade brasileira que não condizia com as ideias do pensamento liberal e, portanto, o liberalismo do Brasil colonial foi compreendido como “de segundo grau”, tanto pela permanência da mão de obra escravizada quanto pelas relações que atravessavam a população livre, quando o liberalismo foi incorporado ao favor com as relações de agregado.

19 ALFREDO, Anselmo. FORMA E FORMAÇÃO ECONÔMICO SOCIAL. Valor, Trabalho, Renda da Terra e a Contradição Agrária Urbana sob o Capitalismo Mundial. O Oeste Paulista (Brasil) no Século XVIII.

O Brasil monocultor latifundiário já dominava, por assim dizer, o espírito burguês da troca comercial que visa o lucro, mas a nova tendência era que esse lucro já não deveria mais vir do escravismo. Os indivíduos agora sob um véu de igualdade formal já não podiam ser mercadoria de forma literal, era necessário agora dar continuidade ao processo categorial de transformar a força de trabalho em mercadoria – um processo libertário que irá de certa maneira amalgamar a sociedade brasileira em formação.

Nessa orientação e partindo do princípio de que “*não só da real existência vivem as ideias*” (2000:12) o autor apresenta como esse conjunto novo ideológico trazido pela Europa e Estados Unidos chocava-se com a permanência da escravidão. Um choque entre o plano das ideias, mas igualmente um choque no plano prático.

Quando se fala de liberdade nesse momento do capital fala-se de uma necessária liberdade de mobilidade tanto do capital quanto do trabalho encarnado nas pessoas pela posse – o escravizado continha em sua condição social exatamente o oposto: a imobilidade – era uma mercadoria permanente que, no limite, “*podia ser vendido, mas não podia ser despedido*” (2000:14).

Uma das críticas mais reverberada em torno deste ensaio veio da socióloga Maria Sylvia de Carvalho Franco, num primeiro momento através da entrevista contida em “*As ideias estão em seu lugar*” e no artigo “*A organização social do trabalho no período colonial*” publicado em 1978²⁰. A ponte desse artigo (1978) de Maria Sylvia de Carvalho Franco com o ensaio de Roberto Schwarz se faz pela aparente disparidade entre a “forma capitalista e o contexto colonial” ou entre “forma e formação social”, baseando sua crítica na vinculação das “ideias fora do lugar” à teoria da dependência” que entende colônias e antigas metrópoles como diferentes modos de produção e não como momentos diferentes da constituição e reprodução do capital. Para Carvalho Franco, os dois polos carregam em si a determinação principal do capitalismo: a busca pelo lucro. Por outro lado, restringir a identidade do capital à busca pelo lucro pode obscurecer as particularidades desse modo de produção na formação de países periféricos com origem na exploração de caráter colonial, pois, ainda que a autora expanda a crítica apontando para a unidade lógica entre a colônia e metrópole e leia o escravismo como fator produtivo possível no

20 CARVALHO FRANCO, M. S. de, “As ideias estão em seu lugar”. Cadernos de Debate, nº 1, 1976 e

contexto colonial, algumas particularidades ainda lhe escapam, conforme aponta a pesquisa de Cássio Arruda Boechat, que apresentamos abaixo.

A crítica apresentada pelo debate em torno das “Ideias Fora do Lugar” no Brasil colônia pode ser identificada na tese de Luís Bustamante (2005) dialogada desde o início do capítulo. Em sua tese, o autor disserta sobre o caráter não capitalista das relações de produção no Brasil escravista onde o escravismo colonial é entendido como um modo de produção não capitalista sendo um momento de transição de um modo de produção não capitalista para um especificamente capitalista e o autor busca respaldo argumentativo em Fernando Novais (1989)²¹ como neste trecho:

Fernando Novais (1986) afirmou que o capitalismo comercial europeu deu sentido à colonização. Por ter surgido sob esse modo de produção, na Colônia, vigoravam, desde o início, relações capitalistas de produção. Na escravidão, contudo, o trabalho não era realizado diretamente como mercadoria, e esta é a condição para que uma determinada relação de trabalho seja considerada capitalista [...] O problema da interpretação de Novais não está em identificar aí as origens do escravismo colonial, mas em usar esse argumento para confirmar o caráter capitalista das relações de produção fundadas no trabalho escravo (2005:75).

Além de Fernando Novais (1989), Luiz Bustamante (2005) recorre igualmente a Marx (2013) e nas práticas da violência extra econômica do escravismo como elementos de um modo de produção não capitalista, pois o trabalhador não estaria vendendo sua força de trabalho por livre e espontânea vontade e o trabalho ainda não teria se transformado em mercadoria pelo processo de autonomização das categorias do capital. O autor parece ignorar a presença da violência na formação da acumulação primitiva inglesa ao desvincular violência física do capitalismo além do processo histórico de transformação das capacidades físicas do homem na mercadoria força de trabalho como parte do processo de autonomização das categorias do capital (GAUDEMAR, 1977).

Percebemos também que o autor entende o Antigo Regime como um período histórico que não estabeleceria relação com a constituição do capitalismo enquanto o gestar do moderno. Parece ser a compreensão: se não houve por completo a

21 NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). São Paulo, 1989.

transformação do trabalho na mercadoria força de trabalho o capitalismo ainda não teria se estabelecido enquanto modo de produção e reprodução social dominante.

Essa análise se mostra relativamente etapista em detrimento do entendimento sobre as ligações mesmo que aparentemente contraditórias entre esses períodos. Os trechos abaixo (Bustamante, 2005) expressam uma crítica emparelhada a certas vertentes do debate historiográfico acima apresentado onde o Brasil escravista e não assalariado ainda estaria no momento inicial de formação do sistema capitalista enquanto modo de produção dominante:

A escravidão é fruto de uma relação de poder que antecede a exploração econômica pelo trabalho: a submissão pessoal e a existência de um estatuto jurídico desigual são as condições para que ela exista. [...] Diferente do que ocorre na relação de produção capitalista, a condição de mercadoria aparece identificada ao trabalhador, e não ao trabalho. [...] Noutras palavras, **a formação econômico-social não capitalista brasileira, existente no período colonial, admitia, dentre seus elementos, o capitalismo comercial.** Esse sistema apropriava-se do grosso do excedente gerado na Colônia; não era, todavia, a relação social de produção dominante, uma vez que esse papel era ocupado pela escravidão.

Nesse contexto, o escravismo, nas plantations do litoral, era a forma de produção dominante, mas, ao reiterar-se, levava à reprodução de várias outras formas de produção, como a pequena agricultura familiar camponesa — e camponesa com escravos —, a peonagem e a agricultura escravista de alimentos. A sociedade colonial e dos primeiros tempos do Império assemelhava-se a um mosaico de diferentes formas de organização das relações produtivas, porém, tendo o escravismo como relação dominante (2005:52-58).

O autor não estabelece em sua análise uma particularidade da colônia portuguesa que seria justamente a disponibilidade de terras que justificaria aos olhos dos exploradores a manutenção do escravismo, pois na falta da propriedade privada da terra instaura-se a propriedade privada sobre o trabalho. Contudo, Karl Marx (2013) assinala que na colônias as coisas se mostrariam diferentes como segue neste trecho de Ana Carolina Leite (2014):²²

22 LEITE, Ana Carolina Gonçalves. Formação e atualidade da questão regional no processo de modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro. Boletim Campineiro de Geografia, v.4, n.1, 2014.

as coisas [foram] bem outras nas colônias” (Marx, 1984, p. 295). Nelas, a dificuldade em impor a mobilidade do trabalho fundada na liberdade do trabalhador de se sujeitar ao capital fora determinada pela oportunidade constante de que o trabalhador, podendo encontrar-se de posse de suas condições de trabalho, especialmente a terra, usufruísse ele próprio do produto do seu trabalho, ao invés de enriquecer ao capitalista. Nesse sentido, na colonização da América Portuguesa, a subordinação do trabalho africano pelo cativo, além de constituir um negócio altamente rentável para o capital comercial português, no qual a mercadoria escravo, comercializada, era lucrativa antes mesmo de ser empregada na produção de mercadorias (PRADO JR., 1979; NOVAIS, 2005), correspondia à possibilidade de mobilizar trabalhadores por meio do emprego direto da violência. Essa dinâmica de mobilização era garantida por uma forma de territorialização do capital que lhe era subjacente (FAORO, 1991), num contexto no qual a ampla disponibilidade de terras passíveis de serem apropriadas pela posse permitia que o trabalhador, se abandonado ao seu dispor, trabalhasse antes para si próprio do que para valorizar o capital (2014:65)

Para Fernando Novais (2005) há uma relação determinante entre o fim do absolutismo do Antigo Regime com a colonização na América em que o escravismo na América Portuguesa foi parte integrante do processo de constituição do capitalismo e a crise do sistema colonial estaria intrincada ao fim do Absolutismo visto que o questionamento do exclusivo metropolitano questionava as formas monárquicas de controle político:

A ordem capitalista não surgiu, aqui, da evolução da formação pré-capitalista herdada da fase colonial, que continuou a reproduzir-se, pois seus dois pilares, a grande propriedade e a escravidão, persistiram no Império. O capitalismo, no Brasil, foi um processo novo, gerado no meio urbano, em parte, como consequência do transplante externo de padrões de comportamento, em parte, pela necessidade de inserir a grande lavoura brasileira num mercado internacional cada vez mais competitivo. Esse capitalismo nascente extraía sua vitalidade da reprodução das antigas relações de produção (2005:52).

Já no capítulo II²³ da tese de Cássio Arruda Boechat (2013) temos uma interpretação sobre o escravismo como parte integrante do processo de acumulação primitiva europeu. Pudemos compreender com este capítulo de sua tese alguns dos meandros do “projeto básico” do “Sentido da Colonização”. Em oposição a Luís Bustamante, Cássio Boechat não compreende a permanência do escravismo como um caráter não liberal ou não moderno da colônia portuguesa. Articulado outros autores para compreender melhor a ligação entre colônias e metrópoles no processo de transição do Antigo Regime para o modernidade a colônia passa a ser lida pelo seu caráter contraditório como condição metodológica da crítica e não excludente.

Partindo do marco analítico presente na pesquisa sobre a “Formação do Brasil Contemporâneo” (Prado Jr., 2000) a qual aponta para o papel dessa colônia como empresa produtora de mercadorias tropicais para a Europa, o autor sinaliza para a constituição em processo de um sistema ainda em consolidação referindo-se a “*uma nova ordem, que é a do mundo moderno*” europeu. (Prado Jr.,2000; 8-9 *apud* Boechat). Seguindo o raciocínio de que a economia brasileira era essencialmente comercial, Caio Prado Júnior escreveu o livro “Formação do Brasil Contemporâneo”, para mostrar que a formação do Brasil é a formação colonial. Para tanto, é na era colonial que podemos identificar e explicar a lógica subjacente do “sentido da colonização”, estabelecendo a relação da colonização como produto da expansão comercial europeia. Dessa forma, a economia colonial era uma economia voltada para o mercado externo. Contudo, foi essa economia que produzia para a exportação e que não conseguia crescer sem também fazer crescer, concomitantemente, o seu mercado interno, que gerou, dialeticamente, a economia nacional. Assim, o sentido da colonização foi o de criar, contraditoriamente, o Brasil.

O debate apresentado por Cássio Boechat (2013) discute sobre o sentido da colonização de Prado Júnior (2000), se preocupando em realizar um movimento analítico em dois níveis articulados: um focado na totalidade das trocas comerciais e das relações sociais entre Europa e Novo Mundo, tangendo o sistema capitalista pelas suas premissas mais intrínsecas, tal qual as trocas pela forma social da mercadoria. Seu outro nível de análise parte da relevância dada aos condicionantes internos à colônia Brasil que foram

23 BOECHAT, Cássio Arruda. O colono que virou suco: Terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista. São Paulo, 2013.

se estruturando durante o momento colonial em sua própria processualidade histórica e que teriam dado os contornos, inclusive, de sua própria superação enquanto sistema econômico.

A apreciação sobre o colonial, nesses critérios, enquadra sua análise numa compreensão que deve vir a posteriori ou mesmo durante sua processualidade enquanto um momento do sistema econômico capitalista ao mesmo tempo que mobiliza discussões teóricas debruçadas sobre as particularidades internas à colônia que conferiram especificidade ao desenvolvimento constitutivo do colonial. Une-se bibliografias que argumentam em torno desses dois níveis de análise.

A discussão busca permear as relações de acumulação de capital e de relações sociais tanto ao nível da totalidade quanto ao nível da particularidade tangenciando a contradição como condição imanente de uma crítica que se propõe real e atentando para não ignorar aspectos internos que se mostram intrínsecos à construção da crítica.

Para isso o autor faz uma breve apresentação das formulações principais de Caio Prado Júnior no que concerne ao debate da constituição histórica e lógica dos principais preceitos da colonização dos trópicos. A expansão colonial é encarada enquanto resultante de um sistema em expansão e de caráter articulador onde a produção comercial aos moldes europeus teria se expandido para áreas do globo antes não integradas. Essa “integração por expansão” estabelecerá funções específicas no conjunto da produção, formas de organização produtiva e de exploração igualmente específicas internamente ao território das colônias americanas. O jogo das influências direta e indiretas que permeia os preceitos basilares dessa forma de produção cuja mediação da mercadoria dá o sentido geral e as particularidades que vão se consolidando nesse “vir a ser” expressam o interno do sentido colonial.

Em outras palavras, a expansão desse capital comercial europeu para as Américas objetivava a produção de mercadorias que de acordo com as características climáticas não poderiam ser produzidas nos territórios de sempre. Essa diferenciação de áreas entre tropicais e temperadas é apontada inicialmente por Prado Júnior (2000) onde igualmente corresponderia uma diferenciação interna às Américas colonizadas. Ao território setentrional, devido às similaridades físicas/naturais as mercadorias produzidas acabariam por não se diferenciar da sua metrópole inglesa ao passo que na colônia

portuguesa localizada entre os trópicos a diferenciação da área tropical “cumpriria o seu sentido”. Além da diferenciação entre áreas tropicais e temperadas, a organização produtiva interna às Américas acentuaria outra diferenciação: a organização social produtiva dessas mercadorias.

Deste preâmbulo, abre-se para a discussão a organização escravista produtiva da América Portuguesa e o tráfico de africanos:

[...] seu caráter (sentido da produção de mercadorias tropicais) de grande empresa decorria, pois, da extensão das intenções de exploração que já se verificavam na própria expansão do comércio europeu e que, na América do Norte, teriam ficado “atrofiadas” pela possibilidade de apenas se produzir o que também se podia produzir na própria Europa e pelas motivações de seus colonos. Por seu lado, a grande empresa produtora de mercadorias tropicais para a Europa, conformar-se-ia, principalmente, com a grande plantação ou a mineração dessas mercadorias em grandes extensões de terra e com a exploração do trabalho escravo. O sentido de produzir mercadorias para o exterior, levava, pois, a uma estruturação social para realizá-lo e desta decorreria a nossa sociedade colonial e mesmo aquela que se colocaria após a Independência (2013:118-119).

Cássio Boechat afirma que a análise de Prado Júnior sobre a constituição dos pilares da modernidade parece centrar-se na mediação pela mercadoria como forma geral de sociabilidade que instituíra inclusive o sistema colonial, nomeando-o como “projeto básico”, assim o autor desenvolve sua argumentação considerando aspectos aparentemente marginalizados nos debates historiográficos da organização do sistema colonial e mesmo imperial do capital, chamando atenção para alguns pontos da observação que teriam ficado obnubilados mesmo sendo “*fundamentais na existência das mercadorias em si*”. Com isso, indica os elementos constitutivos da expansão do capital comercial europeu, acrescentando a noção “*de falta de uma suposta homogeneização completa de um padrão de sociabilidade*” (2013:119-122).

O aprofundamento da discussão pelo historiador Fernando Novais (2005) aponta que o capital comercial e as colônias realizariam não exclusivamente a expansão do capital comercial europeu, mas igualmente a constituição da acumulação primitiva das metrópoles na transição do feudalismo para a modernidade, ratificando a discussão de

Caio Prado Júnior (2000), de que o sentido da colonização deve ser compreendido enquanto sistema e acrescentando à este o papel das colônias com um sentido último de permitir e acelerar o processo de acumulação primitiva e de formação dos Estados Nacionais europeus.

A partir do “Sentido da Colonização” de Caio Prado Júnior, Fernando Novais afirma os limites da análise realizada por seu autor. Para ele Caio Prado Júnior, ao definir o sentido da colonização como produto da expansão comercial europeia, não percebeu que essa expansão nada mais era do que um dos componentes da formação do capitalismo. Assim, ao privilegiar o comércio, mas por não analisá-lo por intermédio da dinâmica do sistema econômico, a análise empreendida por Caio Prado Júnior somente conseguiu enxergar que a economia colonial gerou a economia nacional. Para Fernando Novais, caso busquemos uma integração crítica das contribuições de Caio Prado Júnior, poderemos notar que:

[...] no movimento de inserção no conjunto, isto é, no esforço por apreender a categoria básica, sua análise se deteve ao meio do caminho. Trata-se de definir com precisão o que deve ser inserido, e em quê; e talvez o Brasil na expansão marítima europeia seja um recorte que apanhe apenas algumas dimensões da realidade, não levando o olhar até a linha do horizonte; “Brasil”, é claro, não existia, senão enquanto colônia; e é da colônia portuguesa que trata Caio Prado Jr.: a questão é saber se não seria preciso a consideração de conjunto do mundo colonial. Expansão comercial europeia é, na realidade, a face mercantil de um processo mais profundo, a formação do capitalismo moderno; a questão é saber se não seria procurar as articulações da exploração colonial com esse processo de transição feudal-capitalista. Deste modo, a análise, embora centrada numa região, seria sempre a análise do movimento em que seu conjunto, buscando permanentemente articular o geral e o particular. A colonização não apareceria apenas na sua feição comercial, mas como um canal de acumulação primitiva de capital mercantil no centro do sistema (Novais, 2005)

Para Fernando Novais, então, Caio Prado Jr. enfatizou o empreendimento mercantil como capaz de criar a colônia e que, por intermédio desta, foi gerada a nação brasileira. A análise empreendida por Caio Prado Jr., porém, não conseguiu apreender o movimento geral pelo qual passava a era moderna, transitando para o capitalismo. Isso porque quando inserida a irrupção da colonização de características mercantis no quadro

mais amplo do Antigo Regime, ficará claro que a dinâmica foi a de uma economia que acumulava externamente (a economia colonial), para uma formação social que internalizou essa acumulação, após o processo de emancipação política. Dessa forma, para Fernando Novais, o passado colonial foi gerador de uma formação social específica, por ele denominado de “Antigo Sistema Colonial”. A partir de suas especificidades, o sentido subjacente do Antigo Sistema Colonial é o de explicar, historicamente, a formação do capitalismo, por meio da acumulação primitiva de capital, realizada pelo centro mais dinâmico da economia.

Entendemos que Fernando Novais buscou compreender os elementos determinantes da economia colonial articulando-os ao processo de acumulação de capital, isto é, na formação do capitalismo com a transição do feudalismo. Buscando uma análise que abarque a totalidade do sistema, a metrópole aparece como condição de existência da colônia e nesse sentido, a análise da economia colonial deve ser pensada para além da dinâmica social produtiva, ou seja, para além do escravismo colonial, aparecendo este como resultado do sistema.

Tendo sua análise determinada pela expansão e acumulação do capital comercial, Fernando Novais, compreende a escravidão moderna colonial a partir do tráfico de cativos africanos. Sendo assim, ao passo que o novo capitalismo comercial implicou no uso de trabalho escravizado no Novo Mundo, este igualmente, participa no sistema como forma de acelerar a acumulação primitiva do capitalismo industrial na Europa.

A contribuição de Luiz Felipe de Alencastro (2000) para se compreender que o sentido da produção de mercadorias tropicais é parte de um processo extremamente impositivo e de processualidade histórica própria decorre da “*necessidade de colonizar os colonos*”²⁴ e de exercer de fato o chamado “*exclusivo colonial*” (definido após 1580), revelando que no desdobramento interno das relações sociais da colônia sua estrutura reproduzia práticas que em sua organização se mostravam incapazes de reproduzir *ipsis literis* a acumulação europeia via cobrança de tributos retomando a ideia sobre a importância (ainda que não descolados ou não absorvidos por esse de maneira negativa) de destampar o véu de uma suposta linearidade e generalização acentuada da história interpretada que obnubila toda uma miríade de ações e de personificações.

24 ALENCASTRO, Luiz Felipe (2000:22 *apud* Boechat, 2013:124).

A leitura de Boechat sobre Alencastro afirma que o tráfico negreiro acaba por instituir uma centralidade nova que se articulava à forma de colonização na América portuguesa das mercadorias tropicais, resultando assim num comércio particular entre Brasil e África *“expressado espacialmente pelas rotas no Atlântico Sul, mas orientado economicamente pelo domínio marítimo das potências metropolitanas”*. Essa articulação do tráfico negreiro ao sistema colonial acaba por extrapolar o caráter meramente econômico e sinaliza para uma nova forma de colonizar, segundo Alencastro:

realizando a reprodução da produção colonial, o tráfico negreiro se apresenta como um instrumento da alavancagem do Império do Ocidente. Pouco a pouco essa atividade transcende o quadro econômico para se incorporar ao arsenal político metropolitano. Dessa sorte, a problemática apresentada nas páginas precedentes investe-se aqui de todo o seu significado: o exercício do poder imperial no Atlântico – como também as trocas entre o reino e as colônias – equaciona-se no âmbito do trato negreiro. [...] De consequências decisivas, na formação histórica brasileira, o tráfico extrapola o registro das operações de compra, transporte e venda de africanos para moldar o conjunto da economia, da demografia, da sociedade e da política da América portuguesa (Alencastro, 2000; 28-29 apud Boechat, CÁSSIO, 2013:125).

Percebendo que o comércio escravista reproduzia a acumulação metropolitana, Alencastro assinala para a questão do sistema colonial ter sido implantado gradativamente onde seriam testadas “formas de produção” que viabilizassem a acumulação metropolitana, sendo o tráfico de africanos uma dessas formas.

A maneira como a acumulação em questão se desenvolveu traz para o autor o questionamento se é pela demanda de escravizados viabilizados como mão de obra na produção das mercadorias tropicais ou se pela oferta de escravizados pelo tráfico que estaria fundamentado o processo de realização do sentido da colonização. – a pergunta é: qual o papel do tráfico na economia do sistema colonial? Cássio Boechat responde que *“mais do que um trabalhador cativo, o escravo era também um patrimônio e até um objeto de consumo de luxo, que representava a riqueza do seu proprietário.”* (p.125).

Alencastro (2000) sugere que o tráfico se constitui como comércio antes mesmo de se vincular estritamente à produção da América portuguesa. O lucro era da troca dos africanos escravizados e não da produção de mercadorias por eles, mas ratifica haver antes uma interação do que uma sobreposição nos pares da relação.

Enquanto Fernando Novais (2005) acrescenta à discussão de Prado Júnior (2000) o papel do sistema colonial como catalisador da acumulação primitiva europeia e como parte do processo de crise entendido pelo autor como imanente ao período absolutista (ou seja, a acumulação de capital na metrópole proporcionada pelo sistema colonial monopolista acabou por ser componente relevante do processo de constituição dos estados modernos europeus ocorrido com o fim do Antigo Regime), Alencastro, por sua vez, acrescenta ser necessário uma *“interpretação aterritorial da formação do Brasil”* (Alencastro, 2000; 42 apud Boechat, 2013:126), a medida que ressalta, entre outras informações, a prática do comércio no Índico como fator que resultaria na expansão do comércio europeu para o eixo do Atlântico Sul.

De todo modo, além de ressaltar o processo de constituição do sistema de colonização, o estudo de Alencastro ainda nos sugere pensar em articulações territoriais do mercado colonial distintas daquelas que Novais (1969) aparentemente sugere, na medida em que este último focava sobretudo a colonização do Brasil fomentando a acumulação europeia. A centralidade do comércio do Atlântico Sul, de acordo com Alencastro, sugere que pensemos também a centralidade do comércio do Índico, que inicialmente motivaria a expansão marítima. Ou, nos termos do autor, tudo isso —impõe uma interpretação aterritorial da formação do Brasil (Alencastro, 2000 apud Boechat, 2013:126).

Fernando Novais (2005) sustenta sua argumentação buscando compreender o que teria ocorrido com a metrópole portuguesa no momento da crise do antigo sistema colonial com o esfacelamento do exclusivo metropolitano, período correspondente à independência das colônias, revelando uma perspectiva de análise que buscava correlacionar a crise do Antigo Regime e dentro desta o papel da crise do sistema colonial, que por sua vez, correspondia ao processo interno de formação do Estado Nação. A acumulação primitiva metropolitana realizada e acentuada pelos pilares do

sistema colonial resultaria na crise do Absolutismo, que conjuntamente aos processos internos à colônia – como uma acumulação interna de capitais na mão de uma classe social com interesses não mais vinculados à metrópole – acabaria por impor também o fim do sistema colonial:

Absolutismo, sociedade estamental, capitalismo comercial, política mercantilista, expansão ultramarina e colonial são, portanto, partes de um todo, interagem reversivamente neste complexo que se poderia chamar, mantendo o termo da tradição, Antigo Regime. São no conjunto processos correlatos e interdependentes, produtos todos das tensões sociais geradas na desintegração do feudalismo em curso, para a constituição do modo de produção capitalista. Nesta fase intermediária, em que a expansão das relações mercantis promovia a superação da economia dominial e a transição do regime servil para o assalariado, o capital comercial comandou as transformações econômicas mas a burguesia mercantil encontrava obstáculos de toda ordem para manter o ritmo de expansão das atividades e ascensão social; daí, no plano econômico, a necessidade de apoios externos – as economias coloniais – para fomentar a acumulação, e no nível político a centralização do poder para unificar o mercado nacional e mobilizar recursos para o desenvolvimento” (Novais, 2005:66 apud Boechat, 2013:128).

O autor sistematiza os mecanismos que viabilizariam a realização do “sentido da colonização” em: exclusivo metropolitano, escravismo e tráfico negreiro onde a característica principal do sistema colonial passa a ser o exclusivo metropolitano que:

[...]consistia numa espécie de reserva de mercado para a metrópole, na qual a tributação e a exclusividade garantiriam sobrelucros tanto na compra de mercadorias das colônias como na venda das mesmas para outras metrópoles e na venda de mercadorias metropolitanas para as colônias, assim como nas trocas entre as colônias. Não se tratava, claramente, de haver uma concorrência nessas trocas, no que a troca desigual entre metrópole e colônia estava declarada, beneficiando primeiramente os comerciantes metropolitanos” (Boechat, 2013:128)

À produção das mercadorias tropicais circuladas pelo exclusivo metropolitano soma-se a escravidão e o tráfico negreiro como setores consideráveis de rentabilidade comercial. A escravidão estaria justificada, não apenas em relação ao comércio de africanos, mas igualmente às formas específicas da produção colonial que revelava uma

certa “necessidade” do trabalho forçado nas plantations monocultoras visto o contexto de terras abundantes encontradas por aqui, aonde o trabalhador poderia buscar uma porção de terra e trabalhar para si, revelando como prática eficiente exercer o domínio da mão de obra pela escravização de africanos para se impedir o acesso à terra e uma acumulação própria. Mas, por sua vez, o escravismo era dependente do tráfico de africanos e este mostrava-se mais eficiente do que o trabalho indígena no cumprimento do dever do sentido da colonização por justamente “*fazer fluir tributos para a metrópole, enquanto o comércio de indígenas tendia a realizar uma acumulação para os próprios colonos*”. E na medida justa da metodologia de Prado Jr. o sentido da colonização era promover a acumulação metropolitana.

Com a discussão teórica debruçada sobre os estudos de Prado Jr. (2000), Alencastro (2005) e Novais (2005), Cássio Boechat acrescenta alguns pontos da sistematização da análise sobre período colonial:

a produção de mercadorias agrícolas e minerais tropicais, a predominância do latifúndio nessa produção, o monopólio (ou exclusivo) colonial, o escravismo e o tráfico negreiro” (Cássio Boechat, 2013:128).

O contexto em que a processualidade histórica do sistema colonial da América Portuguesa se desenrolou foi concomitante à formação dos trabalhadores assalariados na Inglaterra, potência que sinalizava as condições para a primeira Revolução Industrial assim como impunha o trabalho livre em sua forma assalariada como um novo padrão de produção e reprodução. Embora a acumulação primitiva da Europa apenas tenha sido concretizada com o sistema colonial monopolista, no período das Revoluções Liberais essas formas de acumulação passam a se contrapor: “*Ao gestar a acumulação primitiva que permitia a Revolução Industrial, o sistema colonial criava as bases para a sua crise e superação.*” (Boechat, 2013:131). Alguns questionamentos se reforçam nesse momento: o exclusivo metropolitano passa a ser questionado inicialmente por uma disputa de acumulação de capitais entre a colônia e a metrópole visto não ser mais desejado o

dinheiro acumular nas mãos dos reis assim como os impostos pagos à Coroa eram cada vez mais questionados:

Em realidade, as Revoluções Liberais e os processos de Independência das colônias questionavam fundamentos do Antigo Regime como um todo, mas com eles também o monopólio colonial. Assim, o questionamento do exclusivo era, ao mesmo tempo, o questionamento da Metrópole, ou do Estado Absolutista (2013:130).

O exclusivo metropolitano também passará a ser questionado nesse período da industrialização inglesa devido ao papel de intermediário que a metrópole portuguesa impunha nas trocas comerciais com suas colônias, levando, ao fim da produção, um encarecimento da mercadoria final visto que a produção colonial passa a se constituir como matéria-prima da cadeia produtiva da Inglaterra industrial.

Acrescentando ao rol dos questionamentos, entra nesses elementos a manutenção do trabalho escravizado na produção colonial onde os trabalhadores ainda não “libertos” dos meios de produção e não assalariados, eram impossibilitados assim de se converterem em consumidores das mercadorias agora produzidas em quantidades massivas pelas potências mercantis industriais. Para além de não consumidores na condição de escravizados, o tráfico per si igualmente encarecia o preço dos produtos.

Para Boechat, inicialmente, a proibição do tráfico internacional teve duas consequências no contexto interno da colônia enfatizando a circulação interna dos cativos em que a maioria destes trabalhadores estariam sendo vendidos para as regiões do café como forma de suprir a demanda interna por fator de produção. O autor discute com a proibição do tráfico quais serão as transformações nas relações de acúmulo de capital e posse de escravos. Para ele num primeiro momento os latifundiários escravistas terão uma alta no valor de seu patrimônio visto sua menor oferta, acumulando capital com a venda dos seus escravizados. Por outro lado, os escravizados representavam um patrimônio acumulado que nas transações de compra e venda de propriedades latifundiárias eram contabilizados e incluídos no valor a ser pago pelos compradores.

Já na metrópole o processo de acumulação de capital fortalecia os estados absolutistas, mas ao mesmo tempo fortalecia igualmente a consolidação de uma classe

de comerciantes que adiante personificaria um capital autonomizado do estado absolutista e entraria em concorrência com este na disputa pelos excedentes.

* * * * *

1.6. Entre a posse e a propriedade: o escravismo como particularidade capitalista:

Em seu artigo intitulado *Organização social do Trabalho no período Colonial* (1978), a autora mostra-se crítica às concepções de Fernando Novais negando uma relação de pura externalidade na constituição do Brasil colônia procurando relacionar a organização social desta ao sistema capitalista pensado como uma totalidade que comporta particularidades.

Nesse seu estudo, Maria Sylvia de Carvalho Franco examina uma sociedade pautada na mão de obra escravizada para a produção mercantil e simultaneamente com capital presente. Tratando-se de uma investigação do sistema colonial, a autora argumenta que, a partir do século XV, é instalado um regime de produção que se diferencia dos demais visto que, até então, não havia aparecido uma forma sistemática de organização da produção em que a grande quantidade fosse a marca, associada à concentração de capital por intermédio da mão de obra escravizada.

Para responder à questão de como o escravo pode entrar na produção de mais-valia, Carvalho Franco parte da teoria da compra e venda da força de trabalho interpretando que, na teoria marxista do mercado de força de trabalho, a compra e a venda desta mercadoria aparecem nos termos tal como ela se processa, a saber, por meio das categorias do pensamento burguês em meados do século XIX em especial a busca por lucro que a tudo permeia e determina.

No artigo de 1978 temos uma interpretação teórica alternativa sobre a contraposição entre “tradição x modernidade”, “rural x urbano” contida no debate historiográfico das décadas de 1960 e 1970. A autora propõe recolocar a esfera da dominação pessoal como forma social de imposição desdobrada igualmente no Estado e nas relações mercantis. Afirma que há variadas relações sociais entrincheiradas nas

categorias do capital e que estas não devem ser compreendidas como oposições que se negam como ocorre na visão dualista que percorreu grande parte do debate historiográfico sobre o Brasil pré independente assim como presente na tese de Luís Augusto Bustamante (2005).

A ressalva que estrutura este artigo²⁵ se assenta na recusa de interpretar a escravidão como “um modo de produção” específico do desenvolvimento econômico do Brasil. Para a autora a escravidão é entendida como uma instituição articuladora das relações sociais e econômicas brasileiras engendrada na totalidade do capitalismo. Nesse ínterim fica clara a posição da mesma em negar a concepção de que no capitalismo quando implementado e reproduzido de acordo com os termos e pressupostos europeus (inclusive os ideais liberais de igualdade jurídica) residiria uma relação sócio econômica muito mais progressiva e humanista do que a escravidão com suas explícitas violências. Assinala para um uso a-histórico responsável por sustentar esse dualismo conceitual e acusa de utópico os críticos que defendiam um liberalismo incompleto na sociedade escravista brasileira.

Desenvolve sua crítica partindo do movimento da constituição das categorias do capital implicando em suas determinações, situações e realidades particulares que aparentam não estarem de acordo com a forma decorrida nos países centrais, quando entendidas estas realidades como não atravessadas pelas mesmas determinações; nega-se assim uma diferenciação interna ao processo imanente das determinações gerais do capital e postula-se como “dualidades não integradas” os mais diversos coloridos que esse sistema assume em sua expansão e dominações sócio econômicas.

As teorias sobre a história brasileira são sustentadas por uma temporalidade entendida como uma série causal, estabelecendo-se entre os polos que se articulam no capitalismo mundial uma relação linear de condição à consequência. (1976:3).

Particularmente ao período colonial, afirma:

As sociedades coloniais não aparecem como o ressurgimento de formas antigas de organização sócio econômica ou como sobrevivências do mundo

25 Organização do Trabalho Social na Colônia. Revista Discursos. (1978).

medieval. Pelo contrário, elas são momentos do processo que inaugurou o modo de ser moderno das sociedades ocidentais [...] operando-se com esse esquema torna-se residual a descontinuidade entre as sequências de transformações convertidas em modelo e a série de mudanças observáveis na realidade que está sendo investigada. Esta última é ordenada numa sucessão conforme as etapas do modelo e o tempo é convertido numa dimensão fortuita, num suporte onde se desenrolam os estágios que apresentam paralelos com aqueles que se encadeiam no esquema. Assim, conceitos que são históricos, e transformações presas a realidades determinadas, surgem como etapas de uma série evolutiva. A colônia com suas peculiaridades, estaria cumprindo seu destino por esse caminho geral. É óbvio que esse método afasta como irrelevantes as determinações particulares (1978:2).

Parece ser esta interpretação sobre o formar interno da colônia como particularidade (e não como negação) da processualidade do capital que difere as pesquisas de Luís Bustamante (2005) e Carvalho Franco (1978) no que tange à nossa dissertação. Interessante como Bustamante recorre da mesma forma a Marx (2013) para afirmar que o escravismo brasileiro ainda não era capitalismo:

A força de trabalho como mercadoria só pode aparecer no mercado à medida e porque ela é oferecida à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para que seu possuidor venda-a como mercadoria, ele deve poder dispor dela, ser, portanto, livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e entram em relação um com o outro como possuidores de mercadorias iguais por origem, só se diferenciando por um ser comprador e o outro, vendedor, sendo, portanto, ambos juridicamente iguais.

Sustentando sua posição teórica nos seguintes termos:

A relação de produção fundamentada no trabalho escravo não se baseia na coerção puramente econômica, na qual o trabalhador, por não ter outra opção, vende sua força de trabalho a um capitalista juridicamente igual a ele. A escravidão é fruto de uma relação de poder que antecede a exploração econômica pelo trabalho.

[...] O escravo é capital apenas quando objeto do tráfico, isto é, quando interessa ao seu proprietário pelo preço que possa atingir no mercado, remunerando a inversão inicial do traficante, e não pelo trabalho que possa oferecer diretamente. Diferente do que ocorre na relação de produção capitalista, a condição de mercadoria aparece identificada ao trabalhador, e não ao trabalho. (2005:51).

Em oposição a Luís Augusto Bustamante (2005) para a autora a manutenção do escravismo é elemento constitutivo do sistema capitalista e teria de ser analisada levando em consideração as particularidades da concomitância entre trabalho livre e escravizado como uma relação que foi intrínseca ao desenvolvimento, expansão e transformações do capitalismo, mas sem apelar para uma forma demasiadamente estrutural e modelar que teria posto no tempo a ilusão da racionalidade do capital (Anselmo, Alfredo), tomando as discontinuidades encontradas como realidades que negariam o capitalismo.

Para explicar a processualidade particular das mais variadas concretudes que as determinações do capital implicam, Franco (1978) sinaliza para qual interpretação marxista devemos nos ater e apresenta a “Teoria das Formas”:

A Teoria das Formas nos leva necessariamente a colocar uma relação essencial entre escravidão moderna e capitalismo, sendo necessário determinar precisamente o sistema de produção e de dominação social assim constituído (1978:9).

A análise pelas “*Formas*” põe luz na importância da processualidade própria ao capital em seu desenvolvimento tanto lógico quanto histórico em que encontraríamos uma diversidade de elementos que seriam engendrados na constituição das categorias do capital. A análise pelas *Formas* “*enquanto teoria da história*”²⁶ pretende criticar uma leitura etapista e dualista (apresentadas e discutidas nesse capítulo), visto que corresponderia um movimento no sentido “*dos fundamentos aos resultados*”²⁷ do capital. Essa temporalidade não linear integraria os momentos lógicos determinantes do capital admitindo essa processualidade histórica própria ao sistema. Esses momentos não poderiam ter sua apreensão fora desse “movimento” mais geral e nem deveriam ser compreendidos como partes desarticuladas ou desencaixadas ao desenvolvimento do capital devido às suas espacializações e realidades concretas diferenciadas que muitas vezes conotam uma aparência de atraso como apontam algumas interpretações acerca do trabalho escravo nas colônias.

²⁶ FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. Organização Social do Trabalho na Colônia, 1978.

²⁷ Idem.

Nesse sentido, eles não poderiam ser entendidos como “modelos”, já que os elementos que os compõem não são independentes entre si, mas relacionados a uma articulação historicamente determinada, que lhes confere todo o seu caráter significativo (1978).

Para a autora esse fundamento do sistema capitalista revelador da constituição de sua plural processualidade é posto por Karl Marx no início do *Capital* já pensado pela forma da consciência burguesa e seus postulados sociais mais estruturantes como as ideias de indivíduo e de liberdade. A busca por esse fundamento, por sua vez, faria necessariamente retroagir a reflexão para a origem do capital, tentando uma leitura calcada num certo devir deste, tal qual, o processo mais geral de expropriação que apartaria o homem da sua relação direta com o meio vivido e institucionalizaria uma alienação das capacidades físicas do homem da possibilidade de seu uso por outros pela dissociação entre posse e propriedade instalada no seio da transformação da força de trabalho em mercadoria (FRANCO, 1978).

No raciocínio construído pela autora, Karl Marx compreenderia a concomitância entre trabalho livre e escravo como um momento do “ainda não” no sentido de um capitalismo já formado:

[...] quer dizer, nesse momento determinado pelo “ainda não”, de uma outra forma de trabalho expropriado – o escravo – cujo desenvolvimento esteve articulado ao trabalho livre, vinculando-se ambos no movimento de constituição e expansão dos mercados capitalistas e na instauração do domínio burguês. Como dissociá-lo do processo geral de organização social do trabalho nesse momento? (FRANCO. 1978:9)

O debate sobre a sociedade brasileira não capitalista sustentado por Luís Bustamante revela, pela nossa compreensão, uma leitura que parece se assentar igualmente na ausência desta perspectiva da processualidade do capital como passível de ser constituída por realidades particulares a qual Franco (1978) insiste. A ausência do “ainda não” estaria norteando a ideia de que o escravismo não seria uma relação de produção capitalista juntamente à ideia de que o capitalismo apenas teria se estabelecido

quando plenamente constituído o mercado livre da compra e venda da força de trabalho e caracterizado por residir na mesma pessoa tanto a posse quanto a propriedade de sua mercadoria força de trabalho, lhe outorgando o direito jurídico de a colocar à venda.

Karl Marx (2013), de fato, afirma que a condição para que a força de trabalho seja mercadoria é a de que o trabalhador seja livre, mas, o que Bustamante (2005) abstrai é a forma dessa leitura apresentada por Franco (1978) que deve ir “*dos fundamentos aos resultados*” no momento em que compreende esses fundamentos estritamente à constituição lógica do capital ocorrida no centro do sistema. Sendo assim, para o autor, sem o fundamento da expropriação econômica que origina o trabalhador livre a colônia não estaria trilhando o caminho do resultado esperado do capital. Parte-se do capitalismo já formado na análise do processo social interno da colônia.

Franco (1978) complementa a máxima de Marx (2013) e acrescenta que há por detrás mais do que a história do capitalismo nos países centrais:

O capital surge apenas quando o possuidor dos meios de produção e de vida encontra no mercado o trabalhador livre como vendedor da sua força de trabalho e esta condição histórica encerra toda uma história universal (1978:)

O caminho construído pela autora acerca de algumas premissas marxistas revela como o processo da venda da força de trabalho não teria necessariamente um “fundamento unitário de ordem lógica e histórica, mostrando que a teoria de Marx (2013) se assenta num princípio que, de acordo com a autora “*sugere que o movimento da reflexão seja exatamente o inverso daquele que encadeia a exposição*” (1978:19). Nesta inversão de leitura e interpretação proposta e na ideia de que a análise deve buscar uma “retro compreensão” residiria a potencialidade de não excluir como tipicamente capitalista relações de trabalho desenvolvidas internamente a contextos que não reproduziriam estritamente o do mercado estabelecido das trocas livres tampouco a ideia de que a força de trabalho não seria ainda mercadoria se trocada em outros termos que não os do estabelecido pelo livre mercado com a presença de possuidor e proprietário na mesma

persona. Para Franco, “o movimento é contínuo e fissurado” e “está pressuposto no início do processo, aquilo que é apanhado em seu termo como efetividade”. (1978:25)

Essa metodologia de estabelecer os pressupostos da análise categorial do capitalismo em que parte-se das categorias do presente para se estabelecer os nexos que determinariam seus fundamentos resultantes acabou por se expressar numa interpretação da obra de Marx que recorreria demasiadamente “à empiria” como ferramenta para trazer objetividade (1978). O tempo do processo histórico é entendido por essa cronologia linear e respaldado numa dada empiria, por sua vez, presa a uma realidade concreta refletida dentro dos termos de um modelo esquemático que busca se afirmar por essa cronologia linear como razão da irracionalidade aparente do capital. Sobre essa leitura, Franco afirma:

a manutenção do trabalho escravo no Brasil não deve ser entendida como um momento não capitalista, mas sim como uma realidade particular que é parte desse processo histórico de formação do capital (1978:).

O trabalho cativo nas colônias no formar do moderno não deve ser entendido como um resquício de formas pré capitalistas, mas como uma particularidade da relação que começa a se estabelecer entre o uso da força de trabalho em sua especificidade, afinal é justamente a escravidão que garantiu um lugar para o Brasil na divisão internacional do trabalho. A escravidão como instituição, e colônia e metrópole como desenvolvimentos particulares do capitalismo, carregam o essencial das determinações do capital que é o lucro. O mundial é o desenvolvimento do capitalismo como um todo e não a metrópole restritamente. Franco (1978) é categórica ao afirmar que não se usava trabalho livre no Brasil colonial justamente porque esta categoria ainda não estava formada enquanto tal. A não existência do sujeito expropriado enquanto categoria social capaz de preencher as necessidades requeridas de mão de obra é o que justificou o uso do trabalho escravizado:

Assim, o escravo africano revela-se como o agente de trabalho historicamente possível quando se dá a colonização portuguesa por via da

grande propriedade açucareira, ele constituía o único expropriado total [...] O ressurgimento da escravidão, o desenvolvimento do trabalho livre, a formação da burguesia, a constituição do empreendedor colonial são categorias unitariamente determinadas: nos tempos modernos, uma não existe sem a outra. Melhor dito, a mesma determinação essencial as atravessa (1978: 32 - 34).

Assim como a ideia de que no escravismo a propriedade do trabalho não estaria determinada por aqueles que a possuem, ou seja, não sendo o escravizado o sujeito que levaria ao mercado sua força de trabalho para vender, mas sim seu proprietário, não estaríamos diante de uma relação de trabalho tipicamente capitalista. Aqui, novamente, aproveitaremos outra discussão apresentada por Franco: a relação entre os pares “*Posse*” e “*Propriedade*”, pois cremos que dialoga com Bustamante (2005) no seu entendimento sobre o escravismo configurar um modo de produção não capitalista.

Maria Sylvia de Carvalho Franco (1978) esclarece haver uma ambiguidade entre os termos “*Posse*” e “*Possuidor*” na história do capital apreendida da exposição lógica contida nas teorias marxistas sobre a compra e venda da força de trabalho, de onde depreende-se comumente que apenas se poderia vender sua mercadoria aquele que a possui (nas configurações do mercado de trabalho livre) partindo do princípio de que a relação entre os termos está contida na mesma pessoa. Mas, retifica, afirmando ser imprescindível considerar que em qualquer caso de venda da força de trabalho deve se operar a separação entre possuidor e proprietário, tanto nas relações de trabalho livres quanto no trabalho escravizado. Pela análise construída pela autora o par *Posse* e *Propriedade* que no regime de trabalho escravizado parecia estar dissociado, no contexto do trabalho livre da existência e realização do mercado de venda da força de trabalho nos termos de Marx se mostra como indissociável, mas essa aparência de indissociabilidade resulta desta ambiguidade em relação aos termos “*posse*” e “*propriedade*” (1978:11).

A dissociação destes termos busca tanger a possibilidade de venda da força de trabalho por alguém que não a possui, projetando-se assim no mercado um vendedor de força de trabalho diferente do trabalhador livre típico e propõe tal raciocínio a partir dos termos de Marx que revelam que o proprietário não poderia ser vinculado a “*nenhuma situação histórica pré-determinada aonde nada estabeleceria sobre a obrigatoriedade da*

venda da força de trabalho ocorrer como condição inelutável de sua sobrevivência” (1978:15).

Em termos gerais no mercado de venda da força de trabalho, o exercício da propriedade da força de trabalho pode ser terceirizado, mas não a sua posse, essa é sempre inerente ao indivíduo (sendo este livre ou não), sendo assim, a posse da força de trabalho é inalienável, mas a propriedade não. O que se infere nas relações livres de mercado é a premissa de que o vendedor seja o proprietário de direito dessa mercadoria que possui. Nas relações de trabalho escravo, o proprietário está geralmente dissociado do possuidor.

Analisando as relações de venda e compra da força de trabalho no regime de trabalho livre, esclarece que até neste contexto há uma distinção entre posse e propriedade da força de trabalho como “um primeiro momento de sua alienação”: o trabalhador conserva sua posse, mas a partir do seu direito reconhecido de proprietário, vende ela para concretização de objetificações que não serão de direito/usufruto do seu possuidor. Portanto, não é exclusivamente no trabalho escravizado, onde a posse do trabalho inalienável é colocada no mercado de troca por outrem portador da legalidade jurídica da sua propriedade, que estaríamos unicamente diante da dissociação entre esses termos, pelo contrário, inclusive quando essas duas condições se encontram aparentemente reunidas na mesma pessoa elas se comportam de modo distinto na possibilidade de realização da troca da mercadoria, visto que o trabalhador transmite temporariamente a sua propriedade no estabelecimento do contrato de trabalho.

Interessante que a determinação do limite temporal do exercício da propriedade por terceiros presente nas trocas jurídicas é justamente a condição para que a propriedade seja mantida na mesma persona possuidora do trabalho que será vendido temporariamente (reconhecendo e mantendo assim sua condição de trabalhador livre). Logo, por mais que o trabalhador livre seja proprietário da sua inalienável posse ele transmite legalmente a outro o direito de ser proprietário desta posse (1978:21). Essa relação indissociável entre os pares, em seus desdobramentos, ora parecem se afirmar, ora se negam na reprodução do mercado da compra e venda da força de trabalho,

Afirma que o possuidor ser também o proprietário exprime uma das possibilidades do mercado da força de trabalho. Seria um caso particular (dos tempos modernos) este

em que em dadas condições haveria identidade entre a posse e propriedade da força de trabalho, mas não seria o único caso possível de estabelecer a venda da força de trabalho para se alcançar mais valia. Deste caso específico emerge igualmente uma personagem específica proveniente destas condições particulares de relações de troca do mercado livre, mas haveriam outros personagens decorridos das considerações gerais de troca, no caso, o escravizado. A obrigatoriedade da venda da força de trabalho como condição *sine qua non* de sua sobrevivência é resultante dos tempos modernos e não da existência do mercado da força de trabalho em si. Propondo, por fim, a hipótese de que não existe incompatibilidade entre produção capitalista e a instituição do trabalho escravizado visto que os requisitos seriam a extração de mais-valia e a força de trabalho entrar na circulação de mercadorias.

Com isso Franco sinaliza haver outras formas possíveis de se vender a mercadoria força de trabalho que não no contexto do trabalho livre, visto que a expressão “venda da força trabalho” implica exclusivamente a existência de um mercado, a princípio, e de uma persona que juridicamente, represente o exercício da propriedade da força de trabalho. Existindo um mercado, não necessariamente quem vende a força de trabalho será aquele que a possui. Abre-se a brecha para se compreender o escravismo como uma relação de mercado sobre a força de trabalho, mesmo que não nos termos da exposição lógica apresentada por Marx, que mais uma vez, é subtraída a sua compreensão quando parte-se de seus fundamentos para se pensar as possibilidades do processo histórico do capital.

Sendo requisito para a formação de mais valia que a força de trabalho seja mercadoria, o capital tona-se compatível com outros regimes de trabalho desde que realizada aquela condição, isto é, desde que constituído um mercado de força de trabalho” (1978:15).

Em conclusão, portanto, a venda da força de trabalho é, na realidade, uma síntese contraditória, em que posse e propriedade se opõem, se negam e se afirmam.

Por outro lado, para Bustamante (2005) é apenas na situação de homem livre que o possuidor da força de trabalho pode aparecer como sendo o vendedor daquilo que possui. No caso do trabalho livre ser possuidor é também ser proprietário. No caso do

trabalho escravizado, aquele que possui o trabalho (os escravizados) não são os que determinam a transação ou não daquilo que possui, ela é determinada por aqueles que juridicamente detêm a propriedade da posse do trabalho de outrem. A força de trabalho, portanto, enquanto mercadoria só poderia ser vendida na condição em que o seu possuidor fosse legalmente reconhecido como aquele que pode determinar a sua venda, o que institucionalizaria em termos jurídicos a transação da mercadoria força de trabalho. É a este ponto que a discussão teórica de Bustamante (2005) adere revelando alguns entraves da teoria marxista que devem ser rompidos na análise dos vínculos entre a escravidão moderna e o capitalismo.

Ao não apreender que nas relações livres de mercado, a propriedade do trabalho é igualmente exercida por outro, ainda que temporariamente, agarra-se a ideia que a propriedade quando exercida por outrem é determinante de uma relação de trabalho que ainda não estaria circunscrita ao capitalismo. Na ausência de uma leitura que entenda que os fundamentos lógicos não são pressupostos únicos dos quais deve se principiar e direcionar todo o percurso da análise, na ausência desta leitura que retroage, nos termos de Franco (1978), Bustamante (2005) reproduz o debate historiográfico clássico dos anos 1960 e 1970 sobre um Brasil ainda não capitalista e não liberal. A interpretação do autor de que a força de trabalho apenas aparece como mercadoria quando oferecida pelo seu possuidor agarra-se a esta interpretação de que a força de trabalho só pode assumir essa forma, por vez, quando o trabalhador for livre.

Outra reflexão que podemos construir a partir do excerto selecionado de Bustamante (2005) é sobre a entrada de lucro no escravismo estar vinculada apenas ao momento de circulação, sendo *“o escravo capital apenas quando objeto do tráfico, isto é, quando interessa ao seu proprietário pelo preço que possa atingir no mercado, remunerando a inversão inicial do traficante, e não pelo trabalho que possa oferecer diretamente”* (2005:51).

Enquanto Fernando Novais (2005) ou Luiz Felipe de Alencastro (2000) afirmam similarmente que o tráfico negreiro dava lucro antes mesmo de se vincular à produção açucareira, Franco (1978) irá relacionar a instalação e manutenção do escravismo e da grande propriedade diretamente ao aumento da demanda por açúcar nas relações mercantis de Portugal. A autora afirma que é por uma demanda maior no mercado de

consumo que surge a necessidade de reorganizar o setor produtivo, o que, por sua vez, ratificaria a instalação do latifúndio monocultor escravista como forma produtiva assumida pela empresa açucareira portuguesa.

A autora defende que em um momento em que as forças produtivas freiam por um tempo seu desenvolvimento tecnológico a maneira encontrada de se produzir mais mercadorias, no caso, o açúcar, se dá pela implementação literal de mais trabalho e essa relação seria diretamente proporcional. A instituição da escravidão se mostrava assim como possibilidade de se mobilizar um maior contingente de trabalhadores correspondendo por sua vez à uma necessidade maior de circulação da produção. Tecendo as indicações dessa relação entre produção e comercialização e seu modo correspondente de trabalho, afirma:

Nesses termos, os empreendimentos açucareiros têm um significado no processo de constituição do capitalismo moderno que é fundamental. Não é errada, mas parcial, a interpretação de que as colônias portuguesas do Atlântico constituam um dos fatores que contribuíram para a formação do capitalismo na medida em que eram fontes supridoras de mercadorias, mediante “formas pré-capitalistas” de produção. [...] Penso que o vínculo entre ambas pode ser melhor precisado: com o latifúndio e a escravaria se instala um modo de produção presidido pelo capital, vale dizer, um sistema particular de dominação social. (1978:33).

Tal relação posta entre as esferas produtiva e de circulação coloca a o latifúndio açucareiro e sua forma de mobilizar trabalho na estrutura particular do capital de maneira fundamental.

O ponto de vista assumido pela autora ao afirmar que o trabalho cativo era a forma de trabalho que expressava a expropriação mais incisiva sobre o trabalhador pode ser complementado pelo posicionamento de Jacob Gorender (1985) quando afirma que o trabalho cativo e as plantations já eram práxis de Portugal desde antes de sua colônia americana. Enquanto Fernando Novais sugere igualmente que o escravismo é implantado aos passos na colônia brasileira, Jacob Gorender (1985) apresenta os primórdios da conexão de Portugal com a escravidão moderna em que desde o século XV a sociedade portuguesa era composta por um número considerável de negros escravizados trazidos pelos navegadores que desciam a costa africana ocidental, além dos que eram traficados

para Espanha e Itália e para os donos de plantations de açúcar em ilhas mediterrâneas, além das próprias plantations escravistas nas ilhas de Madeira e de São Tomé. Construía assim o país ibérico sua experiência em produção açucareira em extensas porções de terra sustentadas pelo trabalho de negros escravizados em áreas que corresponderiam na prática a uma escala bem menor do que a que estaria por vir na sua colônia americana.

Além dos grandes lucros obtidos no comércio de escravizados, Portugal havia internalizado o trabalho escravo em seu território, sobretudo em Lisboa nos trabalhos domésticos, que chegou a ter um décimo da sua população composta por negros escravizados (GORENDER, 1985:116), e igualmente na produção agricultora. Erige desse contexto, os fatores e nexos explicativos da escravidão moderna na metrópole e sua externalização para o território brasileiro.

Pensando a relação colônia x metrópole, Jacob Gorender (1985) acrescenta à discussão aqui proposta outra interpretação acerca do papel do colonialismo na formação do capitalismo moderno que vai ao encontro de Carvalho Franco e de Luís Felipe de Alencastro acerca da totalidade do capitalismo moderno para além do território estrito da metrópole portuguesa. Em comparação a Fernando Novais e a Prado Júnior, o autor ressalva que mesmo o colonialismo tendo contribuído estruturalmente para a acumulação primitiva de capital e o conseqüente desenvolvimento capitalista no ocidente europeu, tal fato ocorre de modo não uniforme nestes países, tendo esta relação melhor estabelecida nos seus fundamentos naqueles países cuja estrutura sócio econômica já vinha sendo antes trabalhada por fatores internos coadunantes ao desenvolvimento propriamente capitalista em detrimento da sociedade feudal. Esses fatores internos realmente importantes nesse processo não estavam presentes na metrópole portuguesa devido à uma acentuação da forma social feudal ocorrida no século XVI por disputa econômica entre a nobreza e a burguesia mercantil que ascende com a acentuação do tráfico de escravizados.

Em resumo, para o autor esse posicionamento teórico tem a Inglaterra como norte e acabou por generalizar as interpretações de muitos historiadores brasileiros. Seu posicionamento ancora, entre outros fatores, na ausência de políticas públicas por parte de Portugal no sentido de formar uma indústria nacional através de políticas

protecionistas ao contrário das preocupações que Inglaterra e França já se alertavam, reduzindo as práticas metropolitanas a um “mercantilismo de tipo inferior, que se contentava com a exploração colonialista” e que não raro, retirava capital de apoio ao trabalho produtivo do próprio país para enxertá-los no trabalho produtivo de suas colônias. Ressalvamos que Jacob Gorender, no capítulo 4 de sua obra²⁸, pensa o contexto de Portugal até o século XVI, trazendo a luz as disputas internas entre coroa, clero, nobreza e burguesia mercantil nos momentos anteriores e logo subsequentes a expansão ultramarina.

Além da oposição agrário x industrial outro fator responsável por manter Portugal aquém no processo de formação do capitalismo moderno (mesmo sendo pioneiro na expansão ultramarina do mercantilismo) seria a disputa entre as classes da burguesia mercantil com a nobreza. Inicialmente com objetivos econômicos diversos essas duas classes coincidiam no interesse expansionista e a rede de feitorias estendida desde a costa ocidental da África ao Extremo Oriente, juntamente ao monopólio dos produtos asiáticos e do tráfico de escravizados africanos enriqueciam a burguesia mercantil, mas o controle de todo o empreendimento permanecia nas mãos da Coroa que o financiava em troca do aumento exponencial de receitas ao tesouro régio, este por sua organização, repassado passivamente para a nobreza.

Esse alavancamento social por parte da burguesia mercantil teve como reação um endurecimento do feudalismo e a classe mercantil passa a ser repreendida por mais de dois séculos. Nos termos do autor: *“Dessa maneira, bloqueou-se na sociedade portuguesa uma das vias possíveis do desenvolvimento capitalista, embora não revolucionária e conservadora, como assinalou Marx, e que consistiria na introdução dos capitais acumulados pela burguesia mercantil no processo interno da produção.* (1985:113).

A leitura desse capítulo de Jacob Gorender ratifica a relevância da organização social interna como fundamental para a consolidação da sociedade capitalista nos seus espaços metropolitanos e coloniais, por conseguinte suas particularidades internas e a totalidade dessa sociabilidade da mercadoria em formação.

28 GORENDER, J. O Escravismo Colonial. Capítulo IV: A Sociedade Portuguesa e a Expansão Ultramarina. Ed. Ática. São Paulo, 1985.

No Brasil colônia será justamente a ascensão e fortalecimento da classe interna dos senhores de terra e dos comerciantes de escravizados que irão delinear as transformações sociais no pós abolição.

* * * * *

1.7. Comentários sobre a mobilização do trabalho durante a transição para o regime livre: o escravo de ganho como exemplo:

É interessante para esta discussão ressaltar que o trabalho dos escravizados nem sempre foi o trabalho cativo visto que muitos desses trabalhadores, principalmente no último quartel do século XIX, pouco antes da Abolição, passaram a exercer atividades laborais em troca de um pagamento diário. São os chamados escravos de ganho ou escravos jornaleiros²⁹.

Os escravos de ganho fazem parte do momento sócio histórico que sinaliza para a consolidação e disseminação do trabalho livre, dotado da capacidade de mobilidade e remunerado, necessário para o capitalismo produtor de mais valia, mas por ainda não serem sujeitos livres nos termos jurídicos dos preceitos liberais não usufruíam por completo a remuneração de seu trabalho tampouco eram assalariados, revelando consigo parte do processo de autonomização do capital em relação à categoria trabalho num contexto em que passa a se comprar menos escravizados e paga-se mais por trabalho em si.

E nesse processo de constituição da mercadoria força de trabalho os arranjos de trabalho se alteram e se apresentam contraditoriamente ao passo que para o contratador dos serviços a condição de cativo ou livre passa a ser indiferente frente à necessidade do pagamento diário a ser dispendido pelo trabalho que deseja executado (o que revela a busca por trabalho em si), mas na outra ponta os escravizados eram obrigados a repassarem aos proprietários parte da jornada recebida permanecendo ao contexto escravagista de mobilização do trabalho (TOLEDO, 2001).

²⁹ A figura do escravo de ganho é discutida nas teses de Luís Bustamante (2005) e Helion Póvoa Neto (1998) assim como na dissertação de Carlos Almeida Toledo (2008).

Nesse momento da América portuguesa estamos diante da construção do mercado de compra e venda da mercadoria força de trabalho, fruto das condições (impostas principalmente pela Inglaterra cuja necessidade de um mercado consumidor implicava numa população civil remunerada) para abolição da escravatura na colônia (processo lógico de autonomização das categorias do capital). Em Minas Gerais, principalmente na região da Zona da Mata:

[...] ao aproximar-se o último quartel do século, **quase um quarto dos escravos** economicamente ativos da Zona da Mata **são registrados como assalariados**, constituindo, assim, o grupo de escravos jornaleiros maior de Minas Gerais (Bustamante, 2005:208).

Além da Zona da Mata (provavelmente a economia cafeeira deve ter sido responsável pela concentração relativamente maior de cativos alugados), há registros da presença dos escravos de ganho igualmente em Desemboque como podemos ver na tabela abaixo:

Tabela 1: Cidades e povoados da Serra da Canastra, 1872. Comparação entre jornaleiros cativos e livres em relação à população local.

Localidade	População Total	População Livre	Jornaleiros Livres	Jornaleiros cativos	% Jornaleiros livres
Uberaba	10.698	8.816	600	0	6,81%
Sacramento	11.153	9.693	1.080	0	11,14%
Desemboque	2.588	2.260	144	175	6,37%

FONTE: BUSTAMANTE, Luís Augusto. Tabela editada pela autora.

A interpretação do autor sobre essas dinâmicas de trabalho durante a crise escravista entendida como impedimento da reposição da oferta de mão de obra passa pela compreensão do trabalho dos jornaleiros livres como especificamente mediado por relações capitalistas em oposição à formas de trabalho pré capitalistas representadas pelos escravos de ganho (ou jornaleiros cativos), recolocando a dicotomia entre trabalho livre x trabalho cativo e capitalismo x pré capitalismo no centro de sua crítica.

Para nós o escravo de ganho aponta para o arranjo de trabalhos livres não assalariados (ainda que remunerados) que irão compor boa parte das dinâmicas de trabalho no pós escravismo (1888) e expressa as particularidades do território colonial diante do processo maior de formação da sociedade produtora de mercadorias. Pretendemos analisar a concomitância entre os trabalhadores livres e os cativos jornaleiros como duas partes de uma mesma totalidade, a totalidade da forma mercadoria de mediação própria à sociedade capitalista e, neste momento, ainda em processo de generalização da forma livre e assalariada de mobilizar trabalho.

Carlos Toledo (2008) define os escravos de ganho como sendo aqueles que se apresentam ao mercado como vendedor de sua força de trabalho e em condições de valorizar o capital e ainda pagar renda ao proprietário, nos termos deste:

O escravo de ganho é uma forma de relação de trabalho interessante, pois revela desdobramentos possíveis do processo de autonomização da forma mercadoria sobre as bases históricas do escravismo colonial. É também uma de suas formas críticas, pois revela a possibilidade do escravo trabalhar lado a lado do trabalhador livre, na mesma função e sob o mesmo salário. A diferença aparece no jornal pago a seu proprietário. A rigor, quem contrata o trabalhador não precisa sequer saber que o trabalhador é escravo. [...]. O escravo de ganho parece ser, portanto, uma das personificações contraditórias do escravismo colonial. Sua posição de sujeito que se auto-oferta no mercado mostra o autonomizado do capital, sua condição de escravo cobra por esta liberdade uma renda, o jornal (TOLEDO,2001).

De acordo com a citação acima, o escravo de ganho oferecer a propriedade da sua força de trabalho sem que tenha sofrido formas explícitas de violência por parte de seu proprietário, ou seja, – se “auto-ofertar” no mercado de trabalho – revela um processo de autonomização do capital colonial em relação à categoria trabalho (essa se constituindo no e pelo processo de autonomização da forma mercadoria) e coloca o escravo de ganho como um sujeito que expressa a contradição desse processo visto que a um mesmo tempo passa a disputar trabalho e pagamento por trabalho junto aos homens pobres e livres, enquanto ainda possibilita a acumulação de capital (escravista)

para o seu proprietário na sua condição de escravizado mediante o pagamento dessas taxas de alugueis.

Nesse sentido, o escravo de ganho é um expropriado de sua capacidade de reprodução autônoma visto sua subsunção formal ao trabalho, mas ainda não é proprietário da posse da sua força de trabalho, nos termos discutidos por Carvalho Franco, visto sua condição de escravizado.

A temática acerca das contradições da produção escravista para o mercado abre a questão de como tratar os trabalhadores escravizados para além da suposição destes como um corpo social passivo sem horizonte de ações pretensamente libertadoras.³⁰ Nessa proposta, temos a pesquisa de Sidney Chalhoub, em *Visões da Liberdade* (1999), em que o historiador critica o conjunto das produções acadêmicas que ele denomina por “teoria do escravo coisa”, apresentada por Toledo (2008) nos seguintes termos:

Tal teoria – tão difundida na produção historiográfica que é quase supérfluo ficar arrolando nomes de autores – defende a ideia de que as condições extremamente duras da vida na escravidão teriam destituído os escravos da capacidade de pensar o mundo a partir de categorias e significados sociais que não aqueles instituídos pelos próprios senhores. Assim, [...] ocorreria uma ‘coisificação social’ dos negros sob a escravidão; isto é, ‘a consciência do escravo apenas registrava e espelhava, passivamente, os significados sociais que lhe eram impostos (Toledo, 2001).

O entendimento acerca das relações comerciais do tráfico que reduz o cativo à situação de coisificado ratifica uma interpretação que obnubila a violência explícita e a dominação direta presente na relação senhor e escravizado, ocorrendo assim uma igualação do cativo à coisa dinheiro presente no ato das compras e vendas, além de revelar uma leitura reduzida à sua posição de classe no contexto histórico correspondente, em detrimento de uma leitura que veja a coisificação como expressão de uma mediação social determinada pela forma mercadoria (Toledo, 2008).

A leitura pela coisificação da população cativa exprime uma parca sociabilidade entre os indivíduos escravizados e entre esse grupo de trabalhadores com outros setores

30 Jacob Gorender, (1999: 249-50).

da sociedade e, não raro, ocorria justamente o contrário – relações estabelecidas entre os escravizados (aquilombados ou não) e demais grupos societários tais quais os garimpeiros, roceiros e sitiantes, além da própria constituição da mobilidade espacial garimpeira com boa parte de suas respectivas descobertas.

Sidney Chalhoub enriquece o debate sobre a teoria do escravo coisa à medida que apresenta um campo de ações dos cativos em direção à liberdade pautado por uma miríade de ações que iam do *pecúlio, a alforria por indenização, as autorizações para viver sobre si*, etc. Como argumenta, haveria visões escravas da escravidão que transformavam as transações de compra e venda de negros em situações muito mais complexas do que simples trocas de mercado. Os negros tinham suas próprias concepções sobre o que era um (possível) “cativeiro justo” (se é que essas palavras podem caminhar juntas), ou pelo menos tolerável: suas relações afetivas mereciam algum tipo de consideração; os castigos físicos precisavam ser moderados e aplicados por motivo justo; havia maneiras mais ou menos estabelecidas de os cativos manifestarem sua opinião no momento decisivo da venda (1999:27 *apud* TOLEDO, 2008).

A crítica proposta por Carlos Toledo ressalta que a forma mercadoria é uma mediação social presente desde a inserção da América Portuguesa à expansão comercial europeia e critica Sidney Chalhoub ao não considerar em seu ponto de vista a presença do dinheiro como forma de mediação desse campo de ações.

[...] que as próprias relações afetivas dos escravos, e em consequência as opiniões que manifestam na venda, podem funcionar como instrumento do capital. A própria venda resulta em dinheiro, o dinheiro media o pecúlio, a alforria por indenização, as autorizações para viver sobre si a que se refere Chalhoub. (TOLEDO, 2008:102).

A crítica que recebe o autor e assumida neste estudo é feita em torno dos termos da generalização da forma mercadoria como mediação social revelada no uso do dinheiro como equivalente geral dessas negociações entre os cativos, logo, ao passo que Chalhoub tenta extravasar a ótica reduzida da coisificação ainda não abrange estas mediações sociais como sendo igualmente pautadas pela forma mercadoria e pelo dinheiro, não assimilando em sua crítica que essas relações eram formas de uma

dinâmica de autonomização do trabalho em relação a propriedade do capital, *“tratando-se, portanto, de um processo de trabalho mediado pela forma mercadoria, em vários sentidos”* (Toledo, 2008):

O que a figura do escravo de ganho revela é que a diferença dos modos de produção escravista colonial e capitalista não é a de duas totalidades separadas, mas partes de uma totalidade que faz da mercadoria a forma de mediação social. Desta forma, o escravo de ganho revela que, dadas as condições da acumulação com compra e venda da força de trabalho, a escravidão pode se tornar uma fonte de rendimento autonomizada para o senhor (Toledo, 2008).

Numa sociedade cada vez mais mediada pelo dinheiro as jornadas/diárias dos cativos apareciam como oportunidades diferentes para o proprietário e o cativo. O primeiro, além da renda ganha, poderia reduzir seus custos de reprodução da mão de obra detentora, se eximindo de gastos como alimentação e vestimentas. Para os cativos a oportunidade do dinheiro em mãos viabilizava certas negociações como a compra da liberdade.

Estamos discutindo desde o início deste primeiro capítulo que o escravismo no Brasil foi parte do processo de formação da mobilização do trabalho também por ser parte do processo de acumulação primitiva do capital no centro do sistema e por estar mediado pela forma mercadoria. Nesse sentido, a crítica de Carlos Toledo a Sidney Chalhoub que sinaliza para a relevância das mediações sociais pela forma mercadoria abre nossa discussão para a questão da naturalização do dinheiro em sua existência histórica e condição lógica.

É parte do senso comum aceitar que o dinheiro existia antes do capitalismo assim como medido em quantidades de metais preciosos cunhados ou não na forma de moeda. Para Robert Kurz (2011)³¹, daí residiria sua naturalização enquanto mediação social – conferindo o caráter transhistórico assumido por parte considerável da crítica econômica sobre a categoria dinheiro e impossibilitando assim uma crítica real não ontológica.

O caráter contraditório do dinheiro reside no fato deste ser compreendido positivamente como uma mediação social atemporal ao passo da dificuldade em

31 KURZ, ROBERT. Dinheiro sem Valor, 2011.

determinar sua origem e faz com que o dinheiro ganhe assim a aparência de uma categoria social de qualidade natural ou que após sua “invenção” caberia unicamente aos teóricos econômicos estabelecer um uso racional sobre ele. As abordagens que transitam nesta chave tendem a realizar críticas que no limite hipostasiam a existência do dinheiro e se reduzem a críticas de caráter distributivista a partir do sujeito histórico proletário e a distribuição da mais-valia que emergem na sociedade de classes.

Para Robert Kurz a crítica da categoria dinheiro deve voltar à sua constituição e ser visto como historicamente determinado à sociedade capitalista defendendo haver uma constituição interna lógica do capital que se reproduziria sobre seus próprios fundamentos, mas essa constituição lógica, por sua vez, não excluiria as determinantes históricas, mas se proporia a ser independente de uma história entendida enquanto uma suposta linearidade empírica:

Ao falarmos de dinheiro falamos, portanto, de capitalismo, visto que apenas nesta formação histórica, o dinheiro assumiu aquele caráter de fetiche social independente e de contexto abrangente dotado de uma força de lei própria e quase automática (2011:32).

Retomando a discussão sobre o par “*posse e propriedade*” de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1978), o escravizado não é o sujeito proprietário de sua força de trabalho, esta é, do ponto de vista legal, externalizada, mas intrinsecamente não pode, apesar disso, deixar de ser o sujeito que pratica as ações concretas dos processos de trabalho. Opondo-se à Carvalho Franco e a Jacob Gorender, Sidney Chalhoub insiste que a subjetividade do escravo não se resume ao fazer do trabalho cativo, nem a de ser fator de produção sem o qual o processo produtivo não pode reproduzir-se.

Acreditamos ser preciso problematizar as formas reveladas ou não de mediações sociais dentro da sociedade produtora de mercadorias se pretendermos compreender suas contradições. O que argumentamos para entender as contradições que regem as determinantes do capital, é que o processo de territorialização colonial articulou regiões mundiais com diferentes formas de reprodução das relações de produção com o sentido de produzir mercadorias para os países centrais do capitalismo industrial que se formava. O escravismo seria uma delas e o escravo de ganho como exemplo da forma mercadoria

de mediação social que sinalizava para a expansão e generalização da forma livre de trabalho sinalizando igualmente a crise do sistema escravista colonial.

Carlos Toledo interpreta o colonial como território do capital produzido e reproduzido por relações capitalistas mediadas pela forma mercadoria. Luís Bustamante (2005), por sua vez, interpreta que a forma assalariada de trabalho, premissa do capitalismo, tenha se instalado no Brasil apenas com a importação de mão de obra europeia e com o processo de industrialização cafeeira:

Foi a partir da década de 1870 que as relações de produção capitalistas receberam forte impulso no Brasil, graças ao binômio cafeicultor/imigrante e às mudanças por ele desencadeadas na economia brasileira. [...] Foram injunções externas — a nova inserção da economia nacional na divisão internacional do trabalho — que fomentaram o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Por essa via subordinada e heteronômica, deu-se “a irrupção do capitalismo competitivo numa sociedade escravista (2005).

Para Carlos Toledo o pós-abolição mantém o sentido do processo incluindo as respectivas personificações deste, sendo nesse momento necessário reorganizar as formas de relações de trabalho (2008:104). Essas novas formas de relações de trabalho que constituiriam o capital industrial nascente comportam mais subdivisões do trabalho e, conseqüentemente, uma maior e mais especializada mobilidade do trabalho assim como passam a exigir uma diferenciação maior de uma atividade para a outra em comparação a agricultura monocultora do latifúndio exportador.

A falta de braços que emperra a empresa escravista seria resultado da crise do antigo sistema colonial e de sua destruição pelo capitalismo industrial, que organiza sua forma própria de exploração das áreas periféricas. O processo de imposição desta forma de exploração é um resultado do próprio processo de acumulação, mas que só pode ser compreendido pelas modificações do conjunto do sistema colonial, muito mais amplo que um modo de produção escravista.

* * * * *

SEGUNDO CAPÍTULO

A Canastra regional e a mobilização do trabalho na fazenda
pecuarista

2.1. Introdução:

Há uma concomitância na transição do trabalho cativo para o livre e com a ausência de relações de trabalho assalariadas emergem no território dinâmicas regionais com formas particulares de mobilização do trabalho. Essas regiões entendidas como escalas de análise e como momentos particulares da territorialização do Estado e do capital organizadas no intuito de mobilizar trabalho e sustentadas sobre um contexto em que a expropriação do trabalhador não era completa. Nosso ponto de vista apresenta a região como um momento de transição entre a independência da colônia proclamada em 1822 e a formação do Estado nação em sua forma (aparentemente) autonomizada e que é constituída por particularidades que expressam as dinâmicas de poder econômico ainda muito entrelaçadas com relações pessoais de dominação e ordenação do trabalho, mas que não por isso, se excluem da reprodução capitalista.

Neste segundo capítulo discutiremos sobre a mobilização do trabalho dos canastras na fazenda agropastoril e como esta possibilita uma acumulação de capital que não ocorre através da produção e apropriação da mais valia, mas sim através de determinadas relações socioeconômicas de dominação e submissão para o trabalho pautadas na propriedade privada da terra.

O debate teórico desenvolveu-se a partir dos argumentos centrais presentes no artigo publicado em 1978 pela socióloga Maria Sylvia de Carvalho de Franco intitulado “*Organização social do trabalho no período colonial*” e no artigo publicado em 2014 de Ana Carolina Gonçalves Leite.

A propriedade da terra como uma das determinações mais centrais para a submissão ao trabalho permanece indelével. E essa relação entre o proprietário de terras e o trabalhador livre pode ser pensada a partir da figura do agregado e de uma dinâmica própria de expansão da fazenda mineira apresentada por Gonçalves Leite, que ao pesquisar as formas particulares de se mobilizar trabalho e acumular capital através da expansão da fazenda agropastoril, como mecanismo regional de submeter o trabalho e acumular capital no Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, expôs uma dinâmica de trabalho que envolveu, de maneiras diferentes, os agregados, os posseiros e os sitiantes.

Ao final do capítulo reunimos alguns trechos de relatos de campo. Nossos principais interlocutores foram Sr. Luiz e Dona Maria, casal nascido e criado entre São Roque de Minas e São José do Barreiro e que hoje reside na cidade de Vargem Bonita vendendo queijo canastra produzido nas fazendas dos filhos herdeiros.

A entrevista inicial com o casal Maria e Lázaro ocorreu na cidade de Vargem Bonita em 2018 e possibilitou acessar as formas de mobilizar trabalho na fazenda pecuarista ao longo do século XX nas décadas em que a mão de obra cativa dividia espaço com o trabalho livre trazendo à tona os arranjos regionais de reprodução de trabalho local. Os entrevistados são herdeiros de proprietários de terra instalados no entorno do distrito de São Roque de Minas.

*

2.2. Mobilidade regional do trabalho: A fazenda como lugar da dominação pessoal:

“meu pai tinha meia dúzia de escravinhos [...] Era comum naquela época. Depois eles foram embora, porque não podia mais, né”.

Lázaro, proprietário de terras e queijeiro.
Vargem Bonita. Entrevista concedida em 2018.

Retornamos ao artigo de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1978) para pensarmos a reprodução das relações sociais de produção no momento de “transição” da mão de obra escravizada para a generalização do trabalho livre. No texto em questão há a discussão acerca das relações de produção da fazenda mineira que, nos termos da autora, deve ser lida como “*unidade contraditória*” e não como campesinato tampouco como uma “*dualidade integrada que conjuga aspectos feudais e capitalistas*” (1978:34)

afirmando como contradição necessária de ser lida a unidade interna aos latifúndios entre produção para subsistência e produção para o mercado.

Na tese de Luiz Bustamante (2005) que estamos em diálogo desde o primeiro capítulo desta dissertação, a fazenda escravista estava sujeita a duas ordens de leis: às do escravismo e às do capitalismo sendo que essas duas ordens de leis governam, respectivamente, as relações internas e externas da economia do plantation. Assim, para o autor, não basta dizer que o latifúndio é uma economia mista, feudal capitalista, mas é necessário compreender que é internamente feudal e externamente capitalista.

Para nós, na crítica que pretendemos esboçar, tal leitura é assentada no modelo dualista das teorias econômicas e das ciências sociais, caracterizando a sociedade e economia coloniais a partir de uma perspectiva em que o latifúndio escravista seria “pré-capitalista da porta para dentro, e capitalista da porta para fora”. Já no plano mais geral, percebe-se que o dualismo residia na articulação e aparente ambiguidade da concomitância entre trabalho livre na metrópole e trabalho escravizado na colônia.

Maria Sylvia de Carvalho Franco (1978) porém, recusa incisivamente qualquer ideia de “ambiguidade” ou “dualidade” para explicar a estrutura social produzida pelo latifúndio e a situação dos homens livres pobres a ela diretamente associada. Para a autora, na colônia portuguesa, ao contrário do que teria ocorrido em outros contextos históricos, a simultaneidade das duas “modalidades de produção” – para a subsistência e para o mercado – não apenas indicava que se tratava de práticas “interdependentes”, uma vez que encontrariam “*sua razão de ser na atividade mercantil*”, mas propriamente “*constitutivas*” uma da outra (FRANCO, 1978).

A expansão territorial, a escravização dos africanos e a exploração econômica de ambos, estiveram firmemente integrados revelando que a “*preservação da escravidão e a manutenção da ordem social e da produção econômica, tal como se configuraram, eram absolutamente inseparáveis*” e o trabalho escravo moderno colonial configura-se como contrapartida necessária do trabalho livre na Europa e ambos se negam e se determinam concomitantemente (1978:37).

Os homens livres e pobres na colônia igualmente se entrelaçam nessas determinações mais centrais da sistematização e expansão do capital e devido à organização produtiva mercantil cair essencialmente sobre os ombros dos escravizados, a

camada intermediária dos pobres livres e libertos acabou por ser excluída da produção mercantil exportadora (enquanto principal fator de produção), constituindo-se numa volumosa mão de obra que retardou a ser absorvida de modo generalizado, mas que não estava apartada da forma mercadoria ou mesmo das relações capitalistas de produção sendo integrados por dinâmicas produtivas e de dominação próprias.

Para a autora, entende-se melhor essa camada social quando se reflete acerca das características da propriedade latifundiária, concedida em grandes extensões e a partir de culturas onerosas para o cultivo em larga escala, no que acarretou uma grande ociosidade³² das terras repassadas aos proprietários privados levando a concessão de parte dessas terras para o uso de terceiros. Nesse contexto, surge uma camada social que é destituída da propriedade privada da terra como meio de produção não produzido, mas que mantém sua posse, visto não serem ainda totalmente expropriados. *“Assim, numa sociedade onde se concentraram os meios de produção, onde vagarosa mas progressivamente se alargam os mercados, paralelamente forma-se um conjunto de homens livres e expropriados, que não se proletarizaram”* (CARVALHO FRANCO, 1978).

Ambos os autores, Carvalho Franco e Luís Augusto Bustamante, olham para a fazenda agrícola como aquela que mais concentrou em termos quantitativos mão de obra cativa (em comparação a pecuária nordestina por exemplo), chamando-lhes a atenção a aparência da fazenda como uma unidade autônoma de produção e consumo.

Para Carvalho Franco, essa aparência autônoma é devida à organização produtiva interna à fazenda onde se mostrou necessário uma diferenciação de atividades e funções, tais como cultivo de gêneros alimentícios, indústria doméstica, oficinas de manutenção, etc. Essa divisão de tarefas decorre do fato dos latifúndios estarem distantes dos grandes centros litorâneos e a circulação de mercadorias que não eram voltadas à exportação, mas sim à subsistência do contingente de cativos, encontrava maiores obstáculos na transposição do território colonial. Mas essa diferenciação interna à fazenda não é o suficiente para sobrepor as funções iniciais do latifúndio escravista, a saber, a produção mercantil exportadora, ponto central adotado pela autora para ratificar o caráter capitalista da fazenda escravista. O vínculo colonial na expansão do capital

32 Afinal, muita terra para um só dono.

comercial era muito mais ditado pela função da fazenda agrícola escravista do que por essas características internas:

Tanto é assim, que toda vez que se pretendia alargar os investimentos ou toda vez em que surgiam dificuldades de mão de obra era relegada para plano secundário a produção para subsistência (FRANCO).

Sendo um espaço de convivência inescapável, e ainda ditado comercialmente pela busca do lucro, o latifúndio foi ao mesmo tempo núcleo doméstico e empresa mercantil e as relações sociais estabelecidas nesse espaço formavam uma “*síntese de associações morais e de relações de interesses [...] constituída por um sistema que unificou lar e negócio*” (1978:36-40).

Para o debate acerca das *relações regionais de mobilização do trabalho* que discutiremos nesse segundo capítulo, importa relacionar a existência desse grupo social aos avultosos latifúndios e a certos aspectos que dificultaram o aproveitamento deste grupo enquanto força de trabalho, o que possibilitou o acesso à terra por posseiros e agregados e retardou a acentuação dos processos de expropriação típicos da reprodução ampliada do capital que se desenvolve através da inserção dessa população como trabalhadores assalariados.

Para Carvalho Franco, os agregados não oficializavam nenhum vínculo empregatício com o proprietário e sua ligação com o setor mercantil era realizada por atividades esporádicas e descontínuas que tinham no favor o cerne da relação numa espécie de balança entre as benesses concedidas e a imposição informal “transvestida de lealdade” de um eterno agradecimento em troca do que lhes foi concedido – um pedaço de terra e autorização para estabelecer moradia. O real sentido dessa aparente rede de solidariedade teria eliminado totalmente a possibilidade de autonomia desses homens, além do fato de que a proteção oferecida pelo mais poderoso (o proprietário da terra) e a retribuição fidedigna por parte do mais fraco aparentava como harmoniosa uma relação cujas formas de imposição continuaram mantidas por essa teia de dominação pessoal (1978:43).

Em comparação ao escravismo as tensões inerentes às relações de dominação pessoal teriam suas dimensões obnubiladas a ponto de aparecerem como complementariedade a verdadeira condição de reprodução dessa população, notadamente estar sob o julgo dos desejos dos fazendeiros. Esse sistema de dominação atravessado por objetivos econômicos e mercantis quando se mostrava incompatível com as relações de promessas e benesses oferecidas não obstante era cessado implicando, não raro, na expulsão dos agregados da terra concedida. A quebra ou manutenção da relação do favor era ditada pelos mais fortes – os proprietários de terras.

Em suma, a pesquisa de Maria Sylvia de Carvalho Franco mostra como a "dominação pessoal" se constituiu num princípio mais geral de coordenação das relações sociais, testado em diferentes níveis complementares. Ela está presente no modo como os homens livres pobres se relacionam entre si e no modo como eles se relacionam com a sociedade inclusiva, mostrando como a dominação pessoal constitui uma faceta da dominação política e econômica nas associações com os fazendeiros.

Desse roteiro depreende-se seu intuito em demonstrar a *"unidade contraditória"* que, *"determinada na gênese do sistema colonial"*, reproduziu toda a sociedade brasileira. Como afirma a autora, o exame do cotidiano dos homens livres pobres *"permitiu elucidar que a brutalidade não se restringiu à imediatez da escravidão e o mercado irá igualmente definir o destino dessa classe de trabalhadores"* (1978:15).

De acordo com Carolina Gonçalves Leite³³ para José de Souza Martins, a sociedade brasileira teria mantido (no período de transição para o trabalho livre e após a abolição) formas de produção que mesmo permitindo a acumulação de capital, não reproduziriam stricto sensu formas capitalistas de produção. Nessa ótica, o Brasil de colônia exportadora de mercadorias tropicais passaria a posição de país exportador de matérias primas e as condições para a reprodução ampliada do capital (sendo aquele que se reproduz em suas próprias bases) não estariam postas internamente em função da manutenção do caráter comercial do capital colonial. Assim, estariam atravancados o processo de divisão social do trabalho e a conseqüente formação de um mercado de trabalho assalariado pertinente ao quadro de uma economia moderna industrial.

33 LEITE, Ana Carolina G. Formação e atualidade da questão regional no processo de modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro. Boletim Campineiro de Geografia, v.4, n.1, 2014.

Nessa perspectiva, o sistema colonial (Novais, 1979) e a transformação histórica da dominação metropolitana em imperialismo teriam cumprido o papel de conter a modernização da sociedade, impedindo o desenvolvimento nacional nas bases propriamente capitalistas do trabalho assalariado e retendo os países pós-coloniais na condição de subdesenvolvidos (2014).

Se outrora o liberalismo parecia incompleto devido à permanência da escravidão, o processo da modernização nacional ganhava o mesmo caráter e o país aparentava atrasado e subdesenvolvido nos termos de alguns tantos estudos da área da Geografia Econômica. Em ambos contextos, escravista e regional, questiona-se a questão da oferta de trabalhadores (fator de produção) no território da ex colônia portuguesa.

Diante de tais particularidades o cenário de terras livres e ocupáveis no país foi determinante nas aplicações de políticas públicas visando a formação de trabalhadores livres. A orientação da implementação do trabalho livre pelas ideias teóricas de Edward Wakefield pareciam estar presentes na criação da Lei de Terras de 1850:

O fornecimento de africanos, além de constituir um ramo do capital comercial altamente rentável, no qual a mercadoria escravo dava lucro antes mesmo de começar a produzir (Novais, 1979); também operou como um mecanismo para forçar trabalho (Gaudemar, 1977) por meio do emprego direto da violência, num contexto em que a ampla disponibilidade de terras permitia que o trabalhador, se abandonado à sua própria vontade, trabalhasse antes para si próprio. Contudo, com a crise do antigo sistema colonial e a generalização do trabalho livre, a subordinação dos trabalhadores imposta pelo cativo da escravidão, teve que passar a ser garantida pelo cativo da terra, consolidado com a Lei de Terras, em 1850 (LEITE, 2014:78).

A autora coloca como fator relevante para o projeto inicial da Lei de Terras de 1850 as pressões inglesas à manutenção do tráfico no sentido de acentuar a formação de uma oferta relativa de trabalhadores. Esse projeto teria se fundamentado na teoria da “colonização sistemática” de Edward Wakefield inspirada na colonização inglesa e sua dificuldade em reter os trabalhadores a seu serviço, julgou estar na concessão de terras pela metrópole o fator impossibilitante da sujeição do trabalhador. A resolução de sua teoria propunha estipular um “preço suficiente” para as terras, assim o colono recém

chegado estaria impossibilitado de adquiri-las e, deste modo, se sujeitaria a tornar-se um trabalhador para outrem.

Na análise de Karl Marx presente em *O Capital – Crítica da Economia Política* (2013), mais do que revelar práticas efetivas de colonização, as teorias de Edward Wakefield revelariam as condições necessárias para o constituir das metrópoles capitalistas, ou seja, a necessidade do trabalhador assalariado, que como tal, não tem outra opção que não seja vender sua força de trabalho. Processo destrinchado por Jean Paul de Gaudemar.

Assim, na transição do escravismo para o trabalho livre a Lei de Terras viria a substituir a expropriação total que recaía sobre os escravizados pela expropriação da terra visando assim a transformação dos homens livres em trabalhadores cada vez mais apartados das condições materiais de prover sua própria subsistência recaindo sobre eles a falsa alternativa de trabalhar para terceiros (Leite, 2014).

Juntamente à Lei de terras, diretrizes de importação de imigrantes europeus são estabelecidas buscando o abastecimento de trabalhadores. Tal importação promoveu uma oferta maior de trabalhadores possibilitando a formação de um exército de reserva interno indo ao encontro da formação da superpopulação relativa necessária para a reprodução ampliada de capital (Marx, 2013).

A autora ressalva que a colonização sistemática representada pelas políticas de expropriação da terra e pela importação de trabalhadores europeus para as áreas cafeeiras se concentraram na região do colonato, sendo que no restante do país, o processo de generalização do trabalho livre se processou sem a existência de uma superpopulação relativa, ou seja as formas até então de mobilizar trabalho ainda não reproduziam a *relação social do capital* que tende a aumentar a oferta de trabalhadores à disposição deste:

No restante do país, contudo, outras condições particulares para a acumulação foram criadas, correspondendo essas distintas dinâmicas a “regiões” diversas. Essas formas particulares de territorialização do capital se organizaram com base em mecanismos próprios que permitiram mobilizar trabalho num contexto em que a expropriação do trabalhador não era completa, a violência não se encontrava totalmente separada do capital e este, por sua vez, era personificado pelo proprietário de terras (LEITE, 2014:79).

A existência de condições particulares para a acumulação ampliada de capital no país é resultado e resulta em distintas dinâmicas que, por sua vez, concretizar-se iam em diversas regiões num momento anterior ao processo de consolidação do Estado Nacional. Regiões, por sua vez, entendidas como expressões (não naturais) de processos particulares da territorialização do capital organizados no intuito de mobilizar trabalho e sustentados sobre um contexto em que a expropriação do trabalhador não era completa, visto que:

[...] a inexistência de uma super população relativa – que possibilite que o trabalho seja inserido no processo de produção de forma autonomizada, ou seja, como a mercadoria força de trabalho – é o próprio elemento empiricamente significativo que separa a região das relações de produção capitalistas.

Quando afirmamos que a reprodução do capital implica em mobilizar trabalho nos referimos ao processo de reprodução ampliada do capital cuja ampliação deste tem que coincidir com a reposição ampliada da relação capital, no sentido de que *“acumulação de capital é multiplicação do proletariado”* (MARX, 2013). Essa população excedente de trabalhadores ludibria por aparecer como desequilíbrio entre o crescimento natural da população e o crescimento da oferta de empregos, mas, no entanto, o é de uma “lei populacional” própria ao capitalismo, que aparece naturalizada. Assim, quando se trata de analisar a colonização brasileira, é necessário levar em consideração a importação dos imigrantes europeus pela política de colonização sistemática com o objetivo da formação de um exército de reserva interno.

A formação desse contingente populacional excedente relativamente às necessidades da reprodução do capital no Brasil, em particular na cafeicultura, não dependeria, portanto, do movimento natural de crescimento da população. Ela dependia, por um lado, da possibilidade da expropriação se repor em escala ampliada; por outro lado, dependia da capacidade da modernização expulsar, progressivamente, trabalhadores do processo produtivo, o que alimentava a existência de uma camada relativa sobressalente. Em segundo lugar, e o mais importante para a análise aqui desenvolvida, interessa considerar que a generalização do trabalho livre no Brasil se processou sem a existência de uma superpopulação relativa que

permitisse a consolidação de relações assalariadas: a própria forma de reprodução do capital em marcha não tinha condições de promover essa expulsão relativa de braços, uma vez que se processava extensivamente, num processo de incorporação de terras e expansão de criações e lavouras, fruto, em grande medida, da dinâmica do sistema colonial. (GONÇALVES LEITE, 2014:79).

Se o capitalismo tende à uma homogeneização espacial e a uma conformação das relações de trabalho pela generalização do assalariamento (OLIVEIRA, 2008) somado ao seu caráter urbano industrial de total expropriação dos homens para torná-los sujeitos monetarizados, as dinâmicas regionais de produção e acumulação foram, muitas vezes, interpretadas como formas não capitalistas de produção.

Buscamos refletir sobre quais elementos passam a ser determinantes nas novas formas para se mobilizar trabalho na Serra da Canastra. Diante da iminente abolição da escravatura, como o capital se rearranja no sentido de prover oferta de mão de obra visando sua reprodução de modo cada vez mais ampliado, visto não mais poder se impor pela violência explícita e jurídica da escravidão? Agregados, Sítiantes e Posseiros aparecem como as personificações desse contexto regional.

Um ponto argumentativo em comum às duas autoras é a perda de autonomia do trabalhador sob a relação de agregado, porém, Ana Carolina Leite (2014) destrincha como a relação de agregado possibilitava uma acumulação de capital aos proprietários de terra através da centralização nas mãos destes dos rendimentos provenientes da comercialização dos excedentes agrícolas. Relações de produção reproduzidas por formas de trabalho isentas de despesas salariais, além da acumulação por parte dos fazendeiros das terras dos posseiros e sítiantes desapropriados pelo processo de expansão da grande fazenda.

2.3. A reprodução da fazenda na Serra da Canastra – exemplos de relações regionais de trabalho.

No artigo referido no subitem acima a fazenda é analisada por um modo próprio de expansão e incorporação de terras que será fundamento do processo de subordinação ao trabalho e acumulação de capital. A relação que se impunha majoritariamente nas fazendas era a de agregação que em troca de moradia e terra para plantio subordinava-se às demandas dos fazendeiros. A relação de agregação era firmada entre os homens, fazendeiro e agregado, mas incluía inteiramente a família de ambos, sendo que para a família do agregado estendiam-se as obrigações firmadas no acordo prévio, à família do fazendeiro era repassada o direito de requisitar o cumprimento de certas funções aos familiares do agregado.

Os meios específicos de dominação imbrincados na relação de agregação não estavam postos por condições concretas de expropriação que viabilizassem uma exploração do trabalho no sentido formalizado por uma jornada regular de trabalho, mas sim pela dominação temporal sobre a figura do agregado, visto que este deveria estar inteiramente à disposição do fazendeiro. Cabia ao proprietário da terra determinar quando e como seriam desenvolvidas as atividades do agregado e sua família, não implicando necessariamente uma forma contínua de realização das atividades ou alguma previsibilidade de quando seriam requisitados:

Assim, se existia um mecanismo de exploração do trabalho, ele não se baseava na extração de mais-valia; mas dizia respeito, antes, à incorporação do trabalho do agregado, que permitia para a fazenda sua expansão e, com isso, a acumulação de capital, e à importância de sua subordinação como expediente que fazia valer a autoridade (e a violência que a sustentava) do fazendeiro, no processo de incorporação de terras e trabalhadores (2014:80).

De acordo com a autora, as tarefas realizadas pelos agregados na fazenda não eram remuneradas; quando trabalhavam em lavouras pertencentes ao fazendeiro recebiam pagamentos semanais em dinheiro; das roças que cultivavam para sustento próprio o fazendeiro se apropriava da terça parte e havia igualmente as diárias como forma de remuneração para atividades mais especializadas como a do peão e do vaqueiro.

À mulher do agregado também se impunha a obrigação da disponibilidade total de seu tempo. Geralmente os serviços realizados eram sobretudo para a mulher do

fazendeiro como o ato de cozinhar, limpar e os cuidados internos da casa do fazendeiro. Além disso, cabia as mulheres dos agregados a manutenção de sua morada, assim como, muitas vezes, o trato da roça quando o marido estava simultaneamente submetido ao trabalho do fazendeiro. Essa posição da mulher era repassada às filhas que cedo já eram responsabilizadas pelo cuidados dos irmãos mais novos, assim como os trabalhos domésticos de cozinha e limpeza, assim como cedo começavam a acompanhar as mães nas tarefas incumbidas pela esposa do fazendeiro para posteriormente substituí-las na condição de empregada doméstica não remunerada.

Muito da relação de submissão estava posta pela dependência do agregado do espaço físico da fazenda, o que imputava uma dominação também temporal, noutros termos, a ausência de uma terra própria circunscrita aos termos da propriedade privada, imputava uma dependência espacial e temporal por parte dos agregados, submetendo-se ao fazendeiro proprietário, sendo necessário trabalhar antes para o dono da terra, para apenas, posteriormente, trabalhar para seu sustento e de sua família.

A propriedade da terra era elemento determinante para concretização da imposição dos trabalhos necessários à manutenção das fazendas, reproduzindo e possibilitando uma acumulação de capital através do trabalho alheio do agregado que viabilizava a expansão da fazenda de diversas maneiras: na produção direta dos produtos agrícolas a serem comercializados, na manutenção do espaço físico da fazenda com incumbências de armar cercas, além da própria reprodução da família do fazendeiro ofertada pelos trabalhos femininos da família do agregado.

O texto de Gonçalves Leite acrescenta a esta dissertação a particularidade de que não é exclusivamente pela expropriação da terra que se submete o trabalho dos agregados, mas pelo contrário, o mecanismo de subordinação ao trabalho reside justamente no acesso à terra. Submissão através da disposição total, em termos de temporalidade, do agregado e sua família ao fazendeiro e sua família.

Esse controle sobre o tempo do agregado para a fazenda e sobre o tempo de trabalho para si e sua família, revela uma face da dominação presente nesta relação social de trabalho livre. Trabalha-se para o fazendeiro para que se torne possível trabalhar para si próprio. Pelo fato de não dispor de terra própria é que o pequeno roceiro se submete ao fazendeiro (2014:81).

Para além dos agregados devemos considerar igualmente os posseiros e pequenos roceiros que enquanto lavradores autônomos tinham suas pequenas terras dominadas no contexto de expansão da fazenda cuja manutenção de suas posses era possível apenas enquanto a fazenda não cogitava se impor. Nessa expansão que acumulava cada vez mais terras, o trabalho futuro dos posseiros era subordinado à semelhança dos agregados, mas, diferentemente, o *trabalho pretérito* já realizado pelos posseiros também era incorporado ao processo de expansão da fazenda: trabalhos já realizados na terra como cercamentos, preparação da terra para semear, abertura de caminhos, instalações para uso da água e a própria roça cultivada eram cooptados pela fazenda. Nos termos da autora:

Por isso, é necessário ressaltar que, para a expansão da fazenda agropastoril, era prescindível “formar a fazenda”, pois ela se expandia justamente sobre trabalho pretérito de posseiros, incorporando-o sem ter de arcar com os custos de sua reprodução, ao passo que submetia o ex-posseiro a aceitar o “favor” de ser tornado agregado. (2014:81).

Antes de se tornar agregado o posseiro, comparativamente, possuía uma autonomia maior em relação ao fazendeiro, mas essa autonomia era frágil e dependente totalmente dos interesses da fazenda em expansão. Sua posse, denominada de *situ*, não apresenta documentação regularizada em cartório, o que caracteriza a sua fragilidade possibilitando que a situação de posse fosse alvo de ações judiciais de despejos e de reintegração. Nestes casos, a posse da terra se transformava em propriedade privada do fazendeiro e o posseiro juridicamente se tornava ilegal. Cabia ao fazendeiro aceitar sua presença. Isto feito, a relação de subordinação deste ao trabalho da fazenda tende aos mesmos contornos da relação de agregação.

Sobre as relações entre a fazenda e a posse a autora explica algumas possibilidades: no caso do posseiro negar perder sua terra e se impor havia por parte do fazendeiro o uso da força empregada pela fazenda exemplificado por derrubadas de cerca para que o gado acessasse a posse prejudicando a roça do posseiro que diante da inviabilidade de manter a produção para seu sustento acabava cedendo ao processo de

incorporação de terra da grande propriedade. Na negociação para manter a posse do situ, estabeleciam acordos como trocas de dias de trabalho ou pagamento de renda na forma de produtos quando não acontecia uma mudança qualitativa da situação em que o posseiro era totalmente subordinado ao fazendeiro pela imposição do “favor” da relação de agregação.

Explicitava-se assim o monopólio sobre a terra como elemento determinante de subordinar trabalho alheio às vezes exercido por formas violentas às vezes exercido dentro do campo da dominação pessoal (nos termos de Carvalho Franco) expandindo concomitantemente a fazenda e os expropriados da terra visto que a dinâmica de trabalho no meio rural possibilitava ao proprietário de terras se apropriar dos excedentes produtivos acumulando capital e expandindo a propriedade privada através da subordinação do trabalho alheio.

O fazendeiro forçava o mais trabalho do agregado como condição da permanência na terra e possibilidade de cultivá-la. Ele também se apropriava do trabalho passado dos posseiros/situantes quando incorporava sua posse à fazenda e assumia para si também a possibilidade de se forçar mais trabalho futuro desse posseiro transformado em agregado. Do outro lado da dinâmica, restava a subordinação ao fazendeiro como condição real e material de se produzir diretamente seus meios de vida.

Diferentemente do contexto urbano, é a inserção à terra o mecanismo principal para realizar a subsunção formal ao capital:

Ou seja, o trabalhador não precisava ser mantido expropriado para que tivesse que se vender ao capital. Antes, integrá-lo numa condição de dependente da terra alheia, como única possibilidade para reproduzir-se (o favor imposto), constituía o fundamento desse processo de subordinação (2014:82).

A forma de apropriação do mais produto do agregado pelo fazendeiro se realizava de alguns modos: às vezes dividido entre trabalho socialmente necessário, retendo parte da produção agrícola pelo agregado, e mais produto, sendo esta a parcela apropriada pelo fazendeiro, podendo ser o repasse da meia, da terça ou da quarta parte. Para além da apropriação de parte da produção do agregado apropriava-se do trabalho deste de

forma não paga através da dominação temporal total imputando a estes a condição de estarem sempre disponíveis para a manutenção da fazenda. Em relação aos posseiros, a apropriação da posse e do roçado deste viabilizava a formação da fazenda em expansão com a incorporação de mais terras anteriormente trabalhadas.

A necessidade de expandir a propriedade privada sobre parcelas cada vez maiores de terra como forma de se acumular capital revela que terra e capital ainda não estavam autonomizados, ou seja, ter terras significava ter capital. A terra funcionava como meio para se acumular mais capital. Sob a forma da dominação pessoal e a inserção à fazenda se processava a dinâmica de forçar o mais trabalho alheio.

A expansão da fazenda mineira se reproduzia por relações sociais de produção particulares no momento de generalização do trabalho livre num contexto de ausência da super população relativa e essas relações regionais se desenrolavam em modos diversos de se mobilizar trabalho cuja relação de agregação cumpria o papel de criar as condições para a produção de um mais trabalho, que era apropriado na reprodução da fazenda. A concessão de terras criava, por um lado, as condições para que a família do trabalhador produzisse diretamente os meios para se reproduzir eliminando custo dos balancetes das fazendas; mas, criava igualmente, por outro lado, as condições que forçavam a família ao trabalho, uma vez que lhes era “concedido” (imposto) o favor de permitir-lhes sobreviver daquela terra (Gonçalves Leite, 2014).

Nesse processo, contudo, o sentido do monopólio da terra não era definido em si mesmo, pois ele sozinho não organizava a sociedade em questão (o que a distancia completamente de uma sociedade feudal). Nem o sentido da propriedade da terra era já a moderna renda fundiária paga pelo arrendatário capitalista, nem o sentido da propriedade sobre o capital era o lucro médio que se pode extrair com base na exploração da mais-valia. Antes, o sentido do monopólio da terra era ele valer como garantia de um investimento de capital, que se materializava na fazenda, cuja expansão expressava acumulação, e permitia lucro (comercial) com a comercialização dos seus produtos, produzidos na forma de mercadorias, para o fazendeiro-coronel, personificação que encarnava a falta de (aparência de) autonomia entre terra, capital e Estado. Entretanto, tais particularidades na reprodução da acumulação e nas relações sociais de produção que a proporcionavam não podem ser compreendidas como não capitalistas, simplesmente porque valorizavam “comercialmente” o capital, ao invés de fazê-lo por meio da reprodução ampliada. A mercadoria, que passou a mediar as relações na América Portuguesa tão logo foi implantado o sistema colonial, não deixou nunca de estar ligada ao circuito capital. Em primeiro lugar, sua circulação

mobilizou os recursos que proporcionaram a Revolução Industrial e explicitou, assim, o sentido mundial do desenvolvimento capitalista. No entanto, esse sentido externo da acumulação se transformou com o processo de autonomização entre o Estado metropolitano e a colônia, que se constituía num Estado Independente, quando a acumulação passou a estabelecer internamente as bases da reprodução. No momento em que o fundamento dessas bases (a superpopulação relativa) ainda não estava estabelecido, a acumulação encontrava-se fundada na reprodução regional, ela própria processo de autonomização das categorias do capital, que viria a desembocar na formação do Estado nacional e na ascensão do moderno sistema produtor de mercadorias (2014:84).

Nesse particular contexto em que as categorias do capital ainda estavam em processo (aparente) de autonomização a expansão da fazenda (como materialização sócio espacial da acumulação que visa o lucro) e a manutenção das relações de agregação (força produtiva possível num contexto de ausência da super população relativa) e demais relações sociais de produção não remuneradas monetariamente, colocavam a região nesse momento como um lugar de inclusão e não de exclusão (LEITE, 2014).

No caso do trabalho ainda não autonomizado (não proletarizado e, portanto, não produtor de mais valia) é pela auto exploração à qual o pequeno roceiro (agregado ou não) e sua família se submetem que o sobretrabalho é produzido e é na esfera de circulação que este sobretrabalho é apropriado, em parte pelo proprietário da terra, e demais partes repassadas a outras formas de capital territorializadas externamente à fazenda e que colocavam esta como elemento de uma divisão regional mais ampla do trabalho que se esquadrihava no estado de Minas Gerais onde a região sul e sudoeste se especializaria na pecuária leiteira e o norte do estado na pecuária de corte.

Lázaro- “Era tudo a gente. Só nós e os filhos, pra plantar a braquiária, cuidar do capim, tudo. Mas quando os meninos era pequeno a gente tinha muita gente que ajudava, mas tudo com berganha³⁴ de dia, né. Aí ia o dia inteiro.

34 O termo “barganha” no dicionário é definido como “*permuta recíproca de coisas entre seus respectivos proprietários*” (Dicionário Aurélio da Língua portuguesa). No caso, um oferta a capacidade de trabalho que possui, visto que reproduzindo-se sem a propriedade de carros de boi para arar sua roça ou

Juliana- Quais tarefas que precisavam da ajuda desses que trabalhavam pela diária?

L- Sempre tinha. Chamava pra capinar a roça de enxada e pra roçar o pasto e era aquele tanto de gente, um dia, dois. Às vezes era 10, 12 trabalhando. Aí às vezes pagava o dia, às vezes também trocava o dia.

J- E como que funcionava o pagamento do dia de trabalho e a troca de dia? Vocês tinham funcionários que moravam na fazenda?

M- A gente não. Agregado que falava, né? A gente nunca teve agregado não. Eles moravam em outras fazendas, né. Morava, mas precisava trabalhar, né. Aí às vezes eles precisavam de um apoio, né, uma coisa ou outra, porque naquela época a roça era mais difícil. Sempre precisava de uma coisa ou outra e antigamente a gente mexia com moagem de cana, aí eles vinha trabalhava de dia, e de tarde levava uma rapadura, um toucinho, escolhia ali do que tinha, né.

L- Por que eu trabalhava também com carro de boi, então, por exemplo, eles vinham e fazia o serviço de um dia e eu pagava, aí se tinha outro serviço pra fazer, eles faziam e eu pagava meus dias de serviço emprestando os carros de boi porque eles não tinham né.

J- E vocês tinham bastante carros de boi?

L- Tinha muito e tinha que ser boi bom carregar [...] naquele tempo era tudo arado por boi, puxado no pescoço do boi. Não tinha trator nada, né. Era carro de boi em tudo pra plantar a roça.

máquinas de moagem para a manufatura de alimentos, além de ser expropriado da terra vivendo em relação de favor, só lhe restou sua mercadoria força de trabalho para trocar. Do outro lado, aquele que necessita de mão de obra alheia (para além da mão de obra familiar própria) remunera o trabalho desses terceiros com o excedente de sua produção cuja capacidade produtiva, por sua vez, está atrelada à propriedade privada da terra e demais capitais fixos na forma de maquinário que lhes possibilita trocar pela força de trabalho do primeiro.

J- E os carros de boi também eram emprestados para os agregados das outras fazendas?

L- Às vezes emprestava pro dono também, pra quem precisasse né, conversava e combinava direitinho .. era tudo aqui por perto.. tudo conhecido.

J- E o que mais era vendido na fazenda de vocês: o leite ou a plantação da roça?

M- Vendia os dois, era o leite e a roça e a gente plantava tudo, arroz, feijão, milho, tinha chácara de café. Enquanto os meninos tava solteiro em casa, ajudava. Mas depois a gente foi largando. Ficou só o leite, né, porque hoje sai muito mais com os turistas ... o queijo Canastra que tá ficando famoso também, né?

J- E vocês vendiam ou era mais pra vocês comerem?

L- A gente vendia, vendia muito. Vendia mais milho, arroz também, mas agora ninguém planta mais arroz não. Mais fácil comprar, né. Hoje planta o milho, mas só pra fazer o silo, dá pro boi ali um pouco do milho fresco. Pra vender hoje é o mais o queijo. Tem um filho que tem um restaurante e vende os queijos tudo lá mesmo. Sai tudo no dia .. os outros (filhos) já vendem pros queijeiros e a gente vende aqui também.

J- E pra quem vocês vendiam?

L- A gente vendia por aqui mesmo em São Roque e as vezes em Piumhi também. Hoje os queijeiros vem tudo buscar aqui mesmo. É aqui tudo bem organizadinho. Tem uns que compram e vendem pra São Paulo, mas também vai vender pelas bandas daqui também, né.

O fato de que os agregados ofertavam sua força de trabalho enquanto trabalhadores rurais autônomos para outro fazendeiro proprietário que não aquele que lhe oferecia o acesso à terra indica que essa camada de trabalhadores buscava organizar seu tempo disponível ao trabalho para além do favor implicado na sua condição de agregado podendo, muito bem, tais arranjos de trabalho serem concomitantes enquanto relações regionais de produção. Nesse contexto os roceiros pobres recebiam parte do excedente da produção agrícola das fazendas como pagamento pelo seu dia de trabalho, como “*um pedaço de toucinho ou uma rapadura*”.

Por parte dos proprietários fazendeiros representados aqui pela dona Maria e o senhor Lázaro, há um processo de acumulação que se realiza e reproduz através do investimento na compra de mais terras visando a expansão da fazenda e que igualmente se materializa com a aquisição de carros de boi e máquina de moagem da cana de açúcar e da mandioca para confecção de rapadura e farinha, respectivamente. Esses meios de produção (socialmente produzidos ou não) centralizados nas mãos dos proprietários possibilitam a subsunção do trabalho da camada pobre rural que não tem condições de se autorreproduzir.

Internamente à fazenda, a mão de obra familiar, o trabalho com o agregado trocado pela sobreprodução das mercadorias, e as trocas de diárias de trabalho por formas não monetárias de pagamento (como o empréstimo dos carros de boi) exemplificam alguns dos possíveis arranjos particularizadores do que tratamos aqui como *relações regionais de mobilização do trabalho*.

Externamente, a reprodução da fazenda estava inserida numa relação capital que extrapolava os limites internos desta visto que o objetivo da produção agrícola não se restringia à subsistência dos familiares, visando outrossim a circulação desse excedente produtivo comercializado monetariamente com atravessadores dos centros urbanos próximos à Serra da Canastra, em especial com as cidades de Piumhi e Franca, centros distribuidores para Belo Horizonte e o estado de São Paulo:

J- A fazenda de vocês era grande?

M- Não era muito grande não, depois que a gente casou o Lázaro comprou uma porção de terra. E eu também recebi um terreno quando meu pai morreu. Mas mudou tudo os tipo de dinheiro né, a gente nem sabe falar como era com hoje, né, mas a terra naquele tempo era muito barata. Com uma porção de gadinho você comprava um terreno bom. Vendia pouca criação e pagava um terreninho bom.

L- Eu vendi 32 rés e comprei 3 alqueires.

J- Hoje ainda tem bastante esse tipo de venda? Em troca com gado?

L- Ainda tem sim, mas menos né. É mais com dinheiro, mas ainda tem sim.

J- Hoje em dia os amigos de vocês ainda tem agregado? Os filhos de vocês que ficaram na fazenda ainda usam essa mão de obra?

M- Hoje não. É mais a diária, né. Precisa de dinheiro. Naquela época os filhos não estudavam, ficavam em casa, todo mundo trabalhava em casa, não tinha outro serviço e hoje já não. E assim, arrumar peão pra por é complicado, dá certo não... por peão mesmo na terra. Qualquer coisa que tiver, nossa senhora... aí se eles precisa, arranja uma pessoa de lá mesmo que é tudo amigo e paga o dia. E essa aposentadoria deu muito certo também. Antigamente não tinha, mas hoje essas pessoas que não tem maior condição já tem uma aposentadoria e já serve né, não depende só do serviço dele.

J- E quanto custa uma diária hoje?

L- Hoje tá R\$100.00, R\$150.00.

J- Os filhos hoje todos estão aqui no Barreiro?

L- Todos. Eles até foram pra Piumhi estudar, mas desistiu e voltou pra roça. Foi bom até.

J- Nenhum deles ficaram na cidade?

L - Estão todos na roça.

No caso dessa família, a produção leiteira no decorrer do século XX não era a mercadoria central da fazenda, mas sim a comercialização dos excedentes agrícolas para as cidades do entorno da Canastra e pautada em gêneros alimentícios diversos³⁵. A produção leiteira ganha relevância comercial quando passa a ser orientada para suprir a demanda da produção do “queijo Canastra”, por sua vez, expandida com a implementação e expansão do turismo ocorrida com a criação do Parque Nacional da Serra da Canastra na década de 1970, ações importantes em que o Estado atua de forma diferenciada

A produção do queijo Canastra provoca, por parte dos produtores, uma racionalização da cadeia produtiva orientada à obtenção de lucro. Esse incremento de produtividade é alcançado através da inserção de raças bovinas específicas para a produção leiteira, utilização de insumos industriais voltados à saúde do animal tais como a aplicação de hormônios que aumentam a lactância da vaca com efeitos de simulação de gestação, o uso de vacinas que prolongam a vida do animal e alimentação específica com rações que promovem uma engorda mais rápida.

Infere-se também pelos relatos que alguns alimentos anteriormente produzidos para consumo próprio e também vendidos como excedentes produtivos não são mais comercializados devido a introdução da produção industrial em larga escala desses alimentos, principalmente o arroz *“que é mais fácil de comprar hoje em dia”* e a ração animal industrializada que irá substituir boa parte dos cultivos destinados à alimentação do gado. Por fim, mas não devidamente destrinchado as suas nuances e condicionantes, a própria especialização produtiva do queijo hoje em dia absorvida pela demanda turística

35 Mais acima apresentamos a aquisição dos carros de boi como resultado materializado da acumulação dos fazendeiros, mas aqui estamos distinguindo entre produção de alimentos provenientes da roça e vacas para produção leiteira.

corresponde a uma correlata especialização produtiva do leite e a um Estado já autonomizado.

Figura 6: Carros de boi em São José do Barreiro. Fotografia datada em 1936



Figura 6: Fonte: Arquivo pessoal de José Joaquim.

* * *

TERCEIRO CAPÍTULO

Canastra regional e a mobilização do trabalho no garimpo
de diamantes

3.1. Introdução:

Neste terceiro capítulo discutimos acerca da mobilidade garimpeira como parte do processo maior da mobilização do trabalho. Os subcapítulos dialogam em profusão com a tese de Hélión Póvoa Neto (1998). A partir dela tivemos acesso à pesquisa de Laura de Mello e Souza que em seu livro “Os Desclassificados do Ouro” publicado em 1982, apresenta um ponto de vista histórico acerca da formação dos “vadios” – termo utilizado pela autora para designar uma parcela intermediária da população que não é personificada pelos proprietários de terra e nem pelos trabalhadores cativos. A leitura de ambas as pesquisas nos possibilita entender a relação proposta por Hélión Póvoa Neto entre o surgimento dos trabalhadores garimpeiros como originários desta camada de excluídos, que sobrevivendo nos interstícios da sociedade colonial polarizada em proprietários de terra e escravizados acabavam por inscrever uma dimensão espacial própria da sua mobilidade.

Inicialmente o leitor terá acesso a um pequeno texto com relação a influência dos paulistas na mineração colonial e na construção de uma experiência de trabalho garimpeira – informação igualmente acessada na pesquisa de Helion Povoá Neto e demais bibliografias. Com isso apresentamos o debate que relaciona a formação dessa população de garimpeiros como consequência da forma de organização da sociedade colonial escravagista, cuja população de pobres livres e libertos acaba por encontrar na garimpagem uma estratégia de sobrevivência e de busca por rendimentos. Estabelecidas tais estratégias, os circuitos formados pelas áreas garimpeiras se inscrevem como mobilidade espacial desses trabalhadores e tentamos decifrar alguns desses caminhos e como eles podem estar relacionados com a formação das pequenas cidades da Serra da Canastra através de processos migratórios.

Posteriormente, discutimos acerca da lógica da mobilidade do trabalho que perpassa as atividades econômicas pecuaristas, agrícolas e garimpeiras, retomando o ponto de vista central da pesquisa de Jean Paul de Gaudemar (1977) em cotejamento com alguns relatos de campo.

A partir disso discutiremos a transformação da região pecuarista em região garimpeira a partir da consolidação das descobertas diamantíferas no local e do correspondente processo de diferenciação de área ocorrido na fazenda de Vargem Bonita.

Trataremos das mudanças na produção agropastoril com a inserção dessa nova atividade econômica na região da Serra da Canastra e o rápido crescimento demográfico promovido pelo garimpo de diamantes assim como as relações regionais do trabalho garimpeiro.

Mobilizaremos algumas conversas realizadas durante as pesquisas de campo e daremos atenção especial aos municípios de São Roque de Minas e Vargem Bonita, cidades cuja formação da propriedade privada ocorreu com a consolidação da fazenda pecuarista e que viriam a ser as primeiras áreas das descobertas diamantíferas da Serra da Canastra.

Nossos principais interlocutores foram: Olivar, Edilamar, Mariana, Vilton, Nelson, Maria, Wayne, Sebastião, Neilson, Neto, Nego, Pezão e Aricoeli.

*

3.2. A experiência garimpeira e os paulistas:

No que se refere a nossa pesquisa, a presença dos paulistas parece ter sido responsável pela interiorização do território colonial e pela disseminação de sua experiência garimpeira. As primeiras descobertas auríferas que se têm notícia seriam do século XVI e localizadas na Serra da Mantiqueira próximo a São Paulo de Piratininga no local que hoje é o Pico do Jaraguá, na zona oeste da cidade. Essas descobertas iniciais teriam, em algum grau, habilitado mineradores a realizarem as principais descobertas do século XVIII, quase cem anos antes das descobertas na Serra da Canastra, através das bandeiras paulistas de “desbravamento” do interior. Importante esclarecer que é uma hipótese teórica e tende a trazer uma orientação mais clara ao debate acerca das descobertas de minérios na colônia como processo social sempre havendo (por

complemento mais do que por oposição) as informações locais acerca dos créditos das descobertas.

Alguns dados reunidos na tese de Hélión Póvoa Neto (1998) fortalecem a hipótese de uma progressiva preparação de um grupo de trabalhadores a estarem aptos a encontrar e extrair minerais consolidando gradualmente experiência para a mineração. De acordo com o autor (1998) é a esta experiência construída durante este intervalo de tempo que provavelmente se deve as novas e acentuadas descobertas que ocorreram a partir do final do século XVII e início do XVIII. Além de Minas Gerais, os paulistas também parecem ser responsáveis pelas descobertas no Mato Grosso e em Goiás no século XVIII.

Acerca das primeiras notícias quanto às descobertas auríferas da futura capitania de Minas Gerais o nome do paulista Antônio Rodrigues Arzão parece ser consenso. O fato teria ocorrido em 1693, quando a bandeira do sertanista preava índios nas proximidades do vale do rio Casca (vale do Rio Doce). Seguiu-se a esta expedição a de seu concunhado Bartolomeu Bueno de Siqueira que encontrou ouro em outra localização, próximo a atual cidade de Ouro Preto. Outra versão confere a primazia à bandeira de Fernão Dias Pais, que buscava esmeraldas no sertão mineiro entre 1674 e 1681 (1998:24).

Há algumas leituras como a abaixo citada que versam sobre a capitania paulista ser o centro impulsionador dos que partiam (oficialmente ou não) para o reconhecimento dos enigmáticos sertões, sendo por isso definida como “trampolim para o sertão” e “nó” originário dos principais itinerários que se encaminhavam aos mesmos (1998:22). Comparando as condições do planalto paulista àquelas vigentes no litoral açucareiro Sérgio Buarque expõe:

Vencida porém a escabrosidade da Serra do Mar, sobretudo na região de Piratininga, a paisagem colonial já toma um colorido diferente, Não existe coesão interna, equilíbrio aparente, embora muitas vezes fictício, dos núcleos formados no litoral nordestino [...]. A sociedade, constituída no planalto da Capitania de Martim Afonso, mantém-se numa situação de instabilidade ou imaturidade que deixa margem ao maior intercurso dos adventícios com a população nativa. Sua vocação estaria no caminho, que convida ao movimento; não na grande propriedade rural, que cria indivíduos sedentários³⁶

36 Sérgio Buarque de Holanda, Monções apud Hélión Póvoa Neto, 1998, p.22.

Hélión Póvoa Neto (1998) aponta para a insuficiência de recursos apropriáveis, de acordo com as requisições da metrópole, como fator condicionante de uma maior mobilidade espacial dos paulistas, além de destacar “sua dimensão de empreendimento projetado que poderia servir como “plataformas” para o processo de interiorização visto sua localização próxima ao litoral (cerne do povoamento mais denso) e aos sertões a serem desbravados.

Este projeto concretizou-se ao longo do século XVII nas bandeiras que partiram de São Paulo em direção ao interior do território colonial, organizadas para a preação de índios para serem forçosamente mobilizados ao trabalho e para busca de metais preciosos tendo uma representatividade militar, mas com caráter de empreendimento comercial.

Ressalvamos que até 1720 a capitania de São Paulo englobava todo o território que viria a se constituir as futuras capitanias de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás e é apenas nessa data que ocorre a emancipação da capitania de Minas Gerais para posteriormente constituir-se como uma das maiores economias urbanas e com relevante população ocupada na mineração.

Após esse quadro esquemático sobre a construção da experiência do trabalho da mineração consolidada pelas primeiras descobertas paulistas e disseminadas pelas bandeiras dessa mesma capitania, é possível falar que no século XVIII já se constituía uma organização social e uma estruturação espacial designada por Póvoa Neto como “*espaço da mineração colonial*” (1998:30).

3.3. Mobilidade garimpeira como mobilidade dos desclassificados:

A sociedade colonial rigidamente estratificada entre senhores proprietários de terra e escravizados era composta bem como por uma população significativa de negros livres e libertos, além de brancos pobres e indígenas expulsos de suas terras originárias vivendo nos interstícios desses dois polos sociais estruturantes e orbitando a fazenda monocultora. Laura de Mello e Souza em seu livro “Os Desclassificados do Ouro” (1982)³⁷ denomina esse grupo por “*desclassificados sociais*” e o argumento central defendido pela autora passa por analisá-los através da sua condição de exclusão.

A pesquisa de Mello e Souza parte da apresentação das diretrizes jurídicas que na Europa, desde o século XIV, visavam punir aqueles que não estabeleciam atividades laborais regulares, sendo o crime de vagabundagem a punição para tal, e quando reincidida a infração Portugal deportava para suas colônias, incluindo aí o Brasil. Essa legislação ultra marina acabou por deportar para terras coloniais inúmeros desses “criminosos”, nos termos da autora, que desembarcavam no “Novo Mundo” ao léu e sem artifícios ou mecanismos para transporem a condição sócio econômica que se encontravam em Portugal, mantendo na colônia sua situação de “desclassificados sociais”.

Para a autora é imprescindível estabelecer uma relação entre a utilização dos pobres europeus para povoamento das colônias e um movimento mais amplo de pauperização ocorrido nestes países entre os séculos XIV a XVII. Esse movimento, por sua vez, insere a colônia na relação com as particularidades e especificidades da processualidade histórica própria à constituição desta enquanto partícipe do capitalismo comercial em expansão. A configuração mundial da reprodução capitalista já tem aqui seus contornos, e pensamos ser relevante destacarmos a participação da colônia na formação do trabalho abstrato.

A constituição do trabalho moderno que na Europa podemos relacionar com o processo de emancipação do servo em relação a antigas formas de produção e

37 SOUZA, Laura de Mello e. Os Desclassificados do Ouro. (1982).

reprodução (como por exemplo o acesso à terra para o plantio), no Brasil colonial irá se diferenciar pelo modo escravista de produção cuja mão de obra cativa apropriada pela forma mercadoria era explorada ao máximo a fim de retornar o “investimento” realizado pelo senhores latifundiários. Assim, para o restante da população estavam restritas as possibilidades de inserção nas principais atividades produtivas que movimentavam a colônia monocultora. Aos homens livres e pobres integrantes dessa ‘camada social intermediária’ a reprodução social sustentada por atividades irregulares teve como correspondente uma dimensão espacial da mobilidade desses sujeitos.

A formação do trabalho moderno parece ser a variável fundamental da estigma recaída sobre esse grupo social e na colônia parece ser mais imprescindível e particular esta forma de trabalho calcada na busca pelo lucro:

A noção de trabalho vigente na colônia é importante para a compreensão de outra peculiaridade nossa: a extensão que entre nós assume a expressão vadiagem e a categoria de vadios. Mais do que na Europa pré-capitalista, o vadio aqui é o indivíduo que não se insere nos padrões do trabalho ditados pela obtenção do lucro imediato, a designação podendo abarcar uma enorme gama indivíduos e atividades esporádicas, que dificulta enormemente uma definição objetiva desta categoria social (1982:64).

A particularidade colonial do uso da mão de obra cativa como principal força de produção do comércio exportador tolhia a inserção do homem livre e pobre às atividades econômicas dominantes. Nas palavras de Hélio Póvoa Neto (1998) o escravismo promovia uma desqualificação do trabalho ao passo que inviabilizava a existência de ocupações tidas como socialmente dignas à medida que os desclassificados não conseguiam inserção na rígida estruturação da sociedade colonial.

Neste contexto, a taxação de vadio podia incorrer de modo generalizado sobre aqueles portugueses degredados para o Brasil atravessando ao meio a população brasileira de livres pobres e libertos que se equilibram nas cordas bambas da colônia; podia incorrer igualmente aos que se revoltavam ou assumiam posições de enfrentamento às normas metropolitanas, ou seja, para todos aqueles que, de maneira geral, não se enquadravam na sociedade colonial, seja nos termos produtivos vigentes ou nos termos de uma esperada obediência civil.

Os desclassificados sociais não exclusivamente eram os miseráveis a perambular pelos sertões como o nosso imaginário citadino pode suscitar, muitas vezes exerciam trabalhos árduos, mas frequentemente intermitentes e insuficientes à sua subsistência de modo a não conseguirem estabilizar-se pelo acesso à propriedade privada da terra e outros meios de produção. Ao contrário dos senhores e dos escravizados, essa camada não possui estrutura social configurada, caracterizando-se pela fluidez, pela instabilidade, pelo trabalho esporádico, incerto e aleatório (1982:63).

O quadro social da colônia altera-se substancialmente com a descoberta das minas auríferas do final do XVI. *“Estima-se em cerca de 800.000 o número de portugueses que, em menos de um século, deslocaram-se para o Brasil atraídos pela notícia das Minas”* (1998). Na prática são mais outros milhares de habitantes que estarão em situação similar de disputa por inserção às estruturas dominantes da forma de trabalho na colônia, mas agora mais adornadas com a instiga da possibilidade de enriquecer, característica do imaginário sobre o garimpo.

Nesta, como em qualquer atividade na colônia, o fator de produção força de trabalho era essencialmente cativo, sendo os interstícios ocupados pela população livre pobre. Estes dificilmente alçavam o título de proprietário de lavras, já que as concessões eram outorgadas mediante a propriedade de cativos disponíveis ao trabalho minerador³⁸. Nesse contexto, os garimpeiros desclassificados passam a ser os sujeitos que ameaçavam mais incisivamente os distritos de mineração:

Em nenhuma época e lugar e isto se torna mais catastrófico e atinge mais profunda e intensamente a colônia, que no momento preciso em que abordamos a nossa história, e nos distritos de mineração. Vamos aí encontrar um número considerável desses indivíduos desamparados, evidentemente deslocados, para quem não existe o dia de amanhã, sem ocupação normal e fixa e decentemente remuneradora; ou desocupados inteiramente, alternando o recurso a caridade com o crime. O vadio na sua expressão mais pura. Os distritos auríferos de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso oferecem tal espetáculo em proporções alarmantes que assustarão todos os contemporâneos (Caio Prado: 283-286).

38 TOLEDO, Carlos de Almeida (2007).

Incidia sobre essa população de livres e libertos a legislação metropolitana acerca do regimento para a distribuição de lavras como mais um fator de impedimento ao pobre para conseguir uma lavra legalizada, pois mesmo a legislação reconhecendo a prioridade do descobridor, um dos critérios para se outorgar a posse sobre a lavra era a quantidade de cativos sob propriedade do pleiteante³⁹. Sendo assim a organização produtiva das Minas não se diferenciou radicalmente do latifúndio monocultor:

Nas áreas de mineração, uma saída para o homem livre sempre foi a faiscação ou o garimpo, preferencialmente em áreas ermas ou ainda não exploradas. [...] E a necessidade reiterada de buscar novas áreas reforçava, assim, uma tendência a mobilidade espacial que mais acentuava sua estigmatização como vagabundo ou vadio (1998:39).

As condições técnicas da empresa colonial mineradora territorializava-se em formas distintas: em reservas de aluvião, cujo ouro encontra-se na camada mais superficial, a exploração produtiva apresentava rendimento rápido, mas com breve duração, e assim que esgotado o acesso ao mineral (o que não significa necessariamente o esgotamento do minério na área), os garimpeiros tornam a se deslocarem em busca de novas áreas longe da vigilância reinol. Já nas lavras com maior suporte técnico a mineração tendia a ser mais estável, as lavras beneficiavam-se da infra estrutura adequada assim como de uma oferta de mão de obra maior e mais organizada, geralmente composta por cativos.

As instáveis condições produtivas do garimpo ilegal implicaram no constante deslocamento espacial desses trabalhadores marginalizados. Nesse sentido, percebe-se que as condições régias sobre a exploração mineral acabaram por reforçar a necessidade do deslocamento do garimpeiro ou faisgador em busca de novas frentes de trabalho. Mais do que uma característica da moralidade desses trabalhadores, que não raro foi justificativa para serem taxados de vadios por não terem propriedade privada ou trabalho regular, havia toda uma rígida estruturação que inviabilizava uma mudança social dos

³⁹ Exigido o número de 100 escravizados disponibilizados para o trabalho de mineração. _Além disso, a responsabilidade para a concessão das lavras a estes proprietários de escravizados era dos guardas-mores. (1998:69)

desclassificados à medida que as possibilidades ofertadas eram demasiadamente restritas. Desse modo, para o homem livre pobre restava o garimpo ilegal e a faiscação como fonte de rendimento.

Chegando ao fim a capacidade de extração (situação muito mais correlata ao maquinário e mão de obra disponível do que à existência concreta do minério), a população de mineradores se via impelida a buscar uma nova frente de trabalho, situação que se amenizava parcialmente quando a exploração atingia as grupiaras e as galerias, possibilitando aos garimpeiros uma fixação maior a terra.

Sob outra perspectiva esses vadios tiveram certa utilidade ao olhos da coroa devido a essas mesmas características de desenraizados em constante deslocamento sendo muitas vezes e à força engajados em diversas atividades, desde obras públicas, atividades agrícolas ou empreitadas bandeirantes. Esses foram os sujeitos sociais que não raro se embrenhavam nas matas tropicais da capitania mineira deflagrando conflitos diretos com os povos indígenas, auxiliando a Coroa na consolidação do espaço territorial colonial, portanto, estabelecendo-se perante as normas régias ora como um grupo social a ser combatido, ora como grupo social útil aos interesses metropolitanos. Nas Minas Gerais, especialmente os homens pobres livres e libertos foram úteis:

Os vadios são o ódio de todas as nações civilizadas e contra eles se tem muitas vezes legislados, porém as regras comuns relativas a este ponto não podem ser aplicáveis ao território de Minas, porque estes vadios, que em outra parte seriam prejudiciais, são ali úteis: eles, à exceção de um pequeno número de brancos, são todos mulatos, cabras, mestiços e negros forros; por estes homens atrevidos é que são povoados os sítios remotos (...) deles é que se compõem as esquadras que defendem o presídio da irrupção do gentio bárbaro e que penetram, como feras, as matas virgens (...) é deles que muitas vezes se compõem as esquadras que se espalham pelos matos para destruir os quilombos dos negros fugidos. (1998:34 grifo nosso).

Ainda sobre a utilidade dos vadios, Laura Mello e Souza (1982) ressalva que estes eram direcionados a atividades que colocariam em risco a propriedade dos senhores escravocratas. As funções de milícia, capitão do mato, desmantelamento de quilombos ou abertura das matas fechadas poderiam ser vistas como possibilidades de fuga para os

cativos e eram estas ocasiões que a população pobre livre ou liberta dos desclassificados era recrutada, viabilizando igualmente a permanência e manutenção da mão de obra cativa nas atividades produtivas do latifúndio. Por parte dos desclassificados aceitar esses trabalhos temporários os mantinham afastados e protegidos contra a punição por vadiagem, recorrente sobre essa população que não possuía lugar definido e se encontrava marginalizada em relação às estruturas produtivas rígidas da sociedade colonial. Nesse contexto, emerge o garimpo como realidade e sonho para as perspectivas de ascensão social da população pobre livre.

Nesse ínterim, a mobilidade assumida por esses garimpeiros livres e desclassificados constituiu estratégia de reprodução, consequência de sua exclusão econômica e social que imprimiu uma correspondente dimensão espacial pautada num constante deslocamento, que acabou, por sua vez, acentuando no decorrer do tempo o caráter de “cidadãos desenraizados socialmente”.

Com isso a mobilidade garimpeira pode ser lida como parte da mobilidade do trabalho visto ser um processo desencadeado no interior do próprio processo da colonização no qual a busca por metais preciosos foi uma constante (Povoa Neto, 1998). O autor apoiado no argumento de Laura Mello e Souza (1982) aponta que o garimpo por ser atividade ilegal é um espaço aberto para o trabalho livre sendo a clandestinidade *“revelada no surgimento da própria palavra garimpo, como qualificação de um crime daquele que se esconde nas “grimpas”, a particularidade que marca o surgimento do garimpo. O trabalhador clandestino garimpeiro é uma personificação do processo de desclassificação social que marca a vida dos homens livres no século XVIII. (1982:202-213). Essa clandestinidade resultou da própria organização da Coroa que na tentativa de manutenção de seu poder econômico buscava inibir as ações de contrabandistas de ouro, diamantes e mercadorias em geral.*

Em relação à mobilidade do trabalho, o garimpeiro se mostra como um dos primeiros trabalhadores a se deslocarem “voluntariamente” no espaço em oposição à mobilidade explicitamente forçada ao qual estavam submetidos os escravizados. Assim sendo, o garimpeiro talvez venha a ser um dos primeiros exemplos, no Brasil colônia, de trabalhadores produtores de mercadorias, que se deslocam voluntariamente no espaço

em “*função de seu ofício*”, ou seja, buscando, de certa forma, maximizar o ganho oriundo do seu trabalho. (TOLEDO, 2001 p.18).

Esse aspecto ‘voluntário’ do trabalho livre tem relação com o processo histórico, lógico e categórico do trabalho cativo, visto que esses trabalhadores garimpeiros já exerciam seu trabalho (livremente mobilizado) para atender a necessidades que lhe são externas (TOLEDO). Essa aparente autodeterminação sobre si, seu corpo e a aplicação de suas capacidades físicas, revela uma das consequências basilares da formação da mobilidade do trabalho analisada por Jean Paul de Gaudemar. O autor após apresentar o processo de expropriação dos meios de produção interpreta a docilidade dos corpos na subsunção ao capital como consequência de uma internalização e naturalização ao nível da consciência de um sistema social violentamente construído.

Nesse sentido, a mobilização explicitamente forçada do trabalho cativo não se opõe à mobilização voluntária, visto que a aquisição da mobilidade, tanto dos corpos como do capital, é característica intrínseca da sociedade capitalista e capaz de se reorganizar diante dos diversos momentos da história do capitalismo, aparentando como diferente o que lhe constituiu logicamente desde o princípio. As formas de mobilização do trabalho, portanto, corresponde aos diferentes arranjos em torno do trabalho, sendo a princípio historicamente constituído por formas de violência extra econômicas:

Desta perspectiva, não faz sentido falar em mobilização do trabalho no contexto da economia capitalista, que não seja de alguma forma imposta aos trabalhadores. No entanto, com o passar do tempo, tais mudanças, de tão repetidas no cotidiano acabam sendo interiorizadas, tomadas como normais, ou mesmo como naturais, perdendo seu sentido de mudança social. A partir da consolidação deste tipo de consciência social, a mobilização do trabalho passa a ser interiorizada pelo próprio trabalhador, permitindo ao autor revelá-la como entrega dócil do próprio corpo do trabalhador ao uso do capital. Esta seria a distinção fundamental entre a mobilização do trabalho forçada explicitamente, à qual estão submetidos os escravos, e o trabalho já mobilizado, mas em processo de mobilização forçada, dos trabalhadores livres.” (TOLEDO, 2001 p. 20).

Além do deslocamento resultante da sua condição clandestina de garimpeiro livre sendo por isso impelido à busca por novas áreas como forma de driblar as normas régias, outra situação apontada para o deslocamento do garimpeiro seria justamente a possibilidade de novas descobertas. Esse segundo fator que impulsiona o deslocamento dos garimpeiros é denominado por “fofoca” pelos garimpeiros pesquisados por Póvoa Neto (1998). Intentando se apropriar do rendimento de seu trabalho movia-se pelo território na busca de novas jazidas nesses fluxos estimulado pelas ‘fofocas’. Na necessidade de se locomover, tanto por uma sabida “fofoca”, quanto pela buscas por terras ainda não delimitadas para a exploração monopolística, esses trabalhadores acabaram por circunscrever uma trajetória e itinerários próprios no território brasileiro. Nas palavras do autor, muitas vezes, este trabalhador garimpeiro:

[...]tornava-se assim um pioneiro, responsável por grande parte, senão a maioria, dos novos achados que se ia fazendo. A necessidade reiterada de buscar outras áreas reforçava, assim, uma tendência à mobilização espacial. (PÓVOA NETO, 1998, p. 40).

Para Hélio Póvoa Neto (1998) mesmo padecendo das dificuldades de transporte inerentes ao desenvolvimento técnico do momento, uma rede de itinerários parecia se esboçar entre os diversos locais, interligando e articulando as áreas mineradoras dos estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Bahia. Afirma ademais que o controle sobre o espaço da mineração se tornava mais rigoroso quando a exploração mineral denotava uma alta produtividade. Do mesmo modo, uma produção em declínio, tendia a uma menor rigidez no controle sobre as movimentações nas áreas produtoras assim como uma maior tolerância quanto à presença do trabalhador livre sem necessidade de distinguir entre a faiscação e o garimpo: “[...] o *garimpo* significou então, simultaneamente, alternativa de sobrevivência a que homens livres sempre haviam recorrido, e meio de vida disponível aos que emergiam da condição de escravos (1998:196).

Para os cativos a faiscação significava possibilidade de se acumular recursos que pudessem ser empenhados na compra de sua liberdade.⁴⁰ O autor cita a formação do

40 Na tese de Póvoa NETO o autor cita o relato de um viajante europeu para se corroborar tais transações.

grupo dos “escravos – garimpeiros” que fugiam para áreas ermas a fim de almejavam recursos para a compra da alforria, informação que coaduna com a teoria de Sidney Chalhoub sobre as estratégias dos cativos. Ressalta que a tolerância desses trabalhadores se dava apenas até o momento que área desse sinais de altos rendimentos, mas na maioria das vezes, esses trabalhadores permaneciam em áreas já lavradas visto terem sua presença mais tolerada.

* * * *

3.4. O Surgimento do garimpeiro e suas associações:

Há alguns elementos importantes presentes nos debates teóricos acerca do surgimento da figura do garimpeiro que remetem ao século XVI, anterior, portanto, às principais descobertas de Minas Gerais. Desses elementos podemos citar a construção gradual de uma experiência empírica de mineração - que ora se credita a cativos africanos “especializados” ora a certos segmentos sociais internos à colônia e a capitânia de São Paulo como berço da primeiras descobertas auríferas, além de polo difusor de inúmeras empreitadas bandeirantes responsáveis pelas descobertas minerais do século XVII em direção ao interior do território colonial.

Para Hélión Póvoa Neto (1998) o fracasso inicial da Coroa portuguesa na localização de jazidas minerais importantes sinalizariam para a inexperiência em mineração no território metropolitano, o que viria a ser corroborado tanto pela ausência de documentos registrando atividades regulares de mineração em Portugal quanto por solicitações diretas feitas por representantes metropolitanos na colônia por mineiros “práticos” na década de 1590 (1998:25).

Há igualmente autores que atribuem certo conhecimento prévio a respeito de procedimentos para mineração oriundo dos escravizados africanos. Póvoa Neto cita Gilka V.F. Salles nessa abordagem em que a autora afirma que “africanos já práticos” teriam sido os responsáveis pela descoberta de inúmeras minas em Goiás no século XVIII.

Chamando ainda a atenção para a preferência na zona mineradora pelos escravizados “minas”, que trariam de países da costa africana já alguma experiência e teriam chegado a capitânia goiana vindos da Bahia por intermédio do tráfico interprovincial.

Sem corroborar esta tese da experiência anterior africana, o autor, outrossim, informa sobre comunidades negras consolidadas no entorno do espaço da mineração colonial que teriam no garimpo de ouro e de diamantes importante alternativa de subsistência, afirmando que:

Os quilombos formados por escravos fugidos parecem inclusive ter sido atuantes na descoberta de ocorrências minerais, levando estudiosos do tema a falar em ‘quilombolas desbravadores do interior e descobridores de novos veios auríferos’, perseguidos pelos portugueses que organizavam bandeiras exclusivamente para assumir o controle de tais minas.” (1998:15).

Ao nosso modo de interpretação, não priorizaremos uma leitura em detrimento da outra, pelo contrário, parece ser um tanto quanto pertinente que o interesse metropolitano pela descoberta de minerais possa mesmo ter sido objeto de planejamento na importação dos escravizados e mesmo na ingerência dos deslocamentos interprovinciais da mão de obra cativa direcionada às lavras descobertas. Nosso intuito, (não de nos atestar, mas de prover ideias e possibilidades de reflexão) através do levantamento teórico por ora apresentado, consiste no levantamento de debates acerca do cenário colonial com um olhar para a população de pobres livres libertos buscando refletir sobre quais implicações reais e concretas recaíam sobre esta população. Nesse ínterim, ingerências régias e estratégias de sobrevivência e reprodução podem ser duas formas de se pensar sobre a mobilidade garimpeira colonial.

Como acima citado, há algumas hipóteses para as primeiras descobertas auríferas na Serra da Mantiqueira próximo a São Paulo de Piratininga no local que hoje é o Pico do Jaraguá, zona oeste da cidade paulistana. As pioneiras descobertas auríferas junto ao litoral teriam habilitado os primeiros mineradores a realizarem as principais descobertas do século XVIII através de uma mobilidade paulista viabilizada por empreendimentos reinóis ou mesmo particulares.

As primeiras jazidas que se têm notícia seriam do século XVI nessas áreas que igualmente foram centros difusores das bandeiras para o sertão levando, talvez, essa experiência mineradora para o interior do sertão colonial. Estas especulações apontam para uma relativa especialização em técnicas de exploração mineral oriunda dessa população residente junto à vila de São Paulo, alimentando, também a hipótese de uma “autonomia paulista” responsável pelas iniciativas de interiorização do povoamento e busca por metais preciosos.

De acordo com Póvoa Neto, a metrópole no primeiro século da colonização já apresentava certo desânimo na busca de gemas e metais preciosos, muito devido à notícias nem sempre verídicas de grandes descobertas minerais ou, quando verídicas, as descobertas se mostravam irrisórias para se alocarem investimentos altos . Esse enfoque é interessante à medida que ratifica futuras iniciativas de mineração que ocorrerão às costas dos interesses metropolitanos. Não que a Coroa Portuguesa não visasse grandes descobertas. Na época do mercantilismo, o metalismo identificava a riqueza nacional ao montante de metal nobre disponível, além da necessidade da obtenção de metais preciosos fundamentais para a expansão da economia europeia visto que constituíam o meio circulante dentro do continente, mas as descobertas, até então, não eram tão significativas face ao esperado pela Coroa ainda mais em comparação às colônias espanholas.

É com este preâmbulo sobre as parcas descobertas auríferas na capitânia paulista que o autor irá sinalizar para uma redução do empenho metropolitano na busca por jazidas ainda no século XVI. Parcas para a metrópole, mas não para garimpeiros autônomos, que viam no garimpo uma possibilidade de complemento à subsistência, essa teoria desloca das descobertas minerais “as diretrizes emanadas da Metrópole, em favor de uma maior atenção aos interesses próprios de segmentos sociais autóctones” (1998:17), nas palavras do autor:

É perceptível, a inexistência de conexões fortes entre políticas de incentivo a descobertas minerais e iniciativas de prospecção e exploração. Estas últimas eram, portanto, de caráter basicamente espontâneo. Estavam lançadas de qualquer maneira, ainda no século inicial da colonização as bases para que o que Sérgio Buarque de

Holanda chamou de “período de aprendizagem”, “fase preparatória e necessária” para as descobertas que viriam a ocorrer. (1998:20)

Parece que o surgimento do garimpeiro não foi exclusivamente consequência de políticas reinóis direcionadas para tal, pelo menos não em termos de uma política econômica territorialmente abrangente, recaindo mais sobre as bandeiras paulistas tanto a disseminação da experiência em mineração quanto a viabilização das descobertas mineiras.

Já o surgimento do termo “garimpeiro” teria sua origem relacionada à descoberta de diamantes e desde o começo à condição de ilegalidade do seu trabalho perante uma política extremamente restritiva que se territorializava por uma série de normas e assim territorializava relações na tensão social que se desenrolava:

A palavra em si constitui neologismo brasileiro, surgido no século XVIII com referência à situação ilegal e à mobilidade espacial de trabalhadores que, fora do esquema produtivo dominante, polarizado entre senhores e escravos, mineravam por conta própria em áreas rigorosamente interditas para tal. Desrespeitavam, assim, não só limitações oficiais quanto a áreas de lavra quanto procedimentos previstos para comercialização e tributação. A hostilidade dos diversos governos quanto aos garimpeiros derivava, portanto, desde então, da sua burla à economia que buscava auferir ganhos via produção e cobrança de tributos. Os mesmos trabalhadores desafiavam, também, a pretensão de controle absoluto sobre territórios considerados estratégicos para a ordem colonial. O garimpo sempre esteve associado, portanto, ao desafio às políticas oficiais (POVOA NETO, 1998: 67).

O conjunto de normas e leis que balizavam a exploração aurífera sofre alterações com a descoberta de diamantes durante o século XVIII. Diferentemente da exploração do ouro que era controlada pela distribuição de Datas⁴¹, as áreas com ocorrência de diamantes foram transformadas em territórios de exclusão em que a mineração por conta própria era totalmente proibida, ou seja, nos diamantes, nem faiscadores eram permitidos.

41 As Datas eram a

Com esse arranjo legislativo mais rigoroso com vistas ao controle territorial, a legalidade e a ilegalidade ditavam o cindido mais explicitamente:

Garimpo era a mineração furtiva, clandestina do diamante, e garimpeiro, o que a exercia (...) Garimpeiro tornava-se muitas vezes aquele que, obrigado a expatriar-se ou a passar uma vida de misérias, porque com a proibição da mineração se lhe retirava o único meio de subsistência, ia exercer uma indústria, a mineração clandestina, que julgava um direito seu, injustamente usurpado; era aquele que (...) ia homiziar-se nos profundos recônditos de nossas brenhas, e onde poderia talvez oferecer algum auxílio à família (...); era finalmente o audaz, intrépido e ambicioso aventureiro que ia buscar fortuna nessa vida cheia de riscos, perigos e emoções.

Não se confunda o garimpeiro com o bandido. Foragido, perseguido, sempre em luta com a sociedade, o garimpeiro só vivia do trabalho do garimpo, trabalho na verdade proibido pela lei – e esse era seu único crime -, mas respeitava a vida, os direitos, a propriedade de seus concidadãos⁴².

Percebe-se pelo excerto um esforço em diferenciar o garimpeiro e suas estratégias de sobrevivência do bandido ou do simples ladrão, precisando que é como consequência à nova legislação que decorreria sua única prática ilegal nas vias de sobrevive. Coadunado as críticas de Póvoa Neto (1998) à este excerto supracitado, desconfiamos dessa estratificação assertiva que aparta totalmente as ações e a persona do garimpeiro da esfera da ilegalidade, até porque um momento ilegal de produção tende a viabilizar sua circulação também pelos meios ilegais como própria forma de ser da legalidade em contradição, além de que *“também era possível passar, quando conveniente ou necessário, de uma condição à outra, de garimpeiro à comerciante das pedras”* (Póvoa Neto, 1998: 70).

Por outro lado, parece realista também desconfiarmos das condições da metrópole de garantir a imposição eficiente de suas normas e leis estando à distância da sua colônia, o que dificultava apropriar-se dos ganhos via produção e cobrança de impostos, resultando em mais uma hostilidade da Coroa em relação ao garimpeiro. Além disso, é necessário ter em mente que a metrópole não conseguiu direcionar por completo

42 Joaquim Felício dos Santos, Memórias do Distrito Diamantino, (1868) *apud* Helion Povoá Neto (1998:69).

o povoamento no espaço da mineração colonial, sendo este território constituído pela “nebulosa de estabelecimentos” esparsados entre si..

Foi entretanto em vão que se estabeleceram leis penais e se multiplicaram as medidas punitivas. A ambição e a astúcia zombavam de todos os obstáculos. Quando os diamantes são menos difíceis de extrair, e mais abundantes, existia uma espécie de contrabandista que se reunia em tropas e se distribuía pelos lugares onde essas pedras preciosas se achavam em maior abundância e eles próprios faziam a exploração, alguns deles ficavam de esculca em lugares elevados, avisando os demais à aproximação dos soldados e o bando se refugiava nas montanhas de difícil acesso. Foi isso que fez dar a esses homens o nome de grimpeiros, donde se formou por corrupção a palavra garimpeiro, que se manteve. (Saint-Hillaire apud Póvoa Neto, 1998:70)

Contextualmente, a descoberta dos diamantes no Brasil teria acarretado uma queda no preço das pedras que até então pensavam ser existentes apenas na Índia (TOLEDO, 2001) e a partir desse fato, a Coroa Portuguesa estabeleceu um rigoroso controle da produção, proibindo a extração das pedras em todo seu território em 1730, com exceção da região de Diamantina, cuja produção se dava em regime de monopólio, ora particular, ora da Coroa. O monopólio da exploração visava sustentar o preço dos diamantes que sofreram queda em função da importância da produção das minas de Diamantina em meados do século XVIII.

O alto valor dos diamantes mobiliza os mineradores clandestinos na busca de novas áreas de extração, longe dos olhos das autoridades. Para o autor, seria justamente essa proibição que trouxe como consequência a “exploração clandestina, qualificada de garimpo” (TOLEDO, 2001 p.17). Para a legalização da lavra diamantífera era necessário a posse de no mínimo 100 cativos, além das punições previstas para os garimpeiros da expulsão do Distrito Diamantino do Tijuco, isso tendo ocorrido com certa frequência, ocorria também de serem expulsos os que acabavam por descobrir novas áreas:

[...] tudo leva a crer que a situação de ilegalidade do garimpeiro de diamantes foi evidenciada pela própria existência de uma legislação mais rigorosa quanto à extração deste mineral, além das próprias condições de exploração do mesmo, cuja comercialização dispensava

etapas como a fundição, necessária no caso do ouro (TOLEDO:2001:17).

Parece-nos que a existência do garimpeiro não surge estritamente a partir de especificidades e particularidades da sua condição de produzir pedras preciosas com instrumentos parcos, mas como resultante desta legislação rigorosamente excludente. Para os homens livres da época que disputavam as frentes de trabalho com os escravizados, a mineração talvez se constituísse como rara alternativa de sobrevivência, buscando geralmente áreas mais ermas ou que ainda não haviam sido descobertas, acabavam por traçar uma mobilidade espacial própria desse trabalhador.

Achamos válido também pontuar a diferença entre as figuras do garimpeiro e do faisgador enquanto na colônia o garimpeiro “surge” a partir das imposições do monopólio sobre a cadeia produtiva do diamante, o minerador por conta própria – chamado de faisgador - era tolerado, com sua exploração de ouro em depósitos minerais superficiais ou já trabalhados pela grande mineração. A tolerância quanto a este trabalhador era drasticamente reduzida após a notícia da descoberta de diamantes, levando ao estabelecimento das formas territoriais de controle, que impunham a exclusão da pequena mineração dos espaços conhecidos como "distritos diamantinos", ou ainda "demarcações diamantinas". A proibição da faiscação em territórios descobertos como diamantíferos acabavam por engrossar o número de garimpeiros na sua acepção clássica de trabalhadores ilegais e intolerados pela lei.

Retomando as motivações da mobilidade paulista em direção ao interior do território colonial como o lugar do “sertão promissor necessário de ser desbravado” (Póvoa Neto, 1998), o trabalho na roça era muitas vezes preterido diante da possibilidade de riqueza súbita e ascensão social resididas no imaginário do garimpo. Por isso, mesmo que trabalho agrícola estável significasse para o homem livre, não só a opção para uma maior fixidez espacial como também o atendimento a um pré requisito de inserção social que o reconhecesse como detentor de certos direitos, a precariedade dos vínculos com a terra incentivava a mobilidade espacial e a atitude aventureira.

A garimpagem implicava em certa expectativa de um enriquecimento súbito, oposta à disciplina e constância requeridas pelo trabalho agrícola. Dimensões simbólicas,

concretas e objetivas contribuíam para o constante deslocamento dessa camada de trabalhadores livres.

* * * *

3.5. Entre a pecuária, a roça e o garimpo: Formas concretas de mobilização da força de trabalho:

“Dos 15 aos 25 foi lavoura. Dos 25 aos 30 trabalhei com tijolo, olaria. E dos 30 até hoje foi no garimpo”

“Garimpo, terra e gado é tudo misturado”.

“Eu vim pra cá por que ouvi falar que tinha garimpo bom aqui. Vai falando né. A gente sempre ouve de lugar bom, lugar ruim”.

“Em Vargem eu já trabalhei sim, mas faz tempo que não trabalho mais não porque passei perigo lá”.

“No garimpo você tem que ter medo de 3 coisas: da água, da onça e do homem.”

“A terra é minha, a água é minha, quem diz se a pedra vai ser vendida ou não, sou eu!”

“Eu fico sozinho no garimpo, mas eu tenho uma sociedade, né. Aí ele me indica. É bom que já não tem como dar problema com o dono da terra. Ele dá a comida e as ferramentas. E também me indica a terra, já conversa com o dono tudo certinho, arranja tudo”.

“ O garimpo é o único trabalho que você não precisa de dinheiro pra começar”.

“Sonhei com um diamante grande que só. Queria era tá no garimpo agora. Vai que eu acho.”

Os excertos que abrem esse subcapítulo foram extraídos de uma conversa de início espontâneo ocorrida num dia de chuva na cidade de São João Batista do Glória. No momento buscávamos abrigo da intempérie e conhecemos o senhor Vilton, senhor de idade com quase 70 anos e garimpeiro há 4 décadas, mas que se encontrava afastado da garimpagem por ter sofrido um acidente com um pedregulho caído sobre sua perna.

As informações obtidas com essa conversa fortalecem alguns pontos teóricos apresentados ao longo da pesquisa.

Um primeiro assunto que podemos retomar refere-se à “mobilidade tipicamente garimpeira” que Hélión Pova Neto nomeia como *fofoca* – *aquela* informação que circula rapidamente e mobiliza de maneira voluntária a oferta de trabalhadores para uma nova área de garimpo. Antigo trabalhador de olaria e proprietário de uma pequena roça na cidade do Glória passa a exercer a atividade de garimpeiro em Vargem Bonita ao saber por terceiros da fama do garimpo na cidade vizinha.

Ele nos relata que durante uma temporada de garimpagem na cidade, encontra um diamante de grandes proporções e com certeza muito bem avaliado para a venda, mas que o proprietário da terra ao se deparar com o extraordinário achado de seu funcionário determina que quem irá vender a pedra será ele *“pois a terra é minha, a água é minha e quem diz se a pedra será vendida ou não sou eu”* e que o arranjo do trabalho não seguirá os passos previamente acordados com a cobrança da porcentagem da terra e da água como os únicos tributos acumulados nas mãos do garimpeiro proprietário. Diante da ameaça feita com arma de fogo a punho relata que depois desse acontecimento nunca mais retornou aos garimpos de Vargem Bonita.

Não temos como comprovar a veracidade da fala do garimpeiro e nem é o objetivo da pesquisa. Sabemos, outrossim, que estórias de fartura, de ostentação e de bravura são significantes para a manutenção de boas relações pessoais nesse grupo de

trabalhadores, mas é fato relatado em outras áreas de garimpo pesquisadas⁴³ que violência explícita e extra econômica permeia o que chamamos de momento regional, com as categorias de terra e trabalho fundidas à violência ainda não e personificadas no proprietário de terras.

O trabalhador que hoje é garimpeiro, mas que outrora trabalhava em olaria com alternâncias com o trabalho na roça corrobora a relação entre a liberdade e a mobilidade da força de trabalho como proposto por Jean Paul de Gaudemar ao afirmar que a transformação do trabalho (simples ou geral) em força de trabalho (tipicamente capitalista) requer que esta seja móvel. É esta a condição de sua liberdade e assim como o trabalhador é livre para vender sua força de trabalho a quem e onde lhe couber, a força de trabalho sob a forma mercadoria também precisa apresentar essa liberdade, precisa ser móvel e, no limite, indiferente ao conteúdo do seu emprego para assim conseguir adentrar as formas possíveis de reprodução e acumulação do capital.

[...] a capacidade que permite a força de trabalho adaptar-se às variações da jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos sempre crescentes de uma divisão do trabalho cada vez maior” (1977:194).

O conceito de mobilidade do trabalho não é unívoco, pois seu uso pode designar tanto os deslocamentos de trabalhadores entre espaços concretos (cidades, regiões, países), quanto entre espaços abstratos (setores de atividade, ramos da produção etc.), ou mesmo fazer referência às variações nas condições específicas as quais são submetidos os trabalhadores no processo de trabalho, como a extensão da jornada de trabalho e a sua intensidade.

E as formas de mobilizar a força de trabalho vão muito além da questão implicada na qualidade da mobilidade que possibilita o deslocamento espacial, buscando em realidade apreender as variações das formas possíveis de utilização capitalista das disponibilidades físicas e intelectuais dos homens. No sentido da reprodução ampliada do

43 Como no garimpo da Chapada Diamantina estudada por Carlos Toledo.

capital, portanto, as mobilizações dos sujeitos que aparentam buscar a satisfação de suas próprias necessidades como na afirmação “*se eu não estivesse machucado eu estaria garimpando agora*”, escondem que esses deslocamentos satisfazem em primeiro plano as necessidades próprias ao capital.

A segunda informação relevante é sobre a permanência da *sociedade de fornecimento* no garimpo atual na cidade de Coromandel. Um arranjo entre trabalho e capital que refere-se a um contexto em que os garimpeiros se encontram incapazes de subsidiar os custeios da garimpagem referentes à alimentação e ferramentas de trabalho, surgindo assim a “*Sociedade dos meia praças*”.

Aparece nesta específica relação de trabalho a figura do *fornecedor* e os sujeitos envolvidos nessa sociedade personificam um processo de autonomização em que o fornecedor nem sempre é a mesma pessoa que personifica a propriedade privada da terra, sendo, assim, impossibilitado de cobrar pela porcentagem da propriedade, mas tendo direito à meia praça sem ir para o garimpo. Do outro lado, temos o garimpeiro que necessita do adiantamento do saco⁴⁴ visto sua impossibilidade de subsidiar sua subsistência durante a temporada de garimpagem. O comum para ambos é sua situação de expropriados da terra (TOLEDO, 2008).

Parece que a sociedade dos meia-praças é um arranjo de trabalho que se generaliza posteriormente às formas de trabalho praticadas pelo garimpeiro autônomo e o diarista.

Há muitos anos passados – não é do meu tempo – não existia essa modalidade de meia-praça. Os garimpeiros ou trabalhavam por conta, com

44 “Dá-se o nome de 'saco' à provisão semanal de víveres do garimpeiro, custeada ou não pelo fornecedor, pois há casos, em bora raros, em que o garimpeiro trabalha por conta própria. O saco é comumente constituído do seguinte:

1 quilo de carne

1 quilo de toucinho

1 litro de feijão

1 litro de arroz

6 litros de farinha

1/2 libra de café

Rapadura

Temperos (sal, pimenta-do-reino e cominho)

Gás (querosene)

Fumo

[...] O fornecimento do saco pode ser feito mediante a entrega, ao garimpeiro, do dinheiro respectivo, ou por autorização, em vale assinado pelo fornecedor, destinada a determinada venda ou armazém. [...] realizando suas compras por meio de vales do fornecedor. (Sales, 1955:36-37)

fornecimento próprio, ou então alugados na diária, sem ter nada com a produção. Então veio pra qui o Sr. João Viana, que criou essa modalidade de meia-praça. Muito garimpeiro ficava trabalhando alugado a vida toda, né? Ele então criou essa modalidade de meia-praça que tinha a finalidade de beneficiar mais o garimpeiro.” (Falcón & Dutra, 1978:109 apud. Toledo, 2008).

Como em Vargem Bonita o garimpo está proibido e consideravelmente controlado pelo ICMbio (tolerando apenas os faiscadores), houve um deslocamento espacial dos garimpeiros em direção à outras cidades próximas a Serra da Canastra, como o município de Coromandel, local de garimpo do senhor Vilton e de seu primo fornecedor⁴⁵.

* * * * *

3.6. Vargem Bonita e a região do garimpo:

Como foi descrito no primeiro capítulo, os principais atrativos à ocupação pioneira do entorno da Serra da Canastra apontados por Lourenço (2005) foram a oferta de terras que permitiam a reprodução do sistema agropastoril tradicional – terras de pastagens e de cultivo – e a migração dos geralistas provenientes das primeiras áreas mineradoras. Como foi descrito anteriormente, a expedição de Saint-Hilaire em 1819 pelo vale do Boqueirão em direção à cachoeira Casca D’anta deparou-se com uma sociedade essencialmente agropastoril. Ao longo de todo o século XIX e nas primeiras décadas do século XX, esse sistema produtivo baseado na pecuária leiteira de baixa escala, desenvolveu-se, tornando-se na prática, o sustentáculo da economia local. Somente na década de 1930, com a formação dos garimpos de diamantes em São Roque de Minas, ocorreram mudanças significativas na dinâmica produtiva local.

A descoberta de jazidas de diamante no rio São Francisco e em seus afluentes contribuiu de forma significativa para alterar a dinâmica socioeconômica daquele território. A existência do minério e a organização de sua exploração produtiva atraiu um grande contingente de garimpeiros para a então fazenda Vargem Bonita, que de região composta majoritariamente por terras de pastagem se transforma no centro minerador da

⁴⁵ Informação obtida durante pesquisa de campo no município de São João Batista do Glória.

Serra da Canastra, culminando na emancipação política de São Roque de Minas em 1953.

De acordo com relatos dos trabalhos de campo estima-se que no auge da mineração a área do garimpo chegou a possuir uma população de 30 mil habitantes. Hoje sua população não ultrapassa os 2.500 habitantes (IBAMA).

Figura 7: Vargem Bonita, distrito do município de São Roque de Minas, 1940.



Figura 7: Fonte: Arquivo pessoal de Antônio Francisco de Faria, morador de São Roque de Minas apud Ferreira, Gustavo Henrique. 2013.

Figura 8: Cidade de Vargem Bonita em 1970.



Figura 8: Fonte: Arquivo Pessoal de José, morador de Vargem Bonita. Pesquisa de Campo, 2018.

Em relação às formas concretas de trabalho que se desenvolviam no interior da região de garimpo da Canastra, faz parte para a compreensão desses arranjos entender que há uma relação entre as formas diferenciadas de organização do trabalho da extração dos diamantes e as categorias personificadas do capital – o que implica afirmar que a maneira como a terra, o trabalho e o capital interagem no processo produtivo do garimpo revela a relação hierárquica social estruturante das específicas personificações que o processo de reprodução capitalista assume. De maneira um tanto generalizada, podemos tecer alguns dos principais arranjos das formas de trabalho que se davam no garimpo no contexto do trabalho livre:

O contrato de trabalho parte da necessidade do garimpeiro de acordar o acesso à terra com proprietário. Neste acordo se estabelece o pagamento de uma taxa de 10% pelo uso da terra e em alguns casos soma-se à taxa pelo uso da água do rio de também 10% - denominado de “ônus” ou “quinto”. São os rendimentos provenientes da existência da propriedade privada sobre a terra. Tendo seu acesso permitido à área, o garimpeiro, quando autônomo, trabalha sob os olhos do vigilante – persona de confiança do proprietário – responsável não por tornar aquele processo de trabalho racionalmente mais produtivo (no sentido de como extrair um número maior de pedras ou como localizar pedras de maior qualidade), mas de garantir que a quantidade exata de pedras extraídas chegasse aos olhos do dono da terra. O vigia é o trabalhador que vai garantir a

transferência dos rendimentos da terra ao proprietário. Além desses rendimentos apropriados pelo proprietário, a personificação da terra irá igualmente personificar o controle do momento de comercialização dos diamantes, sendo o proprietário de terras aquele que irá impor o preço que será pago por cada pedra produzida, além de se impor como primeiro comprador, eliminando as alternativas do garimpeiro de buscar por melhores ofertas de compra e, portanto, melhores pagamentos pelo seu trabalho, pois aquele que determina o valor pago pelas pedras, determina igualmente o valor do pagamento do trabalho do garimpeiro concretizado em cada pedra. Após passar pelas trincheiras postas pela persona que representa a propriedade privada da terra, o garimpeiro pode ter pra si o rendimento restante das vendas dos diamantes – *a praça* (TOLEDO, 2008).

No tocante à organização da exploração das pedras, as ferramentas utilizadas nos garimpos eram a princípio pás, picaretas, carros de mão e carros de boi⁴⁶ numa relação quase de simbiose entre as atividades agrícolas, pecuaristas e garimpeiras.

As matas ciliares próximas aos rios eram escavadas e suprimidas e a camada superficial do solo removida para se alcançar o cascalho. Além disso, os cursos d'água eram desviados, por meio de canais que funcionavam como aquedutos, onde os cascalhos das lavras eram peneirados.

46 Ferramentas técnicas utilizadas principalmente nos períodos iniciais do garimpo diamantífero de Vargem Bonita. A partir dos anos 1970 com o desenvolvimento das forças produtivas ocorre a entrada de tratores e demais maquinários substituindo o uso dos carros de boi.

Figura 9 – Exploração de garimpo nas margens do rio São Francisco, em Vargem Bonita, São Roque de Minas, década de 1940.



Fonte: Arquivo pessoal de Antônio Francisco de Faria *apud* BARBOSA, Cristiano, 2007, p.60.

A Figura 9 acima apresenta uma imagem de um barranco escavado ao fundo e à frente a presença de trabalhadores garimpeiros do sexo masculino pousando ao lado de algumas ferramentas de trabalho como pás, picaretas e carros de mão. Eles dividem a paisagem com algumas poucas crianças e uma mulher. A fotografia também nomeia o proprietário da fazenda - “*Afonso Bueno*” e a origem dos exploradores, no caso uma família cearense. É possível enxergar a habitação dos garimpeiros junto à área de ‘desmonte’ e às cavas e denominada ‘*rancho residencial*’.

A figura também revela a origem desses garimpeiros – migrantes nordestinos, no caso cearenses, revelando que “*a mobilidade garimpeira mostra-se como parte do processo mais geral da mobilidade do trabalho*” (TOLEDO, 2001), pois as pessoas que se

dirigiam ao garimpo vieram de diferentes origens de atividade, e os que a abandonaram se dirigiram a vários destinos, colocando o garimpeiro como um dos trabalhadores em que se acentua a intensa mobilidade espacial:

“Veio muito nordestino pra cá, de toda banda. A maioria era baiano, mas tinha sergipano, paraibano,⁴⁷ mas o garimpo de Vargem é baiano mesmo” (Leonel, filho de proprietário de terras de garimpo, janeiro 2019).

“Aqui é quase tudo nordestino, mais que mineiro. Sergipe, Bahia, e do norte também” (Entrevista com morador de Vargem Bonita, 2017).

Figura 10 – Habitações de garimpeiros em área de garimpos (década de 1950).



Fonte: Arquivo pessoal de Antônio Francisco de Faria, morador de São Roque de Minas apud Barbosa, Cristiano, 2006.

47 Existem poucos registros oficiais e documentos sobre essa migração, que estão dispersos sob a guarda de algumas pessoas que vivenciaram esse período. Há a intenção, por parte da Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Vargem Bonita – ADESVAB, de organizar esse acervo e de se fazer uma espécie de museu do garimpo, para que se torne mais um atrativo turístico da cidade, além de preservar a memória desse período.

Em relação às habitações, eram construções pequenas e precárias, com paredes feitas de barro e madeira (pau-a-pique), cobertas com folhas de palmeiras, o que revela o caráter provisório da ocupação, característico da atividade mineradora. Em geral, esses ranchos eram construídos próximos às cavas e ao núcleo urbano de Vargem Bonita, bem como nas propriedades rurais que arrendavam parte das terras. Em alguns casos, as habitações de garimpeiros e camponeses eram próximas, como podemos constatar na Figura 8.

3.6.1. O Garimpo de Bentos:

O caminho que liga a cidade de Vargem Bonita a São José do Barreiro é feito por uma estrada de terra, sem oferecimento de ônibus ou outro transporte público. O deslocamento é feito por automóveis e motos particulares. Estes desde aqueles mais que antigos, que na cidade de São Paulo em poucos quilômetros já seriam multados, até os recentes e opulentos carros 4 x 4.

Com a ausência do transporte privado nos trabalhos de campo, a carona foi uma possibilidade real para iniciar contato com alguns dos moradores. Nesse cenário informal, tivemos a oportunidade de conhecer o Senhor Olivar e marcamos um reencontro realizado no campo seguinte.

Conhecemos o senhor Olivar a partir de uma carona na estrada de terra que liga Vargem Bonita a São José do Barreiro. A carona terminou em frente a sua propriedade, identificada por uma quase imperceptível placa. Nesse breve trajeto com as conversas informais, ele nos apresentou a história de Bentos – “o povoado que de origem a Vargem”. Nesse primeiro contato a troca de informação foi breve – A carona não se prolongou para além da sua propriedade e nosso caminho continuou em direção ao Parque.

A história de Bentos não só foi desperta como foi ratificada na seguinte carona, dessa vez oferecida por Aricoeli. Este funcionário da Pousada Limeira narra que teve boa parte da sua infância marcada pelo “garimpo de Bentos”. Confirmou o breve relato do

senhor Olivar sobre a opulência de Bentos a partir da história de sua mãe que havia trabalhado por “quase 20 anos” no povoado.

A partir desses dois breves contatos decidimos pesquisar mais a fundo a fim de buscar informações sobre o garimpo de Vargem. Pensamos ser válida essa conversa um pouco mais aprofundada, pelo objetivo de acessar alguns aspectos do que foi este garimpo de Bentos, na tentativa de descobrirmos, por exemplo, como se posicionavam os representantes do poder em relação a *organização do trabalho*, para isso pensar sobre a *constituição da propriedade privada* dessa fazenda, as *alterações no ramo produtivo*, (se houveram) pensando sobre a probabilidade de ser, inicialmente, uma fazenda com atividades agropastoris que na descoberta das pedras reorganiza suas relações sociais de produção; Já enquanto um local de garimpo, pensarmos sobre como se dava a extração do excedente produtivo na hora da circulação das pedras, pra quem estas eram vendidas, se havia outra figura entre o garimpeiro e o proprietário no momento da venda da pedra, a manutenção da relação de fornecimento, etc.

O primeiro retorno a fazenda não foi concretizado, pois no dia o senhor Olivar estava indisposto devido a uma forte ebriedade – tempos de aniversário descobrimos. A impressão foi marcante a primeira vista: munidos da expectativa de ver algum vestígio de um povoado outrora grandioso, o cenário que nos deparamos por si só mostrou uma imagem de simplicidade extrema – Bentos pode ser visto como um exemplo do declínio do garimpo. As reminiscências dessa grandeza passada não estava mais fisicamente aparente. A residência do senhor Olivar era construção recente, a grama alta por fazer há muito tempo, as cercas frágeis e sem as numerosas cabeças de gado ou mesmo alguma plantação. Insistimos em fazer esse contato, pois o senhor Olivar pareceu um interlocutor promissor para entendermos um pouco mais do que foi o garimpo na cidade de Vargem. Insistência posta, o segundo retorno a sua fazenda foi fortuito e nos ofertou uma tarde de conversa e uma relação mais próxima que nos animou tanto pela situação de um convívio que parecia agradável a ele – em vez daquele comum incômodo das conversas falsamente informais - quanto pelas suas histórias contadas. Depois de um dia inteiro em sua companhia e de seus filhos, as conversas inicialmente gravadas deram espaço a um convívio mais informal em que compartilhamos situações corriqueiras da vida do senhor

Olivar, desde a cerca arrebatada por um de seus cavalos, à saga de oferecer-nos um refrigerante “que é coisa que se traz da cidade”.

No garimpo de Bentos, o proprietário da terra, pai do Sr Olivar, centralizava a determinação do preço das pedras, assim como sua compra, sendo ele a primeira pessoa a quem os garimpeiros deveriam informar sobre algum achado, trabalho este averiguado e mantido às custas do funcionário designado como *gerente* ou *vigia do garimpo*. Como proprietário da terra, o pai de Olivar outorgava para si a cobrança de duas porcentagens: uma sobre o uso da água e outra para se acessar a terra, além de controlar o momento de vendagem das pedras aonde o mesmo determinava o preço e a primeira compra, expressando que o momento do comércio das pedras está longe de ser uma relação típica de mercado aonde os garimpeiros poderiam escolher pra quem e por quanto vender o fruto do seu trabalho.

Podemos entender um pouco melhor a organização do trabalho no garimpo de Bentos a partir dessa fala do filho do dono da terra:

“A maioria dos garimpeiros morreu pobre, quem ficou rico foi quem especulou, os chamados capangueiros, [...] eram os que compravam os diamantes. Papai mesmo comprou muito diamante porque ele tava na fonte né era chamado de ‘primeira vista’ porque a terra era dele, tudo que saía tinha que passar por ele antes.”

Dessa fala podemos tecer algumas argumentações como, por a princípio, a naturalização da propriedade privada. Se considerarmos que “*estar na fonte*” expressa literalmente estar na área que foi descoberta a presença das pedras, o garimpeiro também estaria em contato com a fonte, e portanto, poderia trabalhar a terra sem pagar porcentagem alguma, assim como poderia escolher pra quem vender o diamante e por qual valor; a fala de Olivar coloca quase como uma questão de sorte seu pai ser o proprietário daquele pedaço ‘fortuito’ de terra e, pela sorte (e não pelo processo sócio histórico das categorias estruturantes do capital que torna a terra mercadoria privada)

poderia seu pai exigir ser ‘*a primeira vista*’ do momento da comercialização dos diamantes.

Como personificação da propriedade privada pode cobrar pelo quinto e devido ao poder social que tal representação lhe confere, o pai de Olivar impõe que, sendo a terra dele, *a primeira vista* das vendas deveria ser, igualmente, ‘direito’ seu – um arranjo social que lhe permite extrair parte do excedente do rendimento do trabalho dos garimpeiros uma vez mais para além do momento da tributação.

Mas o trecho da conversa revela, outrossim, haver um grupo de pessoas que poderiam estar imbrincadas exclusivamente no momento do comércio das vendas - os chamados *capangueiros*, - podendo não ser, necessariamente, o proprietário da terra, visto que o “*primeira vista*” gozava de tal controle “*porque a terra era dele*” - o que nos anuncia que o processo de extração de diamantes se realiza espacialmente em dois momentos: a área produtiva do garimpo e – a cidade – local da vendagem das pedras que será disputada pelo grupo de comerciantes constituídos pelos capangueiros (grandes compradores) e pelos mosquitadores (pequenos compradores, interessados na compra das pedras menores (TOLEDO, 2008) – em Vargem Bonita chamadas de ‘*chibiu*’).

Separamos este trecho como elucidação da organização do garimpo que dialoga com o excerto de conversa que apresentamos:

Há, portanto, não só o trabalho concreto da vigilância e controle do gerente sobre os frutos extraídos da terra, há uma disputa pela vendagem da pedra na cidade. A relação é, portanto, marcada por uma dupla forma de organização do espaço. A serra é lugar funcional do trabalho do garimpeiro, território do chefe, do dono da serra. [...] A cidade, por outro lado, é, até aqui, o lugar da vendagem, lugar de trabalho do mosquitador e do capangueiro, compradores de diamantes (TOLEDO. 2008: 134).

“*Porque a terra era dele, tudo que saía tinha que passar por ele antes*”. Esse trecho do diálogo encaminha nossa discussão para o fator do controle/segurança como elemento comum à organização do trabalho no garimpo. Afinal, a fixação do valor da pedra e sua compra por parte do “*primeira vista*” precisa passar obrigatoriamente por este

e é o trabalho feito pelo *vigia* da frente de serviço que garante esse monopólio sobre as vendas por parte dos donos de terra. Tal relação entre essas três personas (garimpeiro autônomo, o dono da terra e o *vigia*) demonstram o caráter de desconfiança presente no trabalho de garimpo. Como todas as formas de se retirar porções do excedente na forma de tributo são determinadas sobre as pedras extraídas (e não sobre a possibilidade ou não de se encontrá-las), o controle desses ‘achados’ deve ser feito de maneira rigorosa, pois é preciso controlar a venda das pedras para se determinar o respectivo valor da porcentagem paga pelo uso da terra e da água, posto que o quinto é uma relação de porcentagem obtida sobre o valor da venda.

Essa indispensabilidade da função de controle e vigilância não aparece apenas no espaço restrito da produção dos diamantes, dado a possibilidade de se esconder uma pedra ou qualquer outra forma de astúcia que o trabalho permita para se fugir do pagamento das porcentagens (exercício primordial a ser evitado na função de *vigia*). Há, portanto, a necessidade de se controlar igualmente o momento de circulação/vendagem das pedras inclusive quando esse momento se dá na cidade, pois como vimos nem sempre o capangueiro é também o dono da terra. Essa *disputa pela vendagem da pedra na cidade* (TOLEDO, 2008) condiciona, uma vez mais, a manutenção do trabalho do garimpeiro aos olhos do dono da terra, reproduzindo uma relação que separa socialmente os garimpeiros da classe dos proprietários e dos capangueiros, percebida na afirmação de que “*a maioria dos garimpeiros morreu pobre, quem ficou rico foi quem especulou, os chamados capangueiros*”.

Uma relação imputada pela imprescindibilidade da vigilância tem como seu par oposto a desconfiança como sentido dessa relação. Por enquanto, em nossa problematização, referenciamos à questão da vigilância os proprietários de terra na busca da manutenção de seus privilégios de cobrar pelo acesso a terra e de impor primeiramente o preço das vendas, mas a desconfiança também se dá entre os pares da relação: o dono da terra que precisa confiar no *vigia* da frente de serviço, assim como a desconfiança entre os próprios garimpeiros quando executam o serviço em par ou grupos, relações que serão detalhadas mais adiante.

O fato do garimpeiro ter seu trabalho vigiado na cidade reflete que a distância social entre eles e os donos de terras é inversa quando posta dentro da relação social

reproduzida entre os proprietários e os capangueiros/comerciantes, em outras palavras, se o garimpeiro tentar vender uma pedra escondida do vigia (a pessoa que executa e possibilita a manutenção dos privilégios do proprietário) na cidade, há chances consideráveis do feito ser descoberto e denunciado ao dono da terra, levando assim o garimpeiro a sujeição de penalidades como a expulsão da área de garimpo, além das consequências morais implicadas na quebra dos acordos tácitos extremamente valiosos nesse tipo de serviço. Afirmamos haver uma ‘proximidade’ maior entre donos de terras e comerciantes baseando-nos também na seguinte fala de Olivar:

“minha mãe conta que às vezes eram vendidas [as pedras] no RJ pelo próprio pai com os diamantes escondidos em bolsos internos costurados por ela no paletó, mas a maioria vendia por aqui mesmo, meu pai conhecia tudo os exportadores.”

O status social que possibilita o pai conhecer todos os exportadores é a relação que permite ao dono da terra controlar na cidade as pedras extraídas na sua propriedade.

Um elemento a mais que nos faz corroborar que há um processo social de trabalho que implica numa acentuação da diferenciação de classe social entre garimpeiros autônomos e proprietários de terras pode ser percebida na fala de Olivar quando questionado o que seu pai fazia com os diamantes encontrados na sua propriedade:

“com o dinheiro dos diamantes papai foi investindo em terras, comprando mais pra abrir mais frente de serviço. Já garimpeiro não sabe como gastar, perde tudo na farra com mulher”.

A partir dessa última fala podemos perceber como o dinheiro que vem dos diamantes é gasto de modos diferentes de acordo com a personificação da classe social. Enquanto o dono do terra, usufrui dessa riqueza como forma de investimento, os garimpeiros são famosos por se extrapolarem no consumo de suas pagas, prática que dá

fama a esses trabalhadores de gastadores irresponsáveis que não saberiam lidar com o dinheiro de maneira racional.

A ideia de riqueza é percebida de modo diferente entre esses dois grupos sociais: entre os garimpeiros estudados na Região das Lavras Baianas (TOLEDO, 2008) a prática do bamburro geralmente se caracteriza por ser um momento festivo e marcado de considerável generosidade expressada pela compra de valores de uso de modo compartilhado entre os conhecidos da cidade. É o momento de mostrar o sucesso da sua empreitada, podendo se dar ao luxo de consumir produtos que estavam alienados há tempos de seu cotidiano.

O necessário extravasamento dos ganhos se mostra como um momento social de grande relevância para os garimpeiros.

Já para o pai de Olivar que representa a persona da propriedade da terra, a riqueza decorrente dos diamantes é compreendida como entrada de capital para o acúmulo de mais terras para o garimpo, além do investimento escolar feito pelo pai para seus filhos.

Mas há também garimpeiros que usam o dinheiro das vendas com o intuito de saírem da sua condição de expropriados da terra. É presente também a história de garimpeiros que conseguem comprar um pedaço de terra com dinheiro vindo do garimpo. Em resumo, *para o garimpeiro o gasto da riqueza é feito pelo consumo visto muitas vezes como festivo e irracional*, enquanto que para os proprietários de terra: *o uso dado por esta classe à riqueza é o de capital, da riqueza que aumenta a riqueza, que forma os filhos no ensino superior, que investe em fazendas de gado*. O comum para ambos é a busca por diamantes tendo em vista sua condição monetária de meio circulante. Não se usa o diamante para outras funções que não a de receber de volta o dinheiro “equivalente”. Não se busca o valor de uso das pedras, mas sim seu valor de troca (Toledo, 2008:)

3.6.2. A Descoberta:

Zé Lara: descobriu uma mancha um veio de diamante, e era tudo manual, não tinha máquina, quebrava o cascalho na picareta, mas não sozinho. Eu lembro muito disso, todos falavam da “mancha do Zé Lara”. E isso gerou uma febre, uma sanha de querer. - Ele tinha garimpeiro meia-praça e garimpeiro diarista. - A terra era do meu pai e ele pagava porcentagem.

Além do conjunto de fatores organizadores do trabalho no garimpo de Bentos aonde o garimpeiro, após o pagamento das respectivas taxas toma pra si o rendimento do seu trabalho, há outros arranjos entre trabalho, terra e capital na mesma área. Mudanças decorridas nesses fatores imbrincados na organização do trabalho no garimpo, como afirmamos no início do nosso argumento, decorrem das diferentes situações de oferta de trabalho, que, por sua vez, implicam na inserção de diferentes formas de trabalho no garimpo.

No trecho acima o contexto de trabalho se dá pela existência de uma frente rica e bastante promissora, que leva o nome da pessoa que o descobre – *A mancha do Zé Lara*. *A sanha de querer que gerou uma febre* revela que o descobridor conseguiu mobilizar uma oferta relevante de trabalhadores garimpeiros.

E a existência do garimpeiro meia-praça e do garimpeiro diarista revela, por sua vez, algumas especificidades da condição social desses garimpeiros.

De acordo com a fala supracitada, o garimpeiro, como trabalhador livre, poderia executar seu serviço recebendo uma paga diária, previamente estipulada e independente da quantia de pedras achadas – este seria o garimpeiro *alugado/diarista*. Na pesquisa de TOLEDO (2008) é destacado que o trabalho dos alugados é preferido nas frentes de serviço que, aos olhos do proprietário da terra, parecem ser mais produtivas/ricas ou que tenha uma oferta suntuosa de garimpeiros, de modo que parece ao proprietário ser mais vantajoso imobilizar uma quantia fixa e diária de pagamento em vez de dividir com o garimpeiro o rendimento das vendas. Do ponto de vista dos garimpeiros, o pagamento em diária é preterido em relação à divisão das vendas, geralmente devido ao baixo valor pago nessas diárias, como é possível notar neste trecho exemplar do romance *Cascalho de Sales*:

“[...] ao ver avolumar-se o número de garimpeiros que lhe pediam trabalho, garimpeiros que se reuniam defronte da casa, espalhados pela calçada, debruçados nas janelas, comprimindo-se num grande ajuntamento de gente necessitada, ele ia restringindo aos poucos as colocações de meias-praças, ao constituir as sociedades. Naquele ano, quando Salu lhe apareceu, foi logo dizendo ao garimpeiro:

- Você vai ganhar dois mil e quinhentos por dia, Salu. Sei que você é bom de serviço.

- Quer dizer que eu entro como alugado? - respondeu o garimpeiro.

- Oxente! Como é que você queria entrar? Como meia-praça? Já não tem mais lugar pra meia-praça.

- Eu tenho oito filhos, coronel – alegou Salu.

- E o que é que eu tenho com isso? [...]

Salu lembrou-se da advertência da mulher: “Se arrume por lá de qualquer maneira, porque senão seus filhos vão pedir esmola.” (Sales, 1951:20)

É desvantajoso para o garimpeiro ser pago como diarista devido a sua exclusão sobre parte do produto, o que no garimpo não significa pouco estar excluído do momento da divisão do valor das vendas, dada sua característica de incerteza que alimenta o movimento de oferta da força de trabalho em busca de um grande achado e da sua possibilidade real de acessar, “de repente” uma quantia de dinheiro que normalmente não circula na produção das roças ou no seu cotidiano como um todo – uma das características do garimpo que, inclusive, alimenta oferta de força de trabalho, é a possibilidade de enriquecer a si mesmo num tempo indefinido a priori. No regime de trabalho do diarista, vende-se exclusivamente sua força de trabalho aonde o salário diário do pagamento é autonomizado da produção concreta das pedras o que vai contra essa “mística” envolvida no garimpo.

Se abrimos nossa discussão apresentando o garimpeiro autônomo que pode tomar pra si o excedente das vendas ao lado do dono da terra que se satisfaz apenas com a cobrança do quinto pelo acesso a terra e uso da água, aparece agora uma outra forma de trabalho para o proprietário e para o frente de serviço Zé Lara. Forma de trabalho que revela uma acentuação da condição de expropriado sofrida por essa classe

de garimpeiros que não se pode dar ao luxo de negar ser pago como um diarista, caso contrário os filhos passam fome.

Figura 11 – Carros de boi em área de garimpo em Vargem Bonita

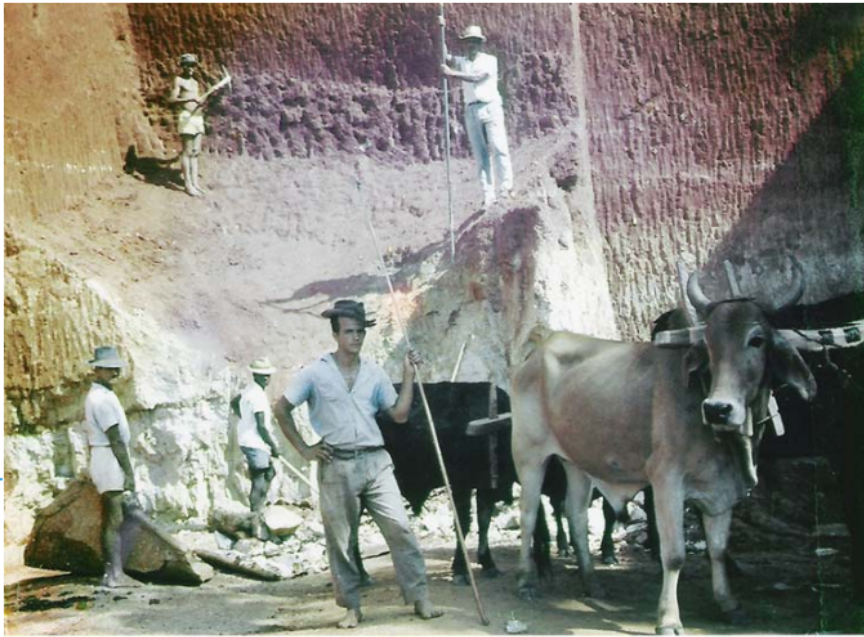


Figura 11. Fonte: Arquivo pessoal de Vitor Bernardino de Andrade, na imagem como condutor dos bois. Atualmente é aposentado e mora com os filhos em Uberlândia apud Cristiano Barbosa, 2007.

Para além do uso dos carros de bois, com o boom populacional aumenta-se também a demanda por produtos agrícolas e aumento das áreas de cultivo como consequência, mostrando que esses ramos não apenas não estavam desconectados como se configuravam na prática como possibilidade de uma renda complementar entre os sujeitos:

Nesse tempo não tinha adubo como tem hoje. Lavoura só dava em terra de cultura, na baixada. A gente limpava o terreno e semeava. A

terra respondia. Dava muito milho e feijão [...]. Na época do garimpo a gente plantava mais, tinha pra quem vendê [...]. Participei de muito mutirão. Um ajudava os outros, o serviço era muito: limpá pasto, colher. (Camponeses do Vale do Boqueirão, maio de 2006) 23 .

Os garimpos geraram, portanto, condições de trabalho diferenciadas à produção agrícola, mostrando que a apropriação do espaço pela mineração não provocou a desestruturação do sistema agropecuário antigo, ao contrário, estimulou-o:

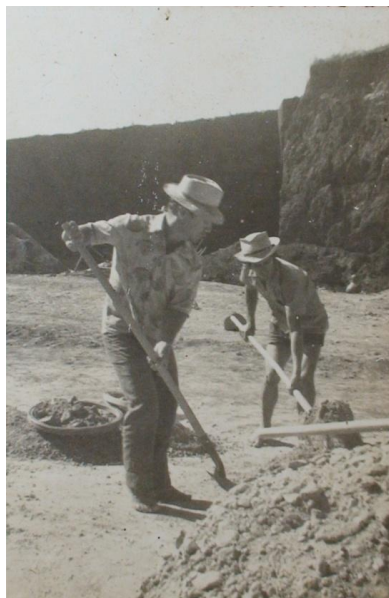
O objetivo dos trabalhadores no interior desta classe social é ter direito ao produto. Forma-se uma dinâmica regional que quanto mais expropriados são os trabalhadores mais as relações sociais regionais se aproximam das relações capitalistas, que remuneram o trabalho, independente do valor do produto, pelo valor da mercadoria força de trabalho (TOLEDO, 2001).

Figura 12 – Fotografia de Vargem Bonita. Entre as décadas de 1940 e 1950:



Fonte: Pesquisa iconográfica. Na parte de baixo da imagem é possível avistar o rio São Francisco e áreas das margens desbancadas para o garimpo de diamantes.

Figura 13 – Garimpeiros manuseando cascalho com pás e peneiras como ferramentas de trabalho



Fonte: Arquivo pessoal de Zé Chibiu, ex-garimpeiro, São Roque de Minas apud FERREIRA, 2013.

Figura 14 – Garimpo dos Bentos.



Fonte: Arquivo pessoal de Antônio Olivar Bentos, década de 1950. Na época filho do proprietário do “Garimpo dos Bentos” em Vargem Bonita. Foto obtida em 2018.

Figura 15 – Fotografia de pedras de diamantes na mão de garimpeiro. Vargem Bonita, 2018



3.7. O Garimpo industrial

Fonte: Acervo pessoal, 2018.

A partir nos anos 1970 com o desenvolvimento das forças produtivas ocorre a chegada dos tratores e do garimpo de máquina na Serra da Canastra.

Esses primeiros tratores eram utilizados para bombear a água dos rios para se acessar o cascalho. Nesta específica organização do garimpo havia o repasse de parte das vendas das pedras para se acessar as ferramentas de trabalho necessárias para a execução da exploração. A porcentagem era de 10% para o dono da terra, o que incluía o direito para o uso da água para lavar o cascalho e fazer o desmonte, e uma porcentagem de 45% sobre a venda das pedras para o proprietário do trator. O restante dos 45% das vendas era dividido entre os garimpeiros que manuseavam o trator – número que atingia até cinco trabalhadores por máquina.

Nesse momento de inserção da máquina na extração de diamantes parece haver a oportunidade de uma mobilidade social para a figura do garimpeiro expropriado alcançada pela possibilidade do *investimento* quando o garimpeiro pode acessar uma maior porcentagem da vendagem das pedras. Neste arranjo específico do garimpo de Vargem, o garimpeiro pode ser um daqueles cinco que vão dividir entre si uma porcentagem de 45% ou almejar ser o dono do trator e, sozinho, possuir a mesma porcentagem.

O acesso ao financiamento do trator ainda se dava sob os auspícios de uma boa relação pessoal com o proprietário da terra, representante de uma centralização de dinheiro tal qual que o permite fazer empréstimos para seus garimpeiros, mas que começa a dividir espaço com um momento de popularização de acesso ao crédito via Estado e empresas particulares creditícias, processo este que expressa a autonomização do Estado.

Para os garimpeiros que não terão condições financeiras para compra de trator, o novo arranjo nas formas de trabalho do garimpo acaba levando-o a uma menor participação na divisão do valor obtido com a venda das pedras, para ele agora, a divisão é obrigatoriamente com mais quatro garimpeiros cenário desfavorável diante das outras possibilidades de trabalho acima apresentadas. Nas palavras dos garimpeiros de Vargem Bonita a vantagem lhes parecia maior quando o trabalho era realizado sem tratores, sendo a divisão feita a da meia-praça.

A organização produtiva do trabalho igualmente se relaciona com o desenvolvimento das forças produtivas que logicamente coloca como necessidade para a reprodução ampliada do capital um processo que objetiva um contingente sem fim da classe proletária (MARX, 2013).

A informação supracitada, abre nossa discussão para uma terceira forma de organização de trabalho no garimpo.

O garimpo que chamamos de industrial ou empresarial surge na década de 1980 quando a atividade mineradora da região da Canastra obtêm nova relevância devido à informação que uma subsidiária do conglomerado De Beers Consolidated, a empresa Mineração do Sul Ltda – atualmente denominada SAMSUL- BDY e sua subsidiária brasileira, a SOPEMI - Pesquisa e Exploração de Minério S/A, iniciaram algumas pesquisas na região, especialmente nas proximidades da Casca D'Anta no Vale do Boqueirão em terras que antes pertenciam a Fazenda Cachoeirinha (BARBOSA, 2007).

A empresa estaria em fase de lavra experimental de uma rocha altamente diamantífera correspondente ao veio vertical da rocha mãe em que os diamantes ascendem à crosta terrestre, esse tipo de depósito é muito mais concentrado que o depósito de aluvião. Essas formações recebem o nome de kimberlito em alusão à cidade de Kimberley na África do Sul onde fica a maior cratera do mundo em decorrência da excessiva mineração de diamantes. Uma das formações de kimberlito encontra-se nas proximidades de um dos principais pontos turísticos do Parna Serra da Canastra, a cachoeira Casca D'Anta, patenteado como kimberlito CANASTRA-1. Também foi patenteado o kimberlito CANASTRA – 8, este localizado no município de Delfinópolis⁴⁸.

Podemos apontar sobre essa específica organização do trabalho no garimpo algumas transformações que estão relacionadas ao momento que representaria o fim das relações regionais a partir de um processo contínuo do capital de homogeneização das relações sociais e consolidação do processo de trabalho abstrato em que o salário está posto como possibilidade de reprodução da classe trabalhadora (OLIVEIRA, 2008)⁴⁹.

48 BENITES, L.; CHAVES, M. Província Diamantífera da Serra da Canastra (MG). In: Simpósio de Geologia de Minas Gerais. 13. Anais. Diamantina. SBG/MG, 2007, p. 138.

49 Essa discussão se mostrou pertinente diante dos relatos sobre garimpeiros anteriormente autônomos (ainda que em relação de fornecimento) que passam a ser funcionários assalariados das multinacionais.

O capitalismo é uma relação social historicamente determinada cuja dominação é impessoal e objetiva resultante de um longo processo histórico de abstrações das particularidades qualitativas da forma social. A forma mercadoria que assume as relações entre as pessoas resulta de um processo de abstração que iguala as mercadorias e seus respectivos processos de produção qualitativamente diferentes. Esse processo que rege a produção de mercadorias é pensado pela construção de um tempo e espaço abstratos conformados no processo de formação da modernidade capitalista.

Essencialmente o capitalismo aparta o tempo de produção ou tempo de trabalho de todas as outras atividades da vida humana. É nesse sentido que Robert Kurz afirma que a sociabilidade específica do capital passa pela separação do tempo de trabalho de todas as outras atividades humanas. No ensaio citado, o autor traz o exemplo de uma jornada de 12 horas de trabalho numa sociedade não capitalista, tempo este que poderia ser atravessado por outras atividades ou mesmo ser interrompido para o ócio. Em oposição, no capitalismo se fez necessário um tempo produtivo separado de outras possibilidades de uso dos tempos disponíveis. Esse tempo de trabalho é considerado abstrato à medida que para ele existir ele tem que abstrair, que retirar, que por para fora todas outras possibilidades de ser usufruído.

Essa separação do tempo produtivo como um tempo particular é entendida como específica do capitalismo em comparação com estudos de sociedades pré capitalistas onde o tempo de produção (seja qual for o produto) era determinado por outros critérios muito mais concretos, entrelaçados e permeados pelas condições próprias para as determinadas produções. Um exemplo bastante acessível dessas pesquisas e apresentado pelo autor é o do tempo agrícola da Europa pré capitalista determinado por elementos concretos como as estações e períodos de colheita em detrimento das abstrações que conferem a especificidade do tempo de trabalho capitalista. Um camponês trabalharia na colheita de sua plantação o tempo necessário para dar conta da demanda da colheita. Ao contrário do trabalho no campo moderno capitalista onde o trabalhador rural trabalharia por um tempo estipulado pelo patrão provavelmente em forma de revezamento e sendo seu pagamento em forma de salário em vez de ter como resultado do seu trabalho a apropriação dos produtos da colheita.

A ideia do tempo abstrato implica na organização da vida em esferas cada vez mais segmentadas e a esfera do trabalho produtivo precisa necessariamente se constituir como tempo apartado orientado especificamente pela otimização do seu uso e capacidades produtivas:

O que é social e historicamente específico no trabalho não é, evidentemente, que as coisas em geral sejam produzidas e realizadas por atividades sociais bastante diferentes. Isso, de fato, toda sociedade precisa fazer. O específico é a forma na qual isto acontece na sociedade capitalista. Para esta forma social, é essencial que o trabalho já de saída seja uma esfera separada, destacada do resto do contexto social. Quem trabalha apenas trabalha e não faz nada diferente disso. Descansar, divertir-se, seguir seus próprios interesses, namorar etc. isto tudo tem de acontecer fora do trabalho, ou pelo menos não pode ter um efeito perturbador sobre os processos funcionais plenamente racionalizados.

Para Robert Kurz, “essa ditadura do tempo abstrato” é impulsionada pela relação de concorrência entre os capitais e corresponde à constituição de um espaço igualmente abstrato, determinando a formação de um “*espaço tempo capitalista*”. Essa separação de um tempo e espaço próprios para o trabalho resultou numa segmentação da vida onde naturaliza-se um cotidiano cindido em tempo de trabalho e tempo livre, aceitando a existência de um tempo ceifado das vontades próprias daqueles que o vivenciam. O tempo no capitalismo perde suas características qualitativas, não é mais o tempo concreto, qualitativamente diverso, mas sim um fluxo temporal abstrato, linear e uniforme.

Se houve outrora sociedades que não organizavam suas atividades laborais de forma categoricamente segmentada (no espaço e no tempo) e idealizada pela busca da otimização produtiva, podemos supor que o tempo é uma esfera da vida que se constitui no decorrer das transformações sócio históricas revelando que a percepção humana sobre o tempo reflete as categorias constituintes dos respectivos contextos sociais.

Essas diferenças entre a organização do trabalho produtivo pré capitalista e o trabalho produtivo tipicamente capitalista se manifestariam qualitativa e quantitativamente. A diferença qualitativa presente no objetivo final que rege a atividade produtiva que na época pré moderna não era um fim em si mesmo, mas uma necessidade real. A diferença quantitativa reside na quantidade de tempo despendida exclusivamente para a

produção/trabalho. Na pré modernidade, contexto de um desenvolvimento tecnológico mais incipiente, desprendia-se muito menos tempo no trabalho produtivo, expondo a contradição aparente do capitalismo que mesmo sendo cercado de tecnologias capazes de otimizar o resultado dos processos laborais não liberam o trabalhador, pelo contrário, trabalha-se (quantitativamente) muito mais na atualidade, segundo o autor. Isso ocorre por ser o capitalismo um sistema de aceleração permanente e sem sentido:

[...] não é a tecnologia em si que dita a necessidade de uma aceleração vazia; pode-se muito bem desligar as máquinas ou fazê-las funcionar mais lentamente. Antes, é o vazio do espaço-tempo capitalista, destacado da vida e sem laços culturais, que impõe à tecnologia uma determinada estrutura e a transforma num mecanismo autônomo da sociedade.

[...] apesar da emergência da possibilidade histórica de que o modo de trabalho social possa ser enriquecedor para a maioria, o trabalho social se tornou efetivamente empobrecedor para a maioria. Portanto, o rápido crescimento do conhecimento científico e tecnológico sob o capitalismo não significa o progresso linear em direção à emancipação (2014:52).

A constituição desse espaço tempo do capital organizado por uma racionalidade com vistas a sua própria otimização resultou numa jornada de trabalho caracterizada por ser muito mais condensada independentemente do produto a ser produzido. Nesse sentido, o tempo é abstrato na jornada de trabalho capitalista visto ser e estar abstraído de todos os demais contextos reprodutivos da vida. Cria-se um tempo separado que é o tempo de trabalho porque o tempo produtivo do capital precisa decorrer sem interrupções, não podendo ser perturbado por atividade outra nenhuma. Nesse cenário de cisão radical entre tempo de trabalho e outros tempos, o trabalho produtivo está pré determinado e organizado de modo cada vez mais homogêneo, sendo as dinâmicas de trocas de produtos pautadas, de acordo com Marx (2013), no que lhes sobra em comum: o tempo de trabalho dispendido.

O trabalho constituído em força de trabalho por compra do capitalista, perde a sua autonomia. Funciona a partir de então ao serviço do

capital. A força de trabalho conquista o espaço, pelo seu exercício, apenas para uso do capital” (GAUDEMAR, 1977:229)

Nesse íterim, o trabalho que se desenvolve no seio do capitalismo é igualmente trabalho abstrato decorrido internamente a um tempo e espaço abstratos que lhes são constitutivos. É definido como *“o dispêndio de trabalho em geral, portanto, do trabalho para além de qualquer determinação qualitativa”*. O trabalho abstrato pressupõe a existência do tempo abstrato visto ser a medida de tempo que domina a esfera do trabalho capitalista. É também a substância do valor das mercadorias visto ser a única medida comum a todos os tipos de trabalho:

[...] o valor não é medido por meio de objetivações particulares de vários trabalhos, mas a a partir do que todos eles têm em comum, independentemente de sua especificidade – o dispêndio de trabalho. A medida do dispêndio de trabalho humano, que não é uma função da quantidade e da natureza dos produtos é o tempo” (POSTONE, 2014:220 grifo nosso).

Robert Kurz argumenta que o tempo espaço do capital é condensado acentuadamente devido à lógica insensata da concorrência do sistema que opera essa otimização temporal e espacial imbrincada ao desenvolvimento contínuo das forças produtivas. Cada capitalista busca ter uma produção cada vez maior de suas mercadorias para não falir o que o leva a investir em capital constante – consumo de máquinas, insumos e demais tecnologias -, mas ao mesmo tempo que elevam quantitativamente a produção material também diminuem a quantidade necessária de trabalho humano e a redução da mercadoria força de trabalho implica igualmente na redução de valor contido nas mercadorias.

Essa contradição é inerente ao capitalismo que embora tenha conseguido desenvolver forças produtivas que poderiam possibilitar uma organização produtiva do trabalho menos dependente da quantidade de tempo necessária a ser dispendida, ele impossibilita essa realização completa, pois no capitalismo *“a única forma de riqueza que constitui o capital é a que se baseia no dispêndio de tempo de trabalho abstrato imediato”*

(POSTONE, 2014:51). Portanto, mesmo que as condições técnicas apontem para uma necessidade menor de dispêndio de força, músculo e cérebro para manter o mesmo nível produtivo de dada mercadoria a própria forma de ser do trabalho abstrato capitalista o impede de uma mudança intrínseca: “assim embora o capitalismo se caracterize por uma dinâmica intrínseca de desenvolvimento, esta continua presa ao capitalismo; ela não é auto superável”.

O próprio capital é a contradição em processo, pelo fato de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. Por essa razão ele diminui o tempo de trabalho na forma do trabalho necessário para aumentá-lo na forma de trabalho supérfluo; por isso, põe em medida crescente o trabalho supérfluo como condição (GRUNDRISSE, 2013: 588).

* * * * *

Considerações Finais:

Trajetória da Mobilidade do Trabalho na Canastra:

A trajetória da *mobilidade do trabalho* (GAUDEMAR, 1977) foi apresentada a partir da inserção do Brasil colonial na sociedade produtora de mercadorias no período mercantilista, sendo esse processo mundial pautado pelas particularidades que ditaram os contornos do processo de territorialização do capital na colônia.

A acumulação de capital no momento colonial não se apresenta como relação de troca voluntária de equivalentes. Os escravizados não têm a autonomia de sujeitos que personificam suas mercadorias e não tem a opção da venda ou não de sua força de trabalho. Neste momento está em curso o processo de formação da mobilidade do trabalho que num contexto territorial de oferta de terras livres tem na escravização de africanos a forma explícita e violenta de transformar capacidade física de trabalho em mercadoria força de trabalho. O interesse em discutir o caráter capitalista ou não da colônia vem daí e se desenvolveu com a apresentação dos debates teóricos ainda presentes sobre o “liberalismo incompleto do Brasil”.

Com a independência em 1822 e a iminência do fim do comércio escravista, a consolidação da região é a forma assumida pela territorialização das categorias do capital. Na região o proprietário de escravos é quem tem a propriedade da terra, e nesse contexto regional, terra, trabalho e capital estão fundidas na mesma personificação e essa não autonomização está presente (com suas devidas particularidades e arranjos regionais) tanto nas fazendas pecuaristas quanto nos garimpos de diamante que na Canastra surgem no cenário do trabalho livre.

Vimos com a história do Garimpo de Bentos que a formação dessas regiões garimpeiras se dá a partir de um processo de *diferenciação de áreas* (HARTSHORNE, 1959) decorrido internamente às fazendas. As relações regionais de trabalho foram apresentadas por esses dois circuitos produtivos (que frequentemente se complementaram mais do que se opuseram), o da produção agrícola e o da garimpagem. Além dos Bentos, os relatos do casal Maria e Lázaro proporcionaram acessar as formas de mobilizar trabalho nas fazendas no contexto da transição para a mão de obra livre, ambos arranjos de trabalho submetidos e organizados pela propriedade privada da terra, central para se entender a acumulação de capital nesses contextos regionais. Aqui as diárias de trabalho como forma de remuneração, a submissão temporal imputada sobre a figura do agregado e sua família, assim como a sociedade do fornecimento com os garimpeiros meia-praça

são expressões concretas de formas de mobilização de trabalho em contexto de ausência de *super população relativa e reprodução ampliada do capital* (MARX, 2013).

Para nos debruçarmos sobre o momento atual é necessário enfocar o final do século XX, em especial, a década de 1970 em diante. Mas sinalizamos (no final do capítulo 3) o processo do Estado (aparentemente) autonomizado por duas frentes de ação: a criação do Parque Nacional da Serra da Canastra em 1972 e a presença estatal pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, órgão público responsável pela concessão para pesquisa ou produção diamantífera das reservas patenteadas de Kimberlitos.

Em relação às formas de mobilizar trabalho, o contexto regional perde espaço para a generalização do trabalho abstrato e formas assalariadas de remuneração pelo trabalho alheio e isso ocorre tanto com os trabalhadores e produtores rurais quanto com os funcionários contratados pelo poder público para trabalharem na Unidade de Conservação (já que por ora está proibido o garimpo nas cidades da Canastra). O fato de algumas dessas pessoas ainda estarem lá e terem vivenciado os contextos regionais de trabalho pode servir como ponto de partida para uma pesquisa que se detenha a analisar o momento atual além de explorar o que não foi possível dentro dessa pesquisa.

O ponto de vista final dessa dissertação coloca a Serra da Canastra atualmente como um território em disputa por interesses divergentes, de um lado, àqueles vinculados às multinacionais de exploração diamantífera que ainda disputam a retomada produtiva em territórios interditados com a regularização do Parque Nacional e, de outro, as políticas públicas de caráter preservacionistas. Contextos de trabalho assimilados pela forma do trabalho e tempo abstrato.

Referências Bibliográficas

ALFREDO, Anselmo. **Reprodução crítica, modernização contraditória. O tempo como fetiche de razão na irracionalidade espacial do capital.** Edição do autor, 2010 (Mimeo).

_____. **Crise Imanente, Abstração Espacial, Fetiche do Capital e Sociabilidade Crítica.** Edição do autor, 2010 (Mimeo).

_____. **Formação econômico-social brasileira; Mobilização do trabalho e configurações territoriais.** Edição do autor, 2005 (Mimeo).

BARBOSA, Cristiano. **Territórios de vida dos pequenos produtores de queijo da Serra da Canastra: um estudo sobre a relação entre produção camponesa e espaços naturais protegidos nas nascentes do rio São Francisco, Minas Gerais.** 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia). Uberlândia, MG, UFU.

BENITEZ, L., CHAVES, M.L.S.C. **Província Diamantífera da Serra da Canastra (MG).** In: SIMPÓSIO DE GEOLOGIA DE MINAS GERAIS, 13. Anais. Diamantina: SBG-MG, 2007. p.138.

BIZERRIL, Marcelo; SOARES, Carla Cruz; SANTOS, Jean Pierre. **Um Lugar chamado Canastra.** Instituto Pró-Carnívoros. Atibaia. São Paulo, 2008.

BRASIL, Decreto no 70.355, de 03 de abril de 1972. **Cria o Parque Nacional da Serra da Canastra, no Estado de Minas Gerais, com os limites que especifica, e dá outras providências.** Disponível em: www.planalto.gov.br.

BRASIL, Decreto no 74.446, de 21 de agosto de 1974. **Dispõe sobre a criação de área prioritária de emergência para fins de reforma agrária, Estado de Minas Gerais e dá outras providências.** Disponível em: www.planalto.gov.br.

BRASIL, Decreto no 74.447, de 21 de agosto de 1974. **Declara de interesse social, para fins de desapropriação, imóveis rurais situados nos Municípios de Vargem Bonita, Sacramento e São Roque de Minas, compreendidos na área prioritária de emergência, para fins de Reforma Agrária, de que trata o decreto no 74.446, de 21 de agosto de 1974.** Disponível em: www.planalto.gov.br.

BOECHAT, Cássio Arruda. **O colono que virou suco: Terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista.** Tese de doutorado. São Paulo, 2013

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Editora Unesp, 2010

DIAS, Maria Odila da Silva. “**Ideologia liberal e construção do Estado**”. In: A Interiorização da Metrópole e outros estudos. São Paulo, Alameda, 2005.

FERNANDES, Vanessa Samora Ribeiro. **Entre a regulação e a emancipação social: desafios à continuidade do lugar frente ao Parque Nacional da Serra da Canastra – MG**. Dissertação – Universidade Federal de Minas Gerais, 2012, 186p.

FERREIRA, Gustavo Cepolini. **A Regularização Fundiária do Parque Nacional da Serra da Canastra e a expropriação camponesa: da baioneta à ponta da caneta**. Dissertação – USP, 2013, 261p.

FRANCO, M. S. de C. **As ideias estão no lugar**. Cadernos de debate, nº 1, São Paulo: Brasiliense, 1976.

FRANCO, M. S. de C. **Organização social do trabalho no período colonial**. In: PINHEIRO, P. S. (coord.), Trabalho escravo, economia e sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GAUDEMAR, Jean Paul, **Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital**. Editorial Estampa. Lisboa, 1977.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. **Levantamento Histórico-Cultural: Revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra**. Produzido para o Instituto Terra Brasilis e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Não Renováveis – IBAMA. Belo Horizonte, Setembro de 2002.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

Heidemann, Heinz Dieter; Toledo, Carlos de Almeida; Boechat, Cássio Arruda. **O trabalho no Brasil: traçado interpretativo de sua história de formação e de sua crítica**. São Paulo: Revista de Estudos Avançados 28 (81), 2014.

IBAMA. **Parque Nacional da Serra da Canastra. Plano de Manejo de 2005**. Março de 2005.

IBDF/ Fundação Brasileira pela Conservação da Natureza. **Parque Nacional da Serra da Canastra. Plano de Manejo de 1981**.

Instituto Chico Mendes. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra. Brasília, 2005.**

KAYSER, Bernard. **O geógrafo e a pesquisa de campo.** Seleção de Textos. São Paulo: AGB, n. 11, p. 25-40, 1985.

KURZ , Robert, O colapso da modernização. Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise do Capitalismo Mundial, Hucitec, SP, 1993.

LARA, Silvia Hunold. **Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil.** Proj. História, São Paulo, (16), fev. 1998.

LEITE, Ana C. Gonçalves. **Acumulação de capital, mobilização regional do trabalho e coronelismo no Brasil.** Cuaderno de Geografia. Revista colombiana de Geografia, V.23, No 01. Bogotá, Colômbia, 2014.

LEITE, Ana C. Gonçalves; GIAVAROTTI, Daniel M.; KLUCK, Erick J. et al. . Revista Geografares, UFES, 2017.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamente. **A Oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista: Triângulo Mineiro (1750-1861).** Uberlândia: EDUFU, 2005. 353 p.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).** São Paulo: Hucitec, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes.** São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Crítica da Razão Dualista / O Ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo: 2013.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social.** São Paulo: Boitempo, 2014.

PÓVOA NETO, Helion. **Migrantes, Garimpeiros e seu 'lugar' no Território Nacional. Itinerância Mobilidade Espacial do Trabalho.** Revista de Geografia, n. 2 – Dezembro, 1997.

_____. **Caminho das Pedras: itinerários na formação da mobilidade garimpeira em goiás.** Tese de doutorado. USP, São Paulo, 1998.

PRADO J R., Caio, **Formação do Brasil Contemporâneo**. 1ª ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2011.

SAINT-HILAIRE, A de. **Viagem às nascentes do rio São Francisco**. 2 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2004.

SEABRA, Manoel; GOLDENSTEIN, Léa. **Divisão territorial do trabalho e nova regionalização**. In: Revista do Departamento de Geografia (USP). São Paulo, 1982. Págs. 21-47.

TOLEDO, Carlos de Almeida. **A Mobilização do Trabalho nas Lavras Baianas**, Mestrado, Geografia, FFLCH, USP, Or. Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann, São Paulo, 2001.

TOLEDO, Carlos de Almeida & BOECHAT, Cassio de Arruda. **Mobilização do trabalho e estudo da região**. Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n. 3, Campinas, 2013.

MARTINS, Eduardo. **Os pobres e os termos de bem viver: novas formas de controle social no Império do Brasil**. Dissertação de Mestrado. UNESP. Assis. 2003

Sites consultados:

<http://flora.meioambiente.mg.gov.br/webgis/mineracao/viewer.htm>

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral. Informações cartográficas. Disponível em: www.dnpm.gov.br. Acesso em: 07/2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Último acesso em 03/2022

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em: www.icmbio.gov.br. Último acesso em 10/2021.

Anexos

1. Entrevista com Gaspar, ex garimpeiro e atual funcionário do Parque Nacional da Serra da Canastra. Vargem Bonita, 2019.

Gaspar- Eu e meu pai, minha família toda foi criada na roça, no garimpo mesmo. Ele era garimpeiro, nós tinha a terra lá, mas ele era garimpeiro. As terras são nossas até hoje e tem muito diamante debaixo ainda lá. Só que a gente não tem como, né.

G- A cidade de Vargem bonita foi toda garimpada e a cidade foi construída as casas depois em cima dos rejeitos.

G- Vargem bonita era lá nos Bentos. Era onde tinha mais casa, tinha muita gente, e por isso emancipou.

G- Lá tinha venda, tinha tudo, tinha cinema, tinha quadra de vôlei. Eles garimpavam no rio e voltavam pra cidade que era lá em Bentos. Lá nos Bentos o rio era próximo. Eles não ficavam dias assim fora da cidade. Ia e voltava.

G- Aqui veio muito baiano pra cá. Os baianos que ensinou os mineiros a garimpar. O garimpo da Bahia foi o mais antigo e é o mais perigoso também.

G- O Zé Baiano foi contratado pra roçar, plantar, mas na hora que ele dá a primeira pázada na terra, ele acha um trecho brilhante e mostra pro fazendeiro.

J- E na terra do seu pai, como descobriu o diamante?

G- Depois que descobriu lá nos Bentos que era Vargem né eles foram furando cratas e cratas. Todo mundo procurava.

G- O garimpeiro bate o olho no cascalho e sabe onde tem diamante. É difícil de enganar. A cor do cascalho, a quantidade de sedimento que tem o cascalho, que a gente chama de “forma” e tem vários tipos de forma né. Tem uma que chama “Marumbé”, uma que chama “Caboclo”, quando tem pedra mais da cor marrom, tem uma que chama “Palha de arroz” que possui brilho, parece diamante já um pouco. Essas são as que tão dizendo que tem diamante por perto. Quando ele lava os primeiros cortes de cascalho que fala, né que é o lavar o tanto de cascalho que tira. Dali ele já sabe se vai achar ou não.

J - Como era o trabalho de garimpo com seu pai?

G - Meu pai tinha uns 4 meia-praça que trabalhava direto com ele. Aqui quase todo mundo tinha o meia-praça. Minha mãe fazia uns caldeirão desse tamanho assim pra levar pro garimpo. Os menores levavam almoço quando não iam ajudar. A gente que era criança já fazia de tudo, desde passar o cascalho, peneirar o cascalho o que era mais fácil a gente fazia.

G- Tinha que conseguir pessoas de confiança, meu pai tinha um pessoal de muita confiança. O pessoal pegava e levava pro meu pai. Porque se um meia-praça não fosse honesto depois ele não ia conseguir serviço com ninguém. O negócio é o seguinte, que não conseguia vender o diamante escondido, toda pedra que saia, assim maior, de importância de valor, todo mundo ficava sabendo, “Ah, o fulano bamburrou”.

J- Seu pai comprava diamante também?

G- Meu pai chegou a comprar diamante, mas ele mais vendia porque produzia bastante. E conhecia todo mundo dos capangueiros, era tudo amigo de boteco.

J- E por que parou a produção?

G- Só parou porque proibiu. Se não continuava. Aí foi quando o pai vendeu um pedaço de terra pra Sopemi.

J- O que aconteceu com os garimpeiros?

G- Cada um procurou alguma coisa pra fazer. Foi trabalhar como autônomo, na roça, na diária. Quando parou o garimpo, tinha no máximo uns 5 mil garimpeiro no município inteiro. Os 30 mil foi na década de 1940, 1950 porque muita gente que conseguiu fazer uma renda foi embora antes do garimpo acabar.

J- E que época que teve garimpo nas terras do teu pai?

G- Na verdade começou o garimpo na terra do meu pai, mas logo em seguida parou. Porque lá era uma terra onde plantava, então ele não queria desmanchar a terra. Então como era terra de plantio de arroz, feijão, milho ele garimpava na terra dos vizinhos. Então nessa terra nossa lá o garimpo tá intacto ainda. Pode-se dizer que tirou uns 10% só.

J- E como era o trabalho? Era braçal ou já tinha trator?

G- Meu pai foi braçal. Ele só garimpou braçal a vida inteira. Ele nunca mexeu com máquina. Única coisa que ele usou por último era pra fazer o desmonte. Porque o aluvião tem lugar que ele dá a aflorada e tem lugar que ele dá um barranco de 12, 15 metros. Às vezes ele pagava uma trator de esteira, retroescavadeira pra fazer a remoção dessa terra porque se você fosse fazer na picareta

demorava meses até pra abrir uma catra. Aí tinha que abrir a crata, depois quebrar o cascalho de aluvião, peneirar ele inteiro e depois lavar ele.

J- E como era feito o transporte do cascalho até o rio para lavar?

G- Era feito na maioria das vezes de carroça de boi, carroça mesmo, não era nem carro de boi. Isso foi até a década de 1970, em 1980 já começava a puxar cascalho com caminhão.

J- Essas carroças eram alugadas?

G- Era alugada a diária. O cara pegava os bois dele e ia lá no garimpo levar o cascalho pra lavar.

J- Como eram essas taxas no serviço do garimpo?

G- 10% de água, 10% de terra e pagava a pessoa pra fazer o serviço da carroça. Existia muito também a troca de dia que chamava no garimpo.

J- Como funcionava a troca de dia?

G- Por exemplo, se você precisasse de mais de um trabalhador no seu garimpo. Se você ia fazer um desmonte que demandava mais gente. Aí o que acontece é, por exemplo, você tinha o seu garimpo que tava lá e eu tinha o meu, mas eu tava precisando de mais gente. Daí eu ia conversar com você, você vinha, trabalhava comigo uma semana e eu ficava devendo pra você aqueles dias. Usava diária pra fazer o desmonte, no dia de puxar o cascalho também precisava de mais gente.

J- E todo garimpo tinha o desmonte do cascalho?

G- Não, por exemplo, tinha um garimpeiro na casa do meu pai que o apelido dele era “Espanhol” e esse cara não usava o tirar o barranco não. Ele se enfiava debaixo da terra, igual fazia na Bahia. Ele ia abrindo um túnel e quebrando o cascalho pra tirar o cascalho. Eles pegam bem na parede e vai entrando pra dentro, faz como se fosse um túnel mesmo. Mas poucas pessoas tinham essa coragem

de fazer assim porque era perigoso demais. Eu tive um tio que morreu soterrado no garimpo. Morreu com 22 anos e deixou 3 crianças.

J- Morriam muitas pessoas no garimpo?

G- Morria bastante, mas mais de soterrado. Até criança já morreu. Tava brincando embaixo do barranco, o barranco partiu e caiu em cima.

J- Como era a venda dos diamante? Tinha algum controle por parte do Estado?

G- O diamante sempre foi vendido às escuras, no mercado negro, né. Na época você tinha sua terra, aí eu chegava lá e pedia pra garimpar na sua terra, daí pagava 10% pro dono da terra e mais 10% pra quem tivesse a água, que tinha os donos da água também. E os garimpeiros dividiam a porcentagem entre si. Tinha o fornecedor que muitas vezes tinha o meia-praça, ele fornecia comida, ferramenta, e tinha metade da produção e os garimpeiros tinha a outra metade.

J- Seu pai foi fornecedor também no garimpo?

G- Meu pai era garimpeiro e fornecedor. Ele garimpava pra ele mesmo na terra dele e com mão de obra de graça que era a gente da família e também tinha os outros meias-praças que trabalhavam com ele e ele fornecia comida e ferramentas e eles trabalhavam, pegavam o diamante e dividia com ele.

J- Quais eram as ferramentas que ele fornecia? Ele cobrava pelo uso?

G- Era picareta, pá, carrinho de mão, o conjunto das peneiras né, tinha a cascalheira, a média e a fina. Ele deixava guardado num depósito, uma casinha onde ele guardava. Mas gastava muito, picareta mesmo, todo mês tinha que comprar uma nova e levar no ferreiro pra fazer a forja pra ele fazer a ponta fininha. Porque ela vinha toda robusta, grossona, quando comprava, daí levava pro ferreiro pra ele fazer a ponta, apontar a picareta.

J- Tinha ferreiro em Vargem mesmo?

G- Aqui em Vargem no começo do garimpo tinha ferreiro, mas depois por último nas décadas de 1980 e 1990 já era em Piumhi. Porque o garimpo parou em 1995 só.

J- Por que o garimpo acaba?

G- A legislação ambiental é de 1988 né, mas vai parar depois. Mas sempre foi ilegal. O garimpo sempre foi ilegal porque não gerava imposto pro Estado. Os garimpeiros nunca pagaram imposto pro Estado. Daí quando surgiu a legislação foi até pra controlar esse tipo de coisa do imposto, né. Mas depois veio também uma questão muito forte que é a questão ambiental. Mas eu acho que o objetivo do Estado não era esse. Ele queria era ter o controle do negócio. Mas os ambientalistas colocaram o peso da mão, entendeu?

J- Ficou uma disputa de interesses dentro do governo?

G- Ficou sim. Vai lá o DNPM legaliza e libera. Vem o IBAMA e proíbe. Hoje por exemplo, pra você liberar uma área de garimpo ainda mais aqui no São Francisco é muito difícil. Ainda mais que ele abriga algumas espécies que são ameaçadas. Nos temos aqui uma espécie que foi redescoberta na década de 80 que é o pato mergulhão. E ai, você esbarra nisso, porque ali existe uma espécie que tem que ser protegida a custo de lei. Daí não dá, fica difícil demais.

J- E antes do garimpo como era a terra do seu pai?

G- Antes do garimpo era tudo mato. Foi meu avô que abriu, que roçou e aí começou a plantar e logo começou o garimpo. Ele veio pra cá com 8 (oito) anos de idade em 1920 mais ou menos 10 (anos) antes do garimpo. E garimpou ele e meu pai.

